



CONHECIMENTO EM REDE

Abordagens Multidisciplinares



ORGANIZADORES

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes
Dayana Lucia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva

E-BOOK CONHECIMENTO EM REDE: ABORDAGENS
MULTIDISCIPLINARES

1ª ED. ISBN: 978-65-5321-146-9 DOI: 10.47538/AC-2026.66

CONHECIMENTO EM REDE

Abordagens Multidisciplinares

1ª EDIÇÃO



ORGANIZADORES

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

Dayana Lucia Rodrigues de Freitas

Luciano Luan Gomes Paiva

DOI: 10.47538/AC-2026.66

ISBN: 978-6-55321-146-9



Ano 2026

CONHECIMENTO EM REDE

Abordagens Multidisciplinares

1ª EDIÇÃO

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C759

Conhecimento em rede [recurso eletrônico] : abordagens multidisciplinares /
organização Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes, Dayana Lucia Rodrigues de
Freitas, Luciano Luan Gomes Paiva. - 1. ed. - Natal [RN] : Amplamente, 2026.
recurso digital

Formato: ebook

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5321-146-9 (recurso eletrônico)

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Pesquisa. 3. Gestão do
conhecimento. 4. Ciência. 5. Livros eletrônicos. I. Fernandes, Caroline Rodrigues de
Freitas. II. Freitas, Dayana Lucia Rodrigues de. III. Paiva, Luciano Luan Gomes.

26-106686.0

CDD: 001.4

CDU: 001.891



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Editora Amplamente

Empresarial Amplamente Ltda.

CNPJ: 35.719.570/0001-10

E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br

www.editoraamplamente.com

Telefone: (84) 999707-2900

Caixa Postal: 3402

CEP: 59082-971

Natal- Rio Grande do Norte – Brasil

Copyright do Texto © 2026 Os autores

Copyright da Edição © 2026 Editora Amplamente

Declaração dos autores/ Declaração da Editora: disponível em:

<https://www.amplamentecursos.com/politicas-editoriais>

Editora-Chefe: Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais: Caroline Rodrigues de F. Fernandes; Margarette Freitas Baptista

Bibliotecária: Carla Rosa Martins Golçalves - CRB-7/4782

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Diagramação: Luciano Luan Gomes Paiva; Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Capa: Canva®/Freepik®

Parecer e Revisão por pares: Revisores

Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).



Ano 2026

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Andreia Rodrigues de Andrade
Dra. Camila de Freitas Moraes
Ms. Caroline Rodrigues de Freitas
Fernandes
Dra. Claudia Maria Pinto da Costa
Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo
Me. Danilo Sobral de Oliveira
Dra. Danyelle Andrade Mota
Dra. Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Dra. Elane da Silva Barbosa
Dra. Eliana Campêlo Lago
Dr. Elias Rocha Gonçalves
Dr. Everaldo Nery de Andrade
Dra. Fernanda Miguel de Andrade
Dr. Izael Oliveira Silva
Me. Luciano Luan Gomes Paiva
Dra. Mariana Amaral Terra
Dr. Máximo Luiz Veríssimo de Melo
Dra. Mayana Matildes da Silva Souza
Dr. Maykon dos Santos Marinho
Dr. Milson dos Santos Barbosa
Dra. Mônica Aparecida Bortoletti
Dra. Mônica Karina Santos Reis
Dr. Raimundo Alexandre Tavares de Lima
Dr. Romulo Alves de Oliveira
Dra. Rosangela Couras Del Vecchio
Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade
Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte
Dr. Wanderley Azevedo de Brito
Dr. Weberson Ferreira Dias

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Cláudia Silva Lima
Me. Carlos Eduardo Krüger
Ma. Carolina Pessoa Wanderley
Ma. Daniele Eduardo Rocha
Me. Francisco Odécio Sales
Me. Fydel Souza Santiago
Me. Gilvan da Silva Ferreira
Ma. Iany Bessa da Silva Menezes
Me. João Antônio de Sousa Lira
Me. José Flôr de Medeiros Júnior
Me. José Henrique de Lacerda Furtado
Ma. Josicleide de Oliveira Freire
Ma. Luana Mayara de Souza Brandão
Ma. Luma Mirely de Souza Brandão
Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa
Me. Márcio Bonini Notari
Ma. Maria Antônia Ramos Costa
Me. Maria Aurélia da Silveira Assoni
Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves
Ma. Maria Vandia Guedes Lima
Me. Marlon Nunes Silva
Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro
Bressan
Ma. Sandy Aparecida Pereira
Ma. Sirlei de Melo Milani
Me. Vanilo Cunha de Carvalho Filho
Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz
Me. Wildeson de Sousa Caetano
Me. William Roslindo Paranhos



APRESENTAÇÃO

A obra *Conhecimento em Rede: Abordagens Multidisciplinares* reúne estudos que refletem a riqueza e a diversidade da produção científica contemporânea, evidenciando a importância do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Em um contexto marcado por constantes transformações sociais, tecnológicas, econômicas e ambientais, a construção do saber exige perspectivas integradas que favoreçam a compreensão dos fenômenos em sua complexidade e promovam soluções fundamentadas na colaboração entre distintas disciplinas.

Os capítulos que compõem esta coletânea apresentam pesquisas, experiências e reflexões desenvolvidas por autores comprometidos com o avanço da ciência e com a disseminação do conhecimento. As diferentes abordagens metodológicas e os variados objetos de investigação demonstram que a interdisciplinaridade constitui um elemento essencial para ampliar horizontes analíticos, fortalecer a produção acadêmica e responder aos desafios emergentes da sociedade contemporânea.

Ao integrar contribuições provenientes de múltiplos campos do saber, esta obra promove um espaço de intercâmbio científico que valoriza a pluralidade de ideias e o compartilhamento de experiências. A articulação entre teoria e prática, presente ao longo dos capítulos, evidencia o potencial da pesquisa multidisciplinar para gerar conhecimento relevante, fomentar a inovação e subsidiar ações voltadas ao desenvolvimento social, educacional, tecnológico e institucional.

Mais do que uma reunião de estudos, *Conhecimento em Rede: Abordagens Multidisciplinares* representa o fortalecimento das redes de colaboração científica, nas quais pesquisadores, docentes e profissionais compartilham conhecimentos, constroem novas perspectivas e ampliam as possibilidades de investigação. Essa interação reafirma que a produção do conhecimento é um processo coletivo, dinâmico e continuamente enriquecido pela diversidade de experiências, contextos e áreas de atuação.

Espera-se que esta publicação contribua para estimular novas pesquisas, fortalecer parcerias acadêmicas e incentivar o desenvolvimento de iniciativas que promovam a integração entre diferentes campos científicos. Que as reflexões aqui apresentadas inspirem leitores, pesquisadores e profissionais a ampliar suas perspectivas, consolidando o conhecimento em rede como um caminho indispensável para o avanço da ciência, da inovação e da transformação da sociedade.

Boa leitura!

Editora Amplamente



Ano 2026

SUMÁRIO

CAPÍTULO I 9
DESAFIOS DOCENTES NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O USO DO
COPILOT DA MICROSOFT NA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO E NO
DESENVOLVIMENTO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA NO
ENSINO MÉDIO

Danilo Ribeiro Patez.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-01

CAPÍTULO II..... 20
ALTERIDADE E PROGRESSO LINGÜÍSTICO: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL DA TEORIA DO PROGRESSO LINGÜÍSTICO DE OTTO
JESPERSEN

Gutemberg Rapôso da Silva Ferreira.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-02

CAPÍTULO III 43
A NÃO SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL EM UMA
PERSPECTIVA HISTÓRICA: A IDEIA DA UNIVERSALIZAÇÃO E A
EDUCAÇÃO DA MULHERES NA EJA

Anésia Aparecida Da Silva Gassner; Lourdes de Fatima Bezerra Carril.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-03

CAPÍTULO IV..... 74
APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E
MÉTODOS VISANDO QUALIDADE NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO EM
UMA SALA DO EMPREENDEDOR

Jociely Andresa dos Santos Araújo; Maria José da Silva Feitosa.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-04

CAPÍTULO V 93
CIRCE: ANÁLISE DECOLONIAL E RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS EM
CONTOS MITOLÓGICOS

Cristhin Aline Andino Neves; Prof. Dr. Marcos Rogério Heck Dorneles.

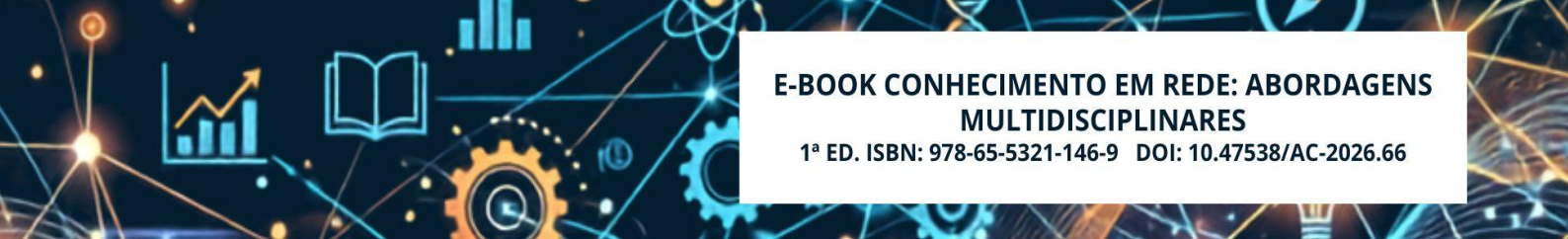
DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-05

CAPÍTULO VI..... 110
APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E
MÉTODOS NO FLUXO DE CAIXA

Adriely da Silva Nascimento; Maria José da Silva Feitosa.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-06





**E-BOOK CONHECIMENTO EM REDE: ABORDAGENS
MULTIDISCIPLINARES**

1ª ED. ISBN: 978-65-5321-146-9 DOI: 10.47538/AC-2026.66

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES	133
NDICE REMISSIVO	134

CAPÍTULO I

DESAFIOS DOCENTES NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O USO DO COPILOT DA MICROSOFT NA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO E NO DESENVOLVIMENTO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Danilo Ribeiro Patez¹.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-01

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir o uso da Inteligência Artificial (IA), especialmente da ferramenta Copilot da Microsoft, como suporte às atividades de iniciação científica em Ciências Humanas no Ensino Médio. Inicialmente, apresenta-se um panorama histórico acerca do ensino de História no Brasil, destacando suas transformações ao longo do tempo e os desafios enfrentados pela área na contemporaneidade. Em seguida, discute-se o avanço das tecnologias digitais e da inteligência artificial no contexto educacional, enfatizando as possibilidades e os desafios de sua utilização ética e consciente. Por meio de um relato de experiência desenvolvido em uma instituição privada de ensino no município de Teixeira de Freitas, Bahia, o trabalho demonstra como ferramentas de IA podem auxiliar estudantes na organização de ideias, elaboração de entrevistas, revisão textual e otimização do tempo de pesquisa. Os resultados indicam que, quando utilizada de maneira orientada, a inteligência artificial pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da autonomia estudantil, da escrita acadêmica e da construção do pensamento crítico, sem substituir o papel do pesquisador ou do professor no processo de produção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Iniciação Científica. Inteligência Artificial. Ensino de História. Tecnologias. Ciências Humanas.

TEACHING CHALLENGES IN THE AGE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE: THE USE OF MICROSOFT COPILOT TO OPTIMIZE TIME AND SUPPORT THE DEVELOPMENT OF SCIENTIFIC INITIATION IN HISTORY EDUCATION AT THE SECONDARY SCHOOL LEVEL

ABSTRACT: This article aims to discuss the use of Artificial Intelligence (AI), particularly Microsoft Copilot, as a tool to support scientific initiation activities in the Humanities at the secondary education level. First, it provides a historical overview of History education in Brazil, highlighting its transformations over time and the challenges currently faced by the field. It then examines the advancement of digital technologies and artificial intelligence in educational contexts, emphasizing both the opportunities and the challenges associated with their ethical and responsible use. Based on an experience report conducted at a private educational institution in the municipality of Teixeira de Freitas, Bahia, Brazil, the study demonstrates how AI tools can assist students in organizing ideas, designing interview protocols, revising academic texts, and optimizing

¹ <http://lattes.cnpq.br/7081597491725825>. <https://orcid.org/0000-0003-4410-8921>. E-mail: patezribeiro@gmail.com.

research time. The findings indicate that, when used under appropriate guidance, artificial intelligence can make a significant contribution to the development of student autonomy, academic writing skills, and critical thinking, without replacing the role of either the researcher or the teacher in the process of knowledge production.

KEYWORDS: Scientific Initiation. Artificial Intelligence. History Education. Educational Technologies. Humanities.

PROLOGO: CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Um dos grandes desafios dos professores, quando chegam à sala de aula, é a negação, por parte dos educandos, da importância do saber escolar e, principalmente, dos conteúdos relacionados às Ciências Humanas, em especial à História. Esse fato só é possível devido à falta de valorização dessa área de conhecimento por parte da sociedade. Esse movimento contestação do saber científico em especial das ciências humanas não é recente; vem sendo construído há muito tempo, especialmente com a popularização da internet, por meio da qual muitos indivíduos passaram a questionar o conhecimento acadêmico baseando-se em achismos ou suposições ideológicas.

Esses questionamentos não ficam restritos apenas no campo virtual, chegam nas casas e famílias, sendo assim, os estudantes chegam na escola munidos de preconceitos com relação ao saber histórico o que gera resistências ao saber escola, para além desses fatores mencionados, a maneira como as aulas de história ainda, são conduzidas, contribuem para esse estigma. Diante dos fatos expostos, “muitos adolescentes questionam a utilidade do conhecimento histórico em seu cotidiano, desconfiando da real serventia do estudo dessa ciência para a vida” (Maltez, 2011, p. 1). Para a autora, esse comportamento é resultado da maneira como esse conhecimento é transmitido em sala de aula por alguns professores, que continuam lecionando de forma tradicional, dando ênfase às datas e aos grandes personagens, em aulas centralizadas na figura do professor, enquanto o estudante assume o papel de mero figurante.

Com o avanço tecnológico principalmente no campo da inteligência artificial existem, uma gama de possibilidades que podem contribuir com a prática docente, em especial no que tange o ensino de história, inclusive como uma das maneiras que podem

contribuir para aproximar os estudantes a partir de uma linguagem de sua época para construção do saber histórico.

O ensino de História no Brasil, desde a chegada dos europeus até os dias atuais, passou por um longo processo de transformação. No período da colonização, a educação no Brasil foi deixada a cargo da Companhia de Jesus², ordem religiosa que nasce no cerne da contrarreforma católica com o objetivo de ganhar novos fiéis para igreja católica e com a responsabilidade de catequização dos povos das américas.

Desta maneira, o ambiente escolar que se constrói no Brasil colônia é uma educação pensada a partir dos valores religiosos do colonizador, sendo assim, a História estudada possuía conotação religiosa, sendo basicamente a história bíblica.

“Da Idade Média ao século XVII, predominou uma História apoiada na religião e marcada por uma concepção providencialista, segundo a qual o curso da história humana definia-se pela intervenção divina” (Fonseca, 2006, p. 21).

Somente a partir do século XIX a História foi definida como disciplina; porém, ainda assim, era utilizada basicamente para destacar os grandes feitos dos grandes homens, além de promover, nos educandos, uma formação moral e cívica voltada para a construção de uma identidade nacional. Foi também a partir do final do século XIX que começaram a surgir os primeiros manuais de História, os quais passaram a regimentar o ensino dessa disciplina. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenhou papel importante na organização da disciplina por meio da criação de metodologias para o seu ensino.

Mesmo assim, o ensino de História permaneceu pautado nos feitos dos chamados “grandes” homens, uma vez que a disciplina era utilizada como instrumento de exaltação da nação e de formação de cidadãos com sentimentos nacionalistas. Mais tarde, durante a ditadura militar, a disciplina de História foi retirada dos currículos escolares, dando lugar aos Estudos Sociais. Nesse contexto, ocorreu uma espécie de fusão entre História e

2 A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Santo Inácio de Loyola. A Ordem foi reconhecida por bula papal em 1540.

Geografia, disciplina que passou a ser utilizada pelo Estado como meio de difundir suas concepções e ideologias.

Somente a partir da década de 1980, com o processo de abertura política, o ensino de História começou a passar por importantes transformações. Sob influência da corrente marxista e da escola inglesa, a disciplina passou a ser pensada de modo a contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Entretanto, mesmo após o fim da ditadura militar e das reformulações ocorridas no ensino de História, segundo Silva e Fonseca (2010), ainda persistem antigos e novos desafios que professores e futuros professores da área precisam enfrentar, como por exemplo o uso da inteligência artificial, na produção do conhecimento escolar. Diante dessa nova ferramenta, surge um grande desafio que é, instruir os estudantes na utilização de forma ética e consciente de maneira que, em vez de ser um problema, transforme em uma aliada no fazer pedagógico.

Após um longo processo de luta, grupos historicamente excluídos e marginalizados conquistaram importantes avanços, fazendo com que o ensino de História passasse a contemplar sujeitos que, durante muito tempo, foram invisibilizados ou até mesmo excluídos dessa narrativa histórica. Quando apareciam nos livros didáticos ou nas aulas, esses grupos eram frequentemente retratados de maneira estereotipada, como ocorreu com as culturas afro-brasileira e indígena.

Atualmente, existem leis que tornam obrigatório o ensino dessas temáticas nas escolas. A Lei nº 10.639/2003 busca valorizar a história e a cultura afro-brasileira, permitindo que a população negra conheça mais profundamente sua própria trajetória histórica, considerando que o Brasil não é um país homogêneo, mas marcado pela diversidade cultural. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 complementou a legislação anterior ao tornar obrigatório também o ensino da história e da cultura indígena, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas.

AVANÇOS NA TECNOLOGIA E O SEU USO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Como citado anteriormente, os educadores de todos os níveis, enfrentam muitos desafios e nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma

realidade que desperta preocupações entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. A educação, assim como outras esferas sociais, foi impactada de maneira significativa por essa tecnologia emergente, existe um consenso entre professores que, se a inteligência artificial não for utilizada de maneira consciente, a longo prazo trará graves consequência no aprendizado das novas gerações.

Embora a IA possa, em alguns contextos, ser vista como uma “muleta acadêmica”, ela também pode ser utilizada de forma eficaz e dinâmica, desde que seu uso seja orientado e consciente. Para isso, é necessário seguir as diretrizes estabelecidas pelas instituições de pesquisa, tanto no Brasil quanto no exterior. O uso responsável da IA pode representar uma importante ferramenta de otimização do tempo e de acesso ágil e eficaz à informação.

O conceito de cibercultura, inclusive, já vinha sendo discutido muito antes da consolidação do que hoje entendemos como inteligência artificial. Para o filósofo Pierre Lévy (1997), a cibercultura é um fluxo contínuo de ideias, práticas, representações, textos e ações que ocorrem entre pessoas conectadas por computadores. Essa é uma realidade presente, em contínuo processo de expansão, e que influencia diretamente o modo como interagimos, aprendemos e ensinamos.

Cabe, portanto, a nós, professores e educadores, o papel de orientar a nova geração para que os recursos proporcionados pela cibercultura sejam utilizados de maneira adequada, sempre em favor do processo de aprendizagem dos estudantes, e não como um substituto da reflexão crítica, da autoria e da construção do conhecimento.

Em matéria publicada pela *Pesquisa Fapesp* em agosto de 2024, a revista apresentou um panorama das normas criadas pelas principais instituições de pesquisa do Brasil, com diretrizes e orientações para a utilização da IA como ferramenta de apoio à pesquisa científica. Um exemplo disso é o Centro Universitário Senai Cimatec, na Bahia, que publicou um guia destinado a orientar professores e estudantes quanto ao uso da IA generativa. O guia segue três princípios fundamentais:

1. Transparência;

2. “Centralidade na pessoa humana”, ou seja, a preservação do controle humano sobre as informações geradas pela IA garantindo que ela seja utilizada de forma benéfica à sociedade;

3. Atenção à privacidade dos dados, especialmente em atividades que envolvam contratos com empresas por meio de parcerias para desenvolvimento e transferência de tecnologias (Villas Boas, 2024, s.p.).

Seguindo essas orientações, observa-se uma ampla gama de possibilidades para o uso orientado da inteligência artificial (IA) na educação básica e superior, assim como também na iniciação científica no contexto da educação básica, destacando-se, entre elas, a otimização do tempo e o aprimoramento dos processos de pesquisa e da utilização de recursos. Diante dessas possibilidades, identifica-se a IA como uma ferramenta potencial para a otimização das atividades de pesquisa desenvolvidas com estudantes de iniciação científica, bem como como um instrumento pedagógico capaz de orientar esses estudantes para uma utilização consciente, crítica e ética da inteligência artificial, tanto no âmbito da pesquisa científica quanto em sua trajetória escolar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar a utilização das ferramentas de IA *Copilot*, da Microsoft e *chatgpt* como suporte ao desenvolvimento das atividades de pesquisa no âmbito da Iniciação Científica em História. A experiência foi realizada em uma escola privada de educação básica, localizada no município de Teixeira de Freitas. Trata-se de uma instituição privada pertencente a uma rede de ensino, a qual dispõe de um programa de iniciação científica destinado a estudantes do 9º ano do ensino fundamental (anos finais) e do ensino médio, com o objetivo de introduzir esses estudantes na pesquisa, para que os esses estudantes a partir de problemas percebidos nas aulas, possam buscar soluções por meio da pesquisa científica.

Nas aulas de História, os estudantes discutem e percebem problemas presentes em seu cotidiano, que despertam seus interesses. Um exemplo é a questão indígena, trabalhada na disciplina de História de forma mais abrangente como resultado da

implementação da Lei nº 11.645/2008. Diante dessas reflexões, os estudantes passaram a questionar e buscar formas de valorizar a cultura dos povos originários da região, bem como divulgar os saberes produzidos por essas comunidades aos habitantes do território do Extremo Sul baiano. Outros estudantes, por sua vez, voltaram sua atenção para questões mais próximas de sua realidade cotidiana, como os desafios enfrentados pela Geração Z, da qual muitos fazem parte.

Diante dessas constatações em sala de aula e das discussões desenvolvidas nas disciplinas de História, Sociologia e Filosofia, os estudantes que integram o grupo de pesquisa em História buscaram refletir sobre tais problemáticas por meio de uma perspectiva histórica e procurar soluções a partir da pesquisa científica.

A iniciação científica em História, na unidade de Teixeira de Freitas, teve início no segundo semestre de 2024, por meio de três grupos de pesquisa vinculados ao projeto HISTORATEC. Dentre esses grupos, destacam-se dois projetos: o primeiro teve como objetivo discutir a influência das tecnologias e da internet na formação da Geração Z e em suas tomadas de decisão; o segundo, intitulado Vozes da Terra, visa à valorização da literatura e da cultura indígena.

As propostas de pesquisa dos dois grupos surgiram a partir de discussões realizadas nas aulas de História, que os estudantes levaram para os encontros do grupo de pesquisa. A partir de suas inquietações e reflexões, os participantes chegaram às temáticas que desejavam investigar e aos produtos que seriam desenvolvidos ao final do projeto.

O primeiro grupo tinha como objetivo produzir, ao término da pesquisa, um e-book sobre a Geração Z, contendo reflexões acerca dos desafios enfrentados por essa geração, além de desmistificar algumas concepções e estereótipos criados sobre seus integrantes. Já o segundo grupo tinha como proposta a criação de um site e de um aplicativo que funcionassem como um acervo digital destinado ao armazenamento, à preservação e à divulgação das produções das comunidades indígenas da região de Teixeira de Freitas.

Nesse contexto de pesquisa, os membros dos referidos projetos foram orientados e guiados para a utilização da inteligência artificial de forma ética, crítica e consciente,

compreendendo suas potencialidades e limitações no processo de construção do conhecimento científico.

PASSOS E PROCEDIMENTOS

Nos primeiros encontros, os estudantes foram orientados acerca do que é pesquisa, e de como fazê-las, por serem alunos do ensino médio, foi necessário uma introdução de metodologia científica, de forma que esses estudantes pudessem compreender o papel do pesquisador e da ética na pesquisa. Momento muito importante, para que os estudantes pudessem compreender a seriedade de se fazer uma pesquisa científica, e entender que as ciências humanas, em especial a história, se faz com rigor metodológico e científico.

Em seguida, os estudantes se reuniram em grupos de três integrantes, no qual, foram escolhidos por meio das afinidades do que gostariam de pesquisa, com a orientação do professor orientador, foram incumbidos de elaborar uma lista dos possíveis temas para pesquisa, em seguida, em conjunto com o orientador, discutiram as possibilidades, até chegarem ao tema final, nessa etapa, alguns grupos jogaram na IA a ideia central, e partir dessa ideia, foi dada várias sugestões.

O terceiro passo, foi construção do referencial teórico para embasamento de cada pesquisa, além da revisão bibliográfica e das discussões temáticas, os estudantes elaboraram formulários, estabeleceram parâmetros metodológicos e sugeriram novas abordagens investigativas. Nesse processo, foi utilizada a inteligência artificial *Copilot* da Microsoft, como ferramenta para otimização do tempo. Com isso, foram definidos os seguintes parâmetros: conscientização dos estudantes quanto à originalidade dos trabalhos, à ética na pesquisa e à importância do uso responsável e consciente da inteligência artificial e por fim, orientação sobre o uso do *Copilot* para otimizar as atividades.

Em ambos os projetos, por exemplo, os estudantes optaram por realizar entrevistas. No primeiro, sobre a geração Z, foram entrevistadas autoridades que discutem o tema, bem como estudantes pertencentes a essa geração. Para isso, os alunos elaboraram um esboço com as perguntas desejadas e, em seguida, solicitaram à IA a organização das

questões em 10 perguntas objetivas e 10 perguntas abertas. No segundo projeto, *Vozes da Terra*, o *Copilot* foi utilizado para organizar ideias e estruturas do projeto, revisar textos, gerar sinônimos e variações de termos, evitando repetições e tornando o texto mais fluido. A ferramenta também auxiliou na elaboração de perguntas para as entrevistas e na garantia de que os textos estivessem em conformidade com a norma padrão da língua portuguesa, sem comprometer a originalidade dos conteúdos. Após as etapas de organização, sistematização do trabalho, os projetos foram submetidos ao comitê ética da instituição por trabalhar com humanos, após aprovação, os estudantes iniciaram o processo de entrevista com os seus respectivos grupos.

RESULTADOS

Como resultado na aplicação da inteligência artificial *Copilot* no processo de pesquisa contribuiu significativamente para o desenvolvimento e a organização dos projetos. Como resultado, os estudantes demonstraram maior autonomia na elaboração de materiais, como roteiros de entrevistas, textos introdutórios e sínteses temáticas, apresentando produções mais coesas, organizadas e alinhadas à norma-padrão da língua portuguesa. No projeto sobre a geração Z, a organização das perguntas com apoio da IA permitiu uma abordagem equilibrada entre questões objetivas e abertas.

Já no projeto *Vozes da Terra*, a utilização do *Copilot* foi essencial para aprimorar a clareza e a fluidez textual dos conteúdos desenvolvidos, além de apoiar a padronização da linguagem utilizada. De modo geral, os resultados indicam que, quando utilizada de forma orientada e ética, a inteligência artificial pode ser uma aliada pedagógica eficaz, promovendo não apenas a otimização das tarefas, mas também o desenvolvimento de competências relacionadas à autoria, à análise crítica e ao respeito aos contextos culturais envolvidos nas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que mesmo diante de tantos desafios enfrentados em sala, principalmente no que tange, a utilização de metodologias que atrai os estudantes,

construir um saber escolar que o estudante possa utilizar as ferramentas do seu tempo, para construção do conhecimento, como por exemplo a Inteligência Artificial que pode ser utilizada como importante ferramenta de apoio à iniciação científica no Ensino Médio, desde que utilizada de maneira ética, crítica e orientada pelos professores.

A experiência demonstrou que ferramentas como o Copilot auxiliam na otimização do tempo, na organização das pesquisas e no aprimoramento da escrita acadêmica, sem substituir o papel do pesquisador e da reflexão crítica dos estudantes.

Os resultados indicam que a integração consciente da IA ao contexto educacional pode fortalecer o interesse dos estudantes pelas Ciências Humanas, promovendo uma aprendizagem mais significativa, dinâmica e participativa, no qual esse estudante, se vê como parte do processo educativo e na construção do conhecimento.

Além disso, evidencia-se a necessidade de formação continuada dos professores para lidar com os desafios impostos pelas novas tecnologias, garantindo que a escola acompanhe as transformações sociais sem perder seu compromisso com a formação crítica e humanizada dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Luiz Carlos. **Livro didático e historiografia**: um debate acerca do conceito de história produzido pelos livros didáticos entre 2001 e 2005. Revista GEPHEGO Online, Goiás, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FRANÇA, Cintya Simioni; SIMON, Cristiano Biazzo. **Como conciliar o ensino de História e novas tecnologias**. In: SEMANA DE EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E ENCONTRO DE PESQUISA DA UEL (SEPECH), Londrina, 2008. Anais [...]. Londrina: UEL, 2008.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1997.

ROSA, Maria Inês Petrucci; RAMOS, Tacita Ramos Ansanello. **Memórias e odores:** experiências curriculares na formação docente. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, 2008.

SANTOS, Maria Lucia Lopes. **O uso de filmes no ensino de História.** Paraná: PDE/Secretaria de Estado da Educação, 1994.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de História hoje:** errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 maio 2026.

SOUZA, Renato João; PIRES, João Ricardo Ferreira. **Os desafios do ensino de História no Brasil.** ISEC/ISED, v. 1, 2010.

VILLAS BOAS, Leticia G. **Universidades brasileiras discutem regras de uso de inteligência artificial.** Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, ed. 342, ago. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/universidades-brasileiras-discutem-regras-de-uso-de-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CAPÍTULO II

ALTERIDADE E PROGRESSO LINGUÍSTICO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA TEORIA DO PROGRESSO LINGUÍSTICO DE OTTO JESPERSEN

Gutemberg Rapôso da Silva Ferreira³.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-02

RESUMO: O presente estudo analisa a teoria do progresso linguístico de Otto Jespersen à luz do conceito de alteridade, articulando-a com as contribuições teóricas de Sylvain Auroux sobre a gramatização e a revolução tecnológica da escrita, bem como com a perspectiva antropológica de Claude Lévi-Strauss acerca do etnocentrismo. A pesquisa adota uma abordagem interseccional e interdisciplinar, fundamentada em revisão bibliográfica, para investigar como o desenvolvimento das línguas está intrinsecamente vinculado a dinâmicas de poder, construção de identidades e relações de inclusão e exclusão social. O estudo propõe o conceito de “alteridade linguística”, elaborado a partir da síntese entre a ontologia de Parmênides e os estudos de Auroux, compreendendo-o como a tensão entre a busca por uma essência linguística unificada e a realidade da diversidade linguística e cultural. A análise demonstra que, embora Jespersen postule uma evolução natural das línguas em direção à simplificação e à eficiência comunicativa, tal processo não é neutro, sendo profundamente condicionado por fatores sociais, culturais e tecnológicos, como os mecanismos de gramatização e padronização normativa. Conclui-se que a compreensão articulada da alteridade e do progresso linguístico é essencial para a formulação de políticas linguísticas inclusivas que promovam a diversidade, a preservação de línguas minoritárias e a equidade social no panorama linguístico contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade Linguística. Progresso Linguístico. Gramatização. Otto Jespersen. Diversidade Linguística.

OTHERNESS AND LINGUISTIC PROGRESS: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF OTTO JESPERSEN'S THEORY OF LINGUISTIC PROGRESS

ABSTRACT: This study analyzes Otto Jespersen's theory of linguistic progress through the lens of alterity, drawing on the theoretical contributions of Sylvain Auroux regarding grammatization and the technological revolution of writing, as well as Claude Lévi-Strauss's anthropological perspective on ethnocentrism. The research adopts an intersectional and interdisciplinary approach, grounded in a bibliographic review, to investigate how language development is intrinsically linked to power dynamics, identity construction, and processes of social inclusion and exclusion. The study proposes the concept of “linguistic alterity,” developed from the synthesis of Parmenides' ontology and Auroux's scholarship, understood as the tension between the pursuit of a unified linguistic essence and the reality of linguistic and cultural diversity. The analysis demonstrates that,

3 <https://lattes.cnpq.br/6012105418523640>. <https://orcid.org/0000-0002-3736-6095> E-mail: gutemberg.raposo@uft.edu.br.

although Jespersen posits a natural evolution of languages toward simplification and communicative efficiency, this process is not neutral, being deeply conditioned by social, cultural, and technological factors, such as grammatization and normative standardization mechanisms. The study concludes that an articulated understanding of alterity and linguistic progress is essential for the formulation of inclusive language policies that promote diversity, the preservation of minority languages, and social equity in the contemporary linguistic landscape.

KEYWORDS: Linguistic Alterity. Linguistic Progress. Grammatization. Otto Jespersen. Linguistic Diversity.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa examinar a teoria do progresso da linguagem de Otto Jespersen a partir da perspectiva da alteridade, utilizando as contribuições de Sylvain Auroux e Pierre Bourdieu. Otto Jespersen foi um linguista dinamarquês renomado por suas contribuições à gramática e à fonética. Sua teoria do progresso linguístico, detalhada em obras como “Language: Its Nature, Development and Origin”, enfatiza a evolução natural da linguagem, argumentando que as línguas se desenvolvem em direção a uma maior simplicidade e eficiência comunicativa. Jespersen acreditava que as mudanças linguísticas eram impulsionadas pela necessidade dos falantes de comunicar de maneira mais clara e eficiente. Já, Sylvain Auroux, foi um filósofo e historiador da linguística francês, é conhecido por seus estudos sobre a história das ideias linguísticas e a filosofia da linguagem. Auroux focou em como as tecnologias da escrita, como a gramatização e a alfabetização, moldaram a evolução das línguas e a percepção do “Outro” linguístico. Ele argumenta que o desenvolvimento da linguagem é profundamente influenciado por fatores sociais e culturais, além de tecnológicos. Esta abordagem interseccional pode fornecer novas perspectivas sobre como o desenvolvimento da linguagem está intrinsecamente ligado à construção de identidades e relações de poder. Considerando a questão da alteridade, podemos entender melhor como as mudanças linguísticas são influenciadas pelas dinâmicas sociais de dominação e resistência. Ao incorporar as contribuições de Auroux e Bourdieu, podemos também considerar as estruturas sociais e históricas que moldam o desenvolvimento da linguagem. O termo “evolução” da linguagem refere-se ao processo dinâmico e contínuo pelo qual as línguas se transformam ao longo do tempo.

Esta evolução não é somente um fenômeno linguístico interno, baseado em mudanças fonéticas, gramaticais ou lexicais, mas também é profundamente influenciado por fatores sociais e históricos. Ao incorporar as ideias de Auroux e Bourdieu, o desenvolvimento da linguagem é entendido como um processo interativo que ocorre na interseção da prática linguística com as estruturas sociais, culturais e de poder. Isso implica que as mudanças na linguagem são simultaneamente reflexo e influenciadoras das identidades culturais, das relações de poder e das dinâmicas sociais, moldando e sendo moldadas pelo contexto no qual os falantes vivem. Esta abordagem ampla permite-nos compreender como diferentes formas de fala e comunicação são utilizadas para estabelecer relações de poder e construir identidades sociais.

Tanto Jespersen quanto Auroux concordam que a língua é um fenômeno social influenciado pelas práticas comunicativas de uma comunidade. O estudo visa analisar a interseção entre a teoria de Jespersen do progresso da linguagem e a perspectiva cultural e social de Auroux. O progresso da linguagem refere-se à ideia de que as línguas se desenvolvem e se desenvolvem de maneira a se tornarem mais eficientes, expressivas ou adaptadas às necessidades de seus falantes ao longo do tempo. Esta noção, frequentemente associada às teorias de Otto Jespersen, sugere que as mudanças linguísticas não são aleatórias ou meramente cíclicas, mas seguem uma trajetória de aprimoramento e refinamento. O progresso da linguagem pode envolver a simplificação de estruturas gramaticais, a clarificação de ambiguidades, o enriquecimento do léxico ou a adaptação a novos contextos e tecnologias de comunicação. Importante destacar que essa visão de progresso não implica necessariamente uma melhoria no sentido moral ou cultural, mas sim uma adaptação funcional e pragmática às necessidades comunicativas dos falantes. O relatório abordará os benefícios e desafios resultantes das transformações linguísticas, que incluem Simplificação Gramatical, Enriquecimento Lexical, Alterações Fonéticas e Fonológicas, Adaptação a Contextos e Tecnologias Emergentes, Variação e Diversificação Dialetoal, Mudanças Semânticas e Pragmáticas, e a Influência de Outras Línguas. Serão também analisadas as implicações dessas mudanças para a conservação da diversidade linguística e para a inclusão social de grupos minoritários. A preservação da língua pode ser entendida como a tentativa de manter viva uma língua e sua história,

mesmo que ela esteja em risco de desaparecer. Isso pode envolver a documentação da língua, a promoção do seu uso em contextos formais e informais, o ensino da língua para as gerações mais jovens e a conscientização sobre a importância da língua para a identidade cultural e a diversidade linguística. A preservação da língua pode ser vista como uma forma de proteger a diversidade cultural e linguística, bem como de manter viva a história e a memória de uma comunidade ou grupo de pessoas (Heller-Roazen, 2010). O estudo também visa explorar a frequência de contextos históricos e sociais na evolução da língua, com o objetivo de enriquecer o conhecimento sobre o progresso da linguagem e sua relação com fatores culturais e sociais.

Estudar a evolução das línguas tem sido crucial para a compreensão da diversidade cultural e para preservar a diversidade linguística. Estas línguas foram marginalizadas e subjugadas ao longo da história colonial, levando à perda de falantes e a um declínio na sua vitalidade (Colombat; Fournier; Puech, 2017). No entanto, com o crescente reconhecimento da sua importância, foram esforçados para promover sua preservação. Este estudo é vital para a linguística, estudos culturais e ciências sociais. Contribui para a compreensão da diversidade linguística, valorização de culturas, reconstrução de identidades perdidas e garantia de inclusão social e direitos linguísticos. Investir na investigação e nas políticas que promovam o estudo e a preservação das línguas é essencial para reforçar a diversidade cultural e a sobrevivência das comunidades. Isto inclui o desenvolvimento de programas de educação linguística, a criação de espaços de expressão cultural e o estabelecimento de parcerias entre comunidades, instituições de estudo e órgãos governamentais. Esta metodologia fornece uma base sólida para a compreensão do contexto atual e questões-chave relacionadas à preservação da língua, como em Heller-Roazen (2010).

REVISÃO DA LITERATURA - CONCEITO DE ALTERIDADE

A relação com a diferença parece uma parte importante da denominação de línguas e de começar a pensar sobre a língua: ela aparece em todas as tradições, seja direta ou indiretamente. O termo “outras variedades linguísticas” refere-se a qualquer variedade linguística que é considerada diferente daquela descrita pelos primeiros teóricos, desde

filósofos da Grécia Antiga, como Aristóteles, que refletiram sobre a natureza da linguagem, até linguistas do século XIX e início do século XX, como Ferdinand de Saussure. Isto pode incluir uma língua estrangeira, referida como “alteração linguística externa”, bem como variedades regionais, sociais, históricas ou não-padrão, referidas como “alteridade linguística interna”. O conceito de identidade pressupõe alteridade. Uma vez que a identidade é estabelecida, a alteridade é tipicamente rejeitada (Lévi-Strauss, 1987).

Claude Lévi-Strauss descreverá esta forma de apreender o outro - o etnocentrismo - da seguinte forma: “A humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo linguístico, às vezes até mesmo da aldeia; a tal ponto que inúmeras populações chamadas primitivas se designam por um nome que significa “humanos” (ou às vezes - digamos mais discretamente - os “bons”, os “excelentes” ou os “completos”), implicando assim que outras tribos, grupos ou aldeias não possuem virtudes humanas — ou a mesma natureza — mas são, no melhor dos casos, compostas de “maus”, “malos”, “pombos de terra” ou “ovos de pato” (Lévi-Strauss, 1987, p. 20–27).

DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES DO CONCEITO

A linguagem pode atuar tanto como uma barreira quanto como uma ponte na relação com o “Outro”. As teorias de Jespersen e Aurox oferecem visões valiosas para entender essa dinâmica. Recorremos à filosofia por meio da lógica ontológica de Parmênides para elaborar um conceito de alteridade linguística, tendo em vista que o conceito ainda não está padronizado. A escolha de recorrer à lógica ontológica de Parmênides para desenvolver e padronizar o conceito de alteridade linguística é uma estratégia significativa que traz várias implicações profundas. Parmênides é conhecido por sua abordagem filosófica que busca os fundamentos do ser e da realidade, e ao aplicar sua lógica à linguística, busca-se uma base mais profunda e fundamental para entender o conceito de alteridade, indo além das observações empíricas e teóricas comuns na linguística. Essa abordagem destaca o contraste entre a unidade e a diversidade, onde a filosofia de Parmênides, enfatizando um ser unificado e imutável, contrasta fortemente com a realidade da diversidade linguística. Tal tensão entre a unidade e a diversidade

oferece uma perspectiva rica para explorar e definir o conceito de alteridade na linguagem. Além disso, Parmênides desafia a noção de mudança, considerando-a uma ilusão, o que, no contexto da alteridade linguística, leva a uma reflexão mais profunda sobre o que é permanente e o que é transitório nas línguas. Sua abordagem enfatiza a busca pela essência e pela forma verdadeira das coisas, e ao aplicar isso à linguagem, pode-se buscar entender a essência da alteridade linguística — o que realmente significa ser 'outro' em termos linguísticos e como isso se manifesta em diferentes línguas e culturas. A incorporação de uma perspectiva filosófica, especialmente uma tão fundamental quanto a de Parmênides, enriquece a discussão linguística, permitindo que o conceito de alteridade seja visto sob uma luz diferente, potencialmente revelando novas dimensões e compreensões. Em resumo, recorrer a Parmênides para desenvolver o conceito de alteridade linguística permite uma abordagem mais profunda e filosoficamente fundamentada, que desafia e enriquece a compreensão convencional da diversidade e da mudança na linguagem. Assim, lançamos mão da lógica de Parmênides para buscar uma definição precisa (Parménide, 2016).

Para Jespersen, a linguagem é uma barreira, enquanto ela pode limitar a comunicação e criar mal-entendidos entre diferentes culturas e povos. Por outro lado, para Auroux, a linguagem é vista principalmente como um fenômeno social e cultural, profundamente influenciado por fatores históricos, tecnológicos e sociais. Auroux, um filósofo e historiador da linguística, é conhecido por suas ideias sobre a “gramatização” e a “alfabetização das línguas”, conceitos que exploram como a linguagem é estruturada, codificada e transformada ao longo do tempo. Ambas as teorias contribuem para uma compreensão mais ampla da alteridade linguística e abrem espaço para reflexões sobre a importância do respeito e da valorização das diferentes formas de expressão linguística. A afirmação de que as teorias de Jespersen e Auroux contribuem para uma compreensão mais ampla da alteridade linguística e incentivam reflexões sobre o respeito e a valorização das diferentes formas de expressão linguística destaca a importância de abordagens interdisciplinares na linguística. Jespersen, com sua ênfase na evolução e progresso da linguagem, revisita a dinâmica da mudança linguística, enquanto Auroux, focando na gramatização e na influência social e cultural na linguagem, destaca como as línguas são moldadas e transformadas em contextos sociais. Juntas, essas teorias

fornece uma visão holística que reconhece a linguagem não apenas como um sistema em constante evolução, mas também como um reflexo das identidades culturais e sociais. Essa perspectiva ampliada permite uma apreciação mais profunda da diversidade linguística, enfatizando a necessidade de respeitar e valorizar as diferentes formas de expressão linguística como partes integrantes da rica tapeçaria da experiência humana. Ao fazer isso, essas teorias abrem caminho para um diálogo mais inclusivo e empático em relação à alteridade linguística, promovendo uma maior compreensão e apreciação das variadas maneiras pelas quais as comunidades humanas se comunicam e se expressam.

A lógica de Parmênides e os escritos de Sylvain Auroux sobre a alteridade oferecem um terreno fértil para a elaboração de um conceito de “Alteridade Linguística”. Embora esses dois pensadores operem em domínios muito diferentes—Parmênides na ontologia e Auroux na linguística e filosofia da linguagem—, suas ideias podem ser sintetizadas interessante.

PARMÊNIDES E O SER

Para Parmênides, o “ser” é eterno, imutável, indivisível e unificado. Ele rejeita a ideia de “não-ser” como ilógica e, portanto, qualquer forma de mudança ou diversidade é uma ilusão. Em outras palavras, a realidade, em sua essência, é uma e imutável (Parmênide, 2016).

AUROUX E A ALTERIDADE

Sylvain Auroux, por outro lado, explora a complexidade da linguagem e como ela é afetada e moldada por fatores sociais, culturais e tecnológicos. Ele fala sobre a “gramatização” e a “alfabetização das línguas” (Auroux, 2009), como processos que não apenas estruturam a linguagem, mas também a nossa compreensão do “Outro” — a alteridade.

ALTERIDADE LINGUÍSTICA: UM CONCEITO SINTETIZADO

Com base nesses dois conjuntos de ideias, podemos elaborar o conceito de “Alteridade Linguística” como a tensão entre a busca de uma essência linguística unificada e imutável (ecoando Parmênides) e a realidade da diversidade linguística e cultural (ecoando Auroux).

1. Unidade na Diversidade: Assim como Parmênides vê o “ser” como uma entidade unificada, podemos considerar que todas as línguas apontam para uma capacidade humana unificada para a linguagem. No entanto, essa unidade se manifesta de formas incrivelmente diversas, refletindo diferentes culturas, histórias e tecnologias (ecoando Auroux), (Auroux, 2009).

2. Imutabilidade e Mudança: A lógica de Parmênides de um “ser” imutável pode ser vista como um ideal linguístico — a busca por regras gramaticais e estruturas consideradas “corretas” ou “puras”. No entanto, Auroux nos mostra que a linguagem está sempre em um estado de fluxo, moldada por fatores sociais e tecnológicos.

3. O 'Outro' na Linguagem: Auroux nos faz considerar como a gramatização e a alfabetização podem servir tanto para incluir quanto para excluir o “Outro”. Para Sylvain Auroux, a gramatização refere-se ao processo histórico e social pelo qual as línguas são codificadas em sistemas de regras gramaticais escritas. Este processo envolve a transformação da linguagem falada em uma forma escrita estruturada, estabelecendo normas e padrões para o uso da língua. A gramatização não é apenas uma questão técnica de transcrição da fala, mas também um fenômeno cultural e social significativo, ao influenciar a maneira como as pessoas pensam sobre a linguagem, como a utilizam para expressar identidades e como a ensinam e aprendem. Ao codificar a língua, a gramatização contribui para a formação de uma linguagem padrão, muitas vezes marginalizando as variantes linguísticas e afetando as dinâmicas de poder e prestígio entre diferentes formas de fala. Já o conceito de “alfabetização” vai além do simples aprendizado da leitura e da escrita. Ele o considera um processo cultural e social fundamental que transforma a maneira como as pessoas interagem com a linguagem e o conhecimento. A alfabetização não se limita à aquisição de habilidades técnicas; ela envolve a internalização de uma estrutura de pensamento que privilegia a comunicação

escrita e a documentação. Este processo tem implicações profundas para a sociedade, influenciando a organização do conhecimento, a distribuição do poder e a formação da identidade cultural. Ao promover a alfabetização, Auroux destaca como as sociedades valorizam e transmitem suas tradições, conhecimentos e valores, moldando assim as relações sociais e o desenvolvimento intelectual. Assim, a linguagem pode ser utilizada para estabelecer barreiras ou construir pontes. A busca por uma linguagem “pura” ou “correta” pode ser vista como uma tentativa de eliminar a alteridade, ecoando a busca de Parmênides por um “ser” unificado.

4. Implicações Éticas e Sociais: Reconhecer a alteridade linguística nos obriga a enfrentar questões éticas sobre inclusão e exclusão, sobre quem consegue definir o que é considerado “correto” ou “puro” em linguagem, e como essas definições afetam nossa relação com o “Outro”.

Sendo assim, o conceito de “Alteridade Linguística” é a interação complexa entre a unidade e a diversidade, a imutabilidade e a mudança, na forma como utilizamos e entendemos a linguagem. Este conceito tem implicações profundas para a linguística, a filosofia da linguagem, os estudos culturais e as ciências sociais.

TEORIA DO PROGRESSO LINGUÍSTICO DE OTTO JESPERSEN

A teoria de Otto Jespersen do progresso linguístico é uma abordagem importante para compreender o desenvolvimento da linguagem e sua relação com a cultura e a sociedade. Jespersen argumentou que a linguagem está constantemente se desenvolvendo e se transformando, e que essas mudanças são influenciadas pelas mudanças sociais e culturais (Jespersen, 2022). Ele também enfatizou a importância da diversidade linguística e da preservação das línguas minoritárias, destacando que o desenvolvimento da linguagem não deve levar à perda de variedades linguísticas. Sua teoria do progresso linguístico contribuiu para o desenvolvimento da sociolinguística e do estudo das mudanças linguísticas ao longo do tempo. Quando Jespersen desenvolveu sua teoria do progresso linguístico, ele reconheceu a importância da interação entre a linguagem e o ambiente social. Desta forma, o conceito de alteridade linguística cunhado aqui pode ser aplicado em diferentes contextos e situações. Desse modo, a alteridade linguística

complementa a teoria do progresso linguístico de Jespersen, estabelecendo uma estrutura para compreender a evolução das línguas não apenas pela ótica da simplificação e da eficiência, mas também pelo modo como expressam e configuram as identidades sociais e culturais.

PRINCIPAIS POSTULADOS E APLICAÇÕES

A intersecção entre os postulados de Otto Jespersen e Sylvain Auroux oferece uma visão abrangente da evolução linguística, destacando a importância da alteridade linguística. Jespersen, em sua obra “Language: Its Nature, Development and Origin”, argumenta que a linguagem está em constante transformação, impulsionada por fatores intrínsecos à comunicação humana (Jespersen, 2022). No livro “A revolução tecnológica da gramatização”, Sylvain Auroux aprofunda a ideia de que as tecnologias da escrita e da gramática não são apenas ferramentas passivas no desenvolvimento da linguagem, mas atores ativos que influenciam sendo influenciados por essa evolução. Auroux argumenta que a invenção da escrita e o desenvolvimento de sistemas gramaticais não apenas documentam a linguagem, mas também a transformam. Essas tecnologias alteram a maneira como pensamos sobre a linguagem, como a utilizamos e como a percebemos. Por exemplo, a escrita permite a fixação e a disseminação de formas linguísticas, enquanto a gramática sistematiza e normatiza o uso da língua, influenciando a percepção de correção e incorreção linguística. Esses processos, por sua vez, retroalimentam o desenvolvimento da linguagem, pois as mudanças na escrita e na gramática podem levar a novas formas de expressão e compreensão. Assim, Auroux vê a gramatização e a alfabetização como processos dinâmicos e interativos que moldam a evolução linguística em um ciclo contínuo de influência mútua (Auroux, 2009).

A nomenclatura de idiomas refere-se à maneira como os idiomas são nomeados e diferenciados uns dos outros. Isso pode incluir nomes de idiomas, classificações de idiomas e distinções entre variedades de idiomas. A nomenclatura das línguas, conforme discutido por Émilie Aussant, é um reflexo da alteridade, onde a identificação de uma língua está intrinsecamente ligada à percepção do “Outro” (Aussant, 2009). A forma como as línguas são nomeadas e diferenciadas pode refletir e moldar concepções

subjacentes de identidade, cultura e relacionamento entre falantes de diferentes línguas. Este processo de nomeação é fundamental para a compreensão da evolução linguística, ao estabelecer as bases para a inclusão ou exclusão de variedades linguísticas em um determinado grupo social.

Bernard Colombat, Jean-Marie Fournier e Christian Puech, em “Uma história das ideias linguísticas”, fornecem um panorama histórico das teorias linguísticas, ressaltando como as ideias sobre linguagem e alteridade se desenvolveram ao longo do tempo (Colombat; Fournier; Puech, 2017). A compreensão do desenvolvimento da linguagem é crucial para aplicar eficazmente o conceito de alteridade linguística, ao permitir uma apreciação mais profunda de como as línguas se transformam e se diversificam ao longo do tempo em resposta a mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Reconhecer essa evolução ajuda a entender que as diferenças linguísticas não são estáticas ou meramente superficiais, mas são o resultado de processos históricos complexos e dinâmicos. Ao compreender o desenvolvimento da linguagem, podemos abordar a alteridade linguística não apenas como uma questão de diferenças entre línguas ou dialetos, mas como uma reflexão das experiências, identidades e histórias variadas das comunidades que as falam. Isso permite uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade linguística, promovendo o entendimento e o respeito pelas diferentes formas de expressão linguística e, por extensão, pelas diferentes culturas e sociedades que elas representam. Essa compreensão é essencial para aplicar o conceito de alteridade linguística de maneira eficaz.

Claude Lévi-Strauss, em “Race et histoire”, aborda a questão do etnocentrismo e como a percepção do “Outro” é fundamental para a construção da identidade de um grupo (Lévi-Strauss, 1987). A aplicação desse entendimento ao campo da linguística permite uma análise mais profunda das dinâmicas de poder e identidade que permeiam o desenvolvimento da linguagem.

Por fim, Parmênides, em “De l’être”, oferece uma perspectiva ontológica sobre a existência e a realidade, que pode ser aplicada à linguagem ao considerar a busca por uma essência linguística imutável em contraste com a realidade da diversidade linguística (Parménide, 2016).

A aplicação desses postulados ao estudo da alteridade linguística permite uma análise mais rica das forças que moldam a linguagem. Isso inclui a compreensão de como as tecnologias da gramatização influenciam a percepção e a categorização das línguas, como as ideias sobre a linguagem se desenvolvem em diferentes contextos históricos e culturais, e como as dinâmicas de poder e identidade influenciam a inclusão ou exclusão de variedades linguísticas. A compreensão da alteridade linguística é, portanto, crucial para a promoção da diversidade linguística e para o desenvolvimento de políticas linguísticas inclusivas. A compreensão da alteridade linguística é fundamental para promover a diversidade linguística e desenvolver políticas linguísticas inclusivas porque permite reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão linguística. Ao entender que cada língua ou dialeto representa uma visão de mundo única e uma identidade cultural distinta, podemos apreciar a riqueza e a importância da diversidade linguística. Isso leva à formulação de políticas que não apenas protegem as línguas minoritárias e os dialetos de serem marginalizados ou extintos, mas também promovem o multilinguismo e o respeito pelas diferentes formas de expressão linguística. Assim, ao abraçar a alteridade linguística, criamos uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todas as formas de linguagem são valorizadas e preservadas.

ESTUDOS RELACIONADOS

A questão da denominação das línguas e sua relação com a identidade, a cultura e a alteridade são destacadas por Aussant (2009). Ele observa que, em algumas tradições, as línguas inicialmente não possuíam um nome específico e eram referidas por termos genéricos que significavam “fala” ou “linguagem”. Aussant sustenta que a identidade implica a alteridade e a reflexão sobre a linguagem frequentemente se inicia com o reconhecimento da diferença entre a língua nativa e a língua do outro. As formas como os primeiros teóricos da linguagem nomeavam e distinguiam as línguas podem revelar concepções subjacentes sobre a relação entre linguagem e cultura, assim como sobre a natureza da identidade e da alteridade. Portanto, considerar o outro é crucial na representação da linguagem, pois a maneira como as línguas são nomeadas e

diferenciadas pode refletir e influenciar as concepções subjacentes sobre identidade, cultura e a relação entre falantes de diferentes línguas.

Outro ponto importante é a evolução das ideias linguísticas ao longo do tempo. Nos últimos quinze anos, a história das teorias linguísticas experimentou um desenvolvimento considerável. Duas revistas são inteiramente dedicadas a isso: *Historiografia Linguística* e *História Epistemologia Linguagem*. Essas revistas ajudaram a entender melhor como as ideias linguísticas se desenvolveram ao longo dos séculos, desde a antiguidade até agora. A segunda questão abordada por Aurox na revista (Aurox, 1988) é a das diferentes metodologias utilizadas no estudo das ideias linguísticas. As metodologias incluem análise histórica, análise epistemológica, análise comparativa e análise crítica. Essas metodologias permitem examinar as ideias linguísticas em seu contexto histórico e cultural, compreender como elas se desenvolveram ao longo do tempo e como influenciaram outras áreas do pensamento. A terceira questão abordada neste artigo é a influência das ideias linguísticas em outras áreas do pensamento, como filosofia e literatura. As ideias linguísticas tiveram uma influência considerável nestas áreas, especialmente no século XX. As teorias linguísticas ajudaram a compreender melhor a estrutura das línguas e influenciaram a filosofia da linguagem, a semiótica e a teoria literária. Sendo assim, Aurox oferece uma visão geral da história das ideias linguísticas, das metodologias utilizadas para estudá-las e de sua influência em outras áreas do pensamento. É um recurso valioso para estudantes e estudiosos interessados em linguística e humanidades em geral.

INTERSEÇÃO ENTRE ALTERIDADE E PROGRESSO LINGUÍSTICO

A análise da interseção entre as teorias de progresso linguístico de Otto Jespersen e a concepção de alteridade de Sylvain Aurox revela um terreno fértil para discussões sobre o desenvolvimento da linguagem e sua relação com a identidade e a cultura. Jespersen, em sua obra seminal, vê a linguagem como um organismo vivo em constante evolução, onde a simplificação e a eficiência comunicativa são forças motrizes (Jespersen, 2022). Aurox, por outro lado, destaca a influência das tecnologias da escrita e da gramática na estruturação da linguagem, apontando para uma revolução tecnológica

da gramatização que afeta a percepção e a categorização das línguas. Em sua obra sobre a “revolução tecnológica da gramatização”, destaca como as tecnologias da escrita e da gramática influenciam profundamente a estrutura e o desenvolvimento da linguagem. Ele argumenta que a padronização das línguas, impulsionada pelo advento da imprensa e pela criação de gramáticas normativas e dicionários, não apenas moldou a percepção e categorização das línguas, mas também refletiu e reforçou relações de poder sociais e culturais. Essas mudanças, segundo Auroux, vão além do aspecto técnico, afetando a identidade das comunidades linguísticas e as dinâmicas de inclusão e exclusão nas sociedades, evidenciando a interconexão entre linguagem, poder e sociedade (Auroux, 2009).

A interseção entre essas teorias ocorre no reconhecimento de que a linguagem é um fenômeno social que reflete e molda as relações de poder e as identidades culturais. Jespersen identifica uma tendência inerente à simplificação na evolução linguística, mas também reconhece a importância da diversidade linguística e a necessidade de preservar línguas minoritárias. Auroux complementa essa visão ao discutir como as ferramentas linguísticas, como gramáticas e dicionários, não apenas descrevem, mas também prescrevem e delimitam o que é considerado linguagem “correta” ou “pura” (Auroux, 2009). Elas desempenham um papel crucial na codificação e padronização da língua, estabelecendo regras e normas que facilitam a comunicação e o entendimento entre os falantes. Além disso, servem como um registro histórico, conservando formas de fala e escrita que podem mudar ou desaparecer com o tempo, sendo fundamentais no ensino de línguas, tanto maternas quanto estrangeiras. Estas ferramentas refletem as práticas culturais e sociais de uma comunidade, oferecendo percepções valiosas sobre seus valores e história, e são essenciais para o estudo em linguística e áreas afins. Em contextos multilíngues, elas facilitam a comunicação entre diferentes grupos linguísticos e podem ser utilizadas para promover a inclusão de variedades linguísticas marginalizadas, reconhecendo e valorizando a diversidade linguística. Por fim, são fundamentais no desenvolvimento de tecnologias de processamento de linguagem natural, como tradutores automáticos e assistentes de voz, que dependem de dados linguísticos estruturados para funcionar eficientemente. A instrumentação linguística, como discutida por Auroux, permite ver o “outro” de maneiras significativas, principalmente através da maneira como

gramáticas, dicionários e outras ferramentas linguísticas moldam nossa percepção da linguagem e, por extensão, das pessoas que a utilizam. Essas ferramentas não são meramente descritivas; elas têm um papel prescritivo e normativo, estabelecendo padrões para o que é considerado linguagem “correta” ou “pura”. Ao fazer isso, a instrumentação linguística pode criar distinções entre “nós” e “eles”, colocando frequentemente as variedades linguísticas dominantes em uma posição de superioridade em relação a outras formas de expressão consideradas menos prestigiosas ou “incorretas”. Isso tem implicações significativas para como vemos o “outro”. Por exemplo, falantes de dialetos ou línguas minoritárias podem ser vistos como inferiores ou menos educados com base em padrões linguísticos arbitrários estabelecidos por essas ferramentas.

No entanto, a conscientização sobre esse papel da instrumentação linguística também oferece uma oportunidade para desafiar e redefinir essas normas. Ao reconhecer que as ferramentas linguísticas não são neutras, mas sim carregadas de valores culturais e sociais, podemos começar a valorizar a diversidade linguística como uma riqueza cultural, em vez de vê-la como um desvio de um padrão arbitrário. Isso permite uma maior inclusão e respeito pelas diferentes formas de expressão linguística e, consequentemente, pelas diferentes culturas e identidades que elas representam.

A nomeação das línguas, conforme discutido por Aussant, é um exemplo claro de como a alteridade é central na construção da identidade linguística (Aussant, 2009). A escolha de um nome para uma língua é um ato que reflete não apenas a autoidentificação de uma comunidade, mas também a sua relação com outras comunidades linguísticas. Assim, a nomeação pode ser vista como um processo de inclusão e exclusão, onde algumas línguas são valorizadas enquanto outras são marginalizadas.

Essa análise histórica de Colombat, Fournier e Puech fornece um contexto para entender como as ideias sobre linguagem e alteridade se desenvolveram sendo aplicadas ao longo do tempo, influenciando a evolução linguística (Colombat; Fournier; Puech, 2017). A história das ideias linguísticas mostra que a percepção do “Outro” sempre desempenhou um papel crucial na maneira como as línguas são estudadas, ensinadas e preservadas. Um exemplo que ilustra como a percepção do “Outro” influencia o estudo, o ensino e a preservação das línguas pode ser encontrado na Europa do século XIX,

quando os linguistas começaram a documentar e estudar línguas indígenas em territórios colonizados. Esses estudos, embora muitas vezes impulsionados por um interesse etnográfico e científico, também refletiam uma percepção do “Outro” como exótico e, em alguns casos, inferior. Isso teve um impacto significativo na maneira como essas línguas foram representadas e preservadas, muitas vezes sob uma ótica eurocêntrica. Outro exemplo pode ser visto no Renascimento, quando o estudo das línguas clássicas, como o latim e o grego, era valorizado acima das línguas vernáculas. Essa valorização refletia uma percepção do “Outro” temporal, onde o passado clássico era idealizado em contraste com o presente. Isso influenciou não apenas o ensino de línguas, mas também a formação de políticas linguísticas que favoreciam as línguas clássicas em detrimento das línguas locais.

No contexto contemporâneo, a globalização e o advento da internet trouxeram novas dimensões para a percepção do “Outro” linguístico. O inglês, por exemplo, tornou-se uma língua franca global, o que levou a debates sobre a hegemonia linguística e a necessidade de preservar línguas locais e minoritárias. Iniciativas como a documentação de línguas em perigo de extinção e a promoção do multilinguismo nas escolas refletem um esforço para reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural.

Esses exemplos demonstram que a percepção do “Outro” é um fator dinâmico e influente na linguística, moldando não apenas a compreensão acadêmica das línguas, mas também as políticas e práticas linguísticas em sociedades ao redor do mundo.

Lévi-Strauss, em sua discussão sobre etnocentrismo, destaca a tendência humana de ver a própria cultura (e, por extensão, a própria língua) como central e superior (Lévi-Strauss, 1987). Essa visão pode influenciar a evolução linguística ao favorecer determinadas formas linguísticas em detrimento de outras, refletindo assim as relações de poder e as hierarquias sociais.

Por fim, a ontologia de Parmênides oferece uma perspectiva filosófica que pode ser aplicada à linguagem, onde a busca por uma essência imutável entra em tensão com a realidade da diversidade e da mudança (Parmênide, 2016). A aplicação dessa perspectiva à linguística sugere que, embora possa haver uma busca por regras e estruturas estáveis,

a realidade é que a linguagem está sempre em fluxo, influenciada por fatores sociais, culturais e tecnológicos.

Assim, a interseção entre as teorias de Jespersen e Aurox nos permite compreender a evolução linguística como um processo dinâmico, simultaneamente impulsionado pela busca de eficiência comunicativa e moldado pelas relações de poder e identidade cultural. Pois, a contribuição de Sylvain Aurox para a compreensão da evolução linguística, em interseção com as ideias de Otto Jespersen, destaca que a linguagem é um fenômeno dinâmico influenciado tanto pela busca de eficiência comunicativa quanto pelas relações de poder e identidade cultural. Aurox enfatiza o papel das tecnologias da escrita e da gramática, como gramáticas e dicionários, na moldagem ativa da linguagem e da sociedade. Estas ferramentas estabelecem normas linguísticas que refletem e reforçam relações de poder, afetando a percepção de certas formas linguísticas e influenciando a identidade cultural. Essa perspectiva complementa a visão de Jespersen sobre a linguagem em constante transformação, ressaltando a interconexão entre eficiência comunicativa, relações de poder e identidade cultural na evolução linguística. A alteridade linguística emerge como um conceito chave para entender como as línguas se desenvolvem, como são percebidas e como as identidades são construídas através da linguagem. A alteridade linguística é fundamental para compreender como as línguas são utilizadas para construir e expressar identidades culturais e políticas.

IMPLICAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

COMO O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM PODE ATUAR COMO UM MECANISMO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO

O desenvolvimento da linguagem, enquanto fenômeno intrinsecamente ligado às práticas sociais e culturais, desempenha um papel significativo nos processos de inclusão e exclusão social. Através da gramatização, como discutido por Aurox (2009), a linguagem é codificada em sistemas normativos que estabelecem padrões de correção e pureza linguística. O conceito de gramatização, conforme discutido por Sylvain Aurox, envolve a codificação da linguagem em sistemas normativos, estabelecendo padrões de

correção e pureza linguística. Este processo não é apenas técnico, mas profundamente enraizado em contextos sociais e culturais, refletindo e reforçando estruturas de poder e hierarquias sociais. Exemplos históricos, como a padronização do francês pela Académie Française e a consolidação do inglês padrão através do dicionário de Samuel Johnson, ilustram como a gramatização pode marginalizar variações linguísticas e, conseqüentemente, os grupos sociais que as empregam. Essas práticas de padronização não apenas promovem uma homogeneidade linguística, mas também perpetuam desigualdades, ao privilegiar certas formas de fala em detrimento de outras. Assim, a gramatização é um fenômeno que transcende a mera catalogação da linguagem, atuando como um instrumento de poder social e cultural que molda a percepção e o uso das línguas. Estes padrões podem atuar como mecanismos de exclusão, marginalizando as variedades linguísticas que não se enquadram nas normas estabelecidas e, por extensão, às comunidades que as utilizam.

A alteridade refere-se a qualquer variedade linguística considerada diferente. Isto pode incluir línguas estrangeiras, bem como variedades regionais, sociais ou históricas, ou mesmo registros não padronizados. A identidade pressupõe alteridade e, uma vez estabelecida a identidade, a alteridade é geralmente rejeitada. A forma como os primeiros teóricos da linguagem nomeou e diferenciou as línguas pode refletir concepções subjacentes da relação entre língua e cultura, bem como a natureza da identidade e da alteridade. Portanto, a consideração do outro é importante na representação linguística porque a forma como as línguas são nomeadas e diferenciadas pode refletir e moldar concepções subjacentes de identidade, cultura e relacionamento entre falantes de línguas diferentes. Portanto, a nomenclatura das línguas, conforme explorado por Aussant (2009), é um ato que reflete e reforça a identidade e a alteridade. A escolha de um nome para uma língua pode tanto reconhecer e valorizar uma comunidade linguística quanto marginalizá-la, dependendo de como essa nomeação é contextualizada e utilizada em discursos sociais e políticos mais amplos.

A história das ideias linguísticas, conforme documentada por Colombat, Fournier e Puech (2017), revela que as atitudes em relação às línguas e seus falantes têm consequências diretas para a inclusão ou exclusão social. Um exemplo notável é a situação do latim na Europa medieval. O latim, sendo a língua da igreja, da ciência e da

educação formal, detinha uma posição elevada, enquanto as línguas vernáculas eram frequentemente vistas como inferiores. Essa percepção contribuiu para a exclusão social daqueles que não falavam latim, limitando seu acesso à educação e ao poder. Outro exemplo pode ser encontrado na colonização europeia, onde as línguas dos colonizadores eram frequentemente impostas às populações indígenas. Em muitos casos, as línguas locais eram suprimidas e até proibidas, levando à perda de patrimônio linguístico e cultural. Isso não apenas marginalizava os falantes nativos, mas também os excluía de oportunidades sociais e econômicas associadas ao domínio da língua do colonizador. Além disso, a padronização linguística na formação de nações-estado modernas muitas vezes levou à marginalização de dialetos e línguas minoritárias. Por exemplo, na França pós-revolucionária, a promoção do francês padrão sobre os dialetos regionais visava criar uma identidade nacional unificada, mas também contribuiu para a estigmatização de falantes de dialetos e a perda de diversidade linguística. Esses exemplos demonstram como as atitudes e políticas linguísticas podem reforçar hierarquias sociais e culturais, promovendo a inclusão de alguns grupos enquanto excluem outros. Línguas que são valorizadas e promovidas tendem a oferecer maiores oportunidades sociais e econômicas para seus falantes, enquanto aquelas que são desvalorizadas podem levar à estigmatização e ao isolamento.

A teoria do progresso linguístico de Jespersen (2022) sugere que a simplificação e a eficiência comunicativa são tendências naturais do desenvolvimento da linguagem. No entanto, essa evolução não é neutra; ela pode favorecer certas formas linguísticas e, conseqüentemente, certos grupos sociais. A evolução linguística pode, portanto, reforçar hierarquias sociais existentes ou desafiar e transformar essas hierarquias, dependendo de como as mudanças linguísticas são valorizadas e adotadas por diferentes grupos sociais. Mas o que as mudanças têm a ver com as escolhas e valorização consciente? A mudança linguística está intrinsecamente ligada a escolhas e valorizações conscientes. A maneira como diferentes grupos sociais adotam e valorizam mudanças linguísticas pode reforçar ou desafiar as hierarquias sociais existentes. Quando uma sociedade escolhe valorizar certas formas de linguagem em detrimento de outras, isso pode perpetuar desigualdades e exclusões. Por outro lado, a valorização consciente e inclusiva de diversas formas linguísticas pode promover a igualdade e o respeito pelas diferenças culturais e

linguísticas, contribuindo para a transformação das estruturas sociais em direção a uma maior equidade.

O desenvolvimento da linguagem pode atuar como um mecanismo de inclusão ao promover a diversidade linguística e ao reconhecer a legitimidade de todas as variedades linguísticas. Programas de revitalização linguística e políticas de educação bilíngue são exemplos de como a evolução linguística pode ser canalizada para apoiar a inclusão cultural e social. Por outro lado, o desenvolvimento da linguagem pode levar à exclusão quando as mudanças linguísticas são utilizadas para estabelecer uma norma padrão que marginaliza ou desvaloriza outras variedades linguísticas.

Portanto, o desenvolvimento da linguagem é um processo complexo que reflete e influencia a dinâmica social e cultural. As implicações sociais e culturais da evolução linguística são profundas, ao poderem tanto reforçar a inclusão e a diversidade quanto perpetuar a exclusão e a marginalização. Reconhecer e abordar essas implicações é crucial para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que a intersecção entre alteridade e progresso linguístico é um campo fértil para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que moldam o desenvolvimento da linguagem. Assim construímos o conceito de Alteridade linguística que pode ser interpretado como a dinâmica intrincada entre homogeneidade e heterogeneidade, constância e transformação, na maneira como empregamos e interpretamos a linguagem. Esse conceito possui repercussões significativas para áreas como a linguística, a filosofia da linguagem, os estudos culturais e as ciências sociais. Também revisitamos o conceito de progresso linguístico de Otto Jespersen: refere-se à ideia de que as línguas estão em constante evolução e aprimoramento. Jespersen acreditava que as mudanças linguísticas tendem a tornar as línguas mais lógicas, eficientes e expressivas ao longo do tempo. Ele via essa evolução como um processo natural e positivo, impulsionado pela necessidade dos falantes de comunicar-se de maneira mais clara e eficaz. Este conceito desafia a noção de que mudanças na linguagem são meramente degenerativas ou aleatórias, sugerindo, em vez disso, uma trajetória de

desenvolvimento e refinamento. As considerações finais indicam que, enquanto a linguagem se desenvolve naturalmente em direção à simplificação e eficiência comunicativa, conforme postulado por Jespersen, as dinâmicas de alteridade, conforme exploradas por Auroux, são fundamentais na determinação da trajetória dessa evolução. Auroux enfatiza como as tecnologias da escrita e da gramática, além das estruturas sociais e culturais, influenciam e têm sido influenciadas pelas mudanças linguísticas, destacando a interação entre as normas linguísticas estabelecidas e as variadas formas de expressão linguística. Essa interação ressalta a importância da diversidade e da inclusão no desenvolvimento linguístico, demonstrando que o desenvolvimento da linguagem é um processo complexo e multifacetado, profundamente enraizado nas experiências e identidades dos falantes.

A análise interseccional do progresso linguístico e a alteridade linguística revelaram que a gramatização não é apenas um processo, mas está profundamente enraizada em contextos sociais e culturais que podem tanto promover a inclusão quanto a exclusão. A gramatização se refere ao processo de transformação de conhecimentos e práticas em um sistema de regras e representações, permitindo sua transmissão e padronização. O modo de existência dos objetos técnicos refere-se às características e dinâmicas específicas dos objetos técnicos em relação à sociedade humana. Assim, a gramatização está relacionada ao modo de existência de objetos técnicos, ao envolver a codificação e formalização de conhecimentos e práticas relacionadas a objetos técnicos. Logo, por meio da gramatização, objetos técnicos são incorporados a um sistema de regras e representações que moldam seu uso, significado e significado social. Portanto, o modo de existência dos objetos técnicos é influenciado pelos processos de gramatização, que contribuem para a padronização e regulação das práticas técnicas e das interações sociais em torno dos objetos técnicos (Simondon, 2017).

A gramatização, conforme conceituada por Sylvain Auroux, refere-se ao processo histórico de transformação da linguagem oral em linguagem escrita, acompanhado pelo desenvolvimento de regras gramaticais e normativas. Este processo implica na codificação e sistematização da linguagem, estabelecendo padrões de correção e pureza linguística, e influenciando profundamente a maneira como as línguas são percebidas,

ensinadas e utilizadas nas sociedades. A valorização de certas línguas e a marginalização de outras refletem e reforçam hierarquias sociais e relações de poder.

Essas considerações finais, ancoradas no conceito de Alteridade Linguística, sublinham a necessidade vital de políticas linguísticas inclusivas e programas de revitalização que não apenas reconheçam, mas também valorizem ativamente a diversidade linguística. Este conceito nos leva a entender a linguagem como um campo dinâmico de interações entre diferentes formas de expressão, onde a unidade e a diversidade, a imutabilidade e a mudança, estão constantemente em diálogo. Ao abraçar a Alteridade Linguística, políticas e programas podem promover um ambiente mais acolhedor para todas as formas de expressão linguística, reconhecendo que cada variedade contribui para o rico mosaico da comunicação humana. Isso não apenas preserva a herança linguística, mas também fomenta uma compreensão mais profunda e respeitosa das diferentes identidades culturais e sociais, refletindo um compromisso com a equidade e a inclusão no panorama linguístico global. Tais políticas podem mitigar os efeitos excludentes da evolução linguística e promover a equidade social. A preservação da diversidade linguística emergiu como um fator-chave para a sustentabilidade cultural e a inclusão social.

Em termos de implicações práticas, o estudo sugere que a conscientização sobre a alteridade linguística deve ser integrada em todos os níveis de educação e planejamento linguístico. Isso pode ajudar a garantir que o desenvolvimento da linguagem seja um processo que inclua e celebre todas as formas de expressão linguística, em vez de um que marginalize as variedades não padrão.

Finalmente, o estudo reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar no estudo linguística, que considere não apenas os aspectos estruturais da linguagem, mas também os contextos sociais e culturais nos quais a linguagem é utilizada e se desenvolve. A compreensão da alteridade e do progresso linguístico como processos interconectados é essencial para uma visão holística da linguagem e sua função na sociedade.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- AUROUX, Sylvain. **Pour une histoire des idées linguistiques**. *Revue de Synthèse*, [s. l.], v. 109, n. 3–4, p. 429–441, 1988. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/bf03189139>. Acesso em: 4 jul. 2026.
- AUSSANT, Émilie. **La nomination des langues dans l’histoire**: présentation. *Histoire Épistémologie Langage*, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 5–13, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3406/hel.2009.3116>. Acesso em: 4 jul. 2026.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução de Marli Quadros Leite *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.
- HELLER-ROAZEN, Daniel. **Ecolalias**: sobre o esquecimento das línguas. Tradução de Fábio Akcelrud Durão. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- JESPERSEN, Otto. **Language**: its nature, development and origin. [S. l.]: DigiCat, 2022. Publicado originalmente em 1922.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Race et histoire**. [S. l.]: Gallimard, 1987.
- PARMÉNIDE. *De l’être*. Tradução e comentário de Patrick Négrier. Paris: Éditions Kimé, 2016.
- SIMONDON, Gilbert. **On the mode of existence of technical objects**. [S. l.]: Univocal Publishing, 2017.

CAPÍTULO III

A NÃO SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: A IDEIA DA UNIVERSALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO DA MULHERES NA EJA

Anésia Aparecida Da Silva Gassner⁴; Lourdes de Fatima Bezerra Carril⁵.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-03

RESUMO: Este texto aborda a universalização da educação básica e a permanência do analfabetismo no Brasil, fato presente na história da construção social do país. Numa perspectiva histórica discutimos a escolarização de mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando como as desigualdades de gênero, raça e classe impactam o acesso e a permanência na escola pública, mesmo sob a garantia desse direito a todos e todas as brasileiras estar na C.F./1988. Compreendendo a educação não apenas como instrução formal, mas como um território de disputa e resistência contra exclusões históricas e sociais e à luz da educação crítica, buscamos analisar como as políticas públicas dialogam, ou falham em dialogar, com a realidade concreta preenchendo lacunas sobre a especificidade de gênero na EJA, modalidade de ensino que tem como objetivo possibilitar acesso à educação de pessoas que não puderam estudar quando criança ou jovem. A exclusão escolar de mulheres não é um evento isolado, mas um processo contínuo marcado pelo patriarcado, mesmo no contexto atual. Diante dos desafios a escola tem um papel importante como espaço de acolhimento e liberdade, mas a efetivação do direito à educação exige a implementação de políticas públicas intersetoriais que garantam condições materiais de permanência, superando a lógica assistencialista e reconhecendo a EJA como um direito inalienável de emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: História. Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos-EJA. Mulheres.

THE FAILURE TO OVERCOME ILLITERACY IN BRAZIL FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE: THE IDEA OF UNIVERSALIZATION AND WOMEN'S EDUCATION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA)

ABSTRACT: This text addresses the universalization of basic education and the persistence of illiteracy in Brazil—a fact woven into the history of the country's social construction. From a historical perspective, we discuss the schooling of women within Youth and Adult Education (EJA), analyzing how inequalities of gender, race, and class impact access to and retention in public schools, even though the 1988 Constitution guarantees this right to all Brazilians. Viewing education not merely as formal instruction

4 <http://lattes.cnpq.br/2735138123015182>. <https://orcid.org/0009-0004-3475-1192>. E-mail: silvaanesia81@gmail.com.br.

5 <http://lattes.cnpq.br/0328730975862213>. <https://orcid.org/0000-0001-9054-6880>. E-mail: lourdescarril@ufscar.br.

but as a site of contestation and resistance against historical and social exclusions—and through the lens of critical education—we analyze how public policies engage (or fail to engage) with concrete realities. We aim to address gaps regarding gender-specific issues in EJA, an educational modality designed to provide access to education for individuals who were unable to attend school during childhood or youth. The exclusion of women from schooling is not an isolated event but a continuous process shaped by patriarchy, even in the present day. Amidst these challenges, schools play a vital role as spaces of inclusion and freedom; however, realizing the right to education requires the implementation of intersectoral public policies that guarantee the material conditions for staying in school, moving beyond a welfare-based approach and recognizing EJA as an inalienable right for human emancipation.

KEYWORDS: History. Illiteracy. Youth and Adult Education (EJA). Women.

INTRODUÇÃO

A história oficial do Brasil começou a ser contada há pouco mais de cinco séculos quando aqui chegaram as caravelas portuguesas. Vale ressaltar que desses quinhentos anos, em quase quatrocentos deles estava presente a prática da mercantilização e escravidão dos povos africanos, além de períodos de escravidão também dos povos originários, fatos que não podem deixar de ser considerados ao voltar-se para o exame de como se deu a educação no Brasil.

Ao analisarmos a evolução do sistema educacional brasileiro, é fundamental compreender que a expansão do ensino, embora tenha ocorrido quantitativamente ao longo do século XX, não garantiu necessariamente a democratização do acesso ao saber elaborado de forma igualitária. Romanelli (1986) realiza uma análise crítica sobre como a educação no Brasil se desenvolveu em descompasso com as reais necessidades da maioria da população, servindo historicamente mais aos interesses das elites e da modernização conservadora do que à formação de uma cidadania plena. A autora aponta que a estrutura educacional brasileira foi montada de modo a perpetuar privilégios, criando um funil que historicamente expulsou as classes populares e, consequentemente, as mulheres pobres, do sistema formal.

Nessa perspectiva, Romanelli (1986) destaca que o aumento de vagas e a criação de leis educacionais não resolveram o problema da marginalização cultural. O sistema escolar, ao expandir-se sem alterar sua estrutura rígida e seletiva, acabou por criar mecanismos internos de exclusão, como a repetência e a evasão, que atingem

desproporcionalmente os trabalhadores. Além disso, a autora discute o conceito de dualismo no ensino brasileiro, onde historicamente se ofertou uma escola de qualidade propedêutica para as elites e uma escola instrumental ou assistencialista para os pobres. Compreender essa raiz histórica nos ajuda a entender por que, mesmo com a legislação garantindo o direito à educação, a materialização desse direito na vida cotidiana de mulheres jovens e adultas ainda enfrenta barreiras tão sólidas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL E OS DESAFIOS DA EJA

O longo tempo como colônia de Portugal, o modo como as terras e suas riquezas naturais foram exploradas, criou um território que experimentou a invasão, a violência, o racismo e a discriminação. Porém, a escravidão é talvez a condição que mais nos impactou enquanto humanidade, pois, mesmo após 137 anos da abolição da escravatura, não conseguimos apagar as marcas esculpidas à força, a ferro e a sangue dos corpos de homens e mulheres estrangeiras ou dos originários.

A partir do final do século XIV, vários povos das Américas passaram a sofrer os impactos causados pelo conjunto de sucessões compostas pelo quádruplo da “descoberta, invasão, conquista, colonização”, ações realizadas pelos europeus, principalmente pelos portugueses e espanhóis. Enrique Dussel (1993), descreve esse período como o “Encobrimento do Outro”, retratando resumidamente os horrores vividos pelos habitantes do continente e, em seguida, pelos africanos que foram retirados de suas terras para serem escravizados na terra nova ou “novo mundo” como ficaram conhecidas as américas. Pelo uso da força, uso da tecnologia das armas de fogo e pelas diversas formas de violências, os invasores exerciam a dominação e subjugação dos corpos ao mesmo tempo que os excluía, considerando-os como seres inferiores.

Nesse contexto, no art.179, da Constituição de 1824, que foi a primeira do país, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, vamos encontrar a seguinte expressão sobre a educação básica: “instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”, assumida como um direito civil que deveria ser garantida pelo poder monárquico. Nesse momento o número de pessoas alfabetizadas era minoria. O primeiro censo foi realizado 48 anos mais tarde

e apontava que o número de pessoas analfabetas era de 82% do total da população, condição observada mesmo dentre as pessoas descritas como livres: “de fato, a distância entre letrados e iletrados era grande. Num quadro total da população, adicionando-se as crianças e os escravos, a proporção dos alfabetizados caía de 21,9% para 15,74%” (Bissigo, 2014, p. 166).

Para nossa discussão faremos um recorte histórico a partir de 1872, quando temos esse primeiro censo, o qual encontrou quase 10 milhões de habitantes residentes no território. Desse total, cerca de 15% eram pessoas em situação de escravidão, considerando que “em 1º de agosto de 1872, as paróquias de todos os cantos do Império mandaram às casas das redondezas formulários de papel que deveriam ser preenchidos pelos chefes de família e depois devolvidos, para a tabulação das informações” (Westin, 2022).

Os Quadros 1 e 2, a seguir, trazem uma amostragem que nos permite ter ideia que já chegando próximo ao final do sistema imperial o analfabetismo permanecia com altos índices:

Quadro 1: População livre segundo alfabetização em 1872

Sexo	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Homens	1.012.097	3.036.602
Mulheres	550.981	3.519.992

Fonte: Adaptado Brasil (1872)

Quadro 2: População livre de 6 a 16 anos segundo frequência escolar em 1872

Sexo	Frequentam a escola	Não frequentam a escola	Total da população
Meninos	155.651	41.782	786.131
Meninas	165.098	30.672	795.574

Fonte: Adaptado Brasil (1872)

Alguns pontos nos chamam a atenção neste quadro: apenas um terço dos homens livres eram alfabetizados, e em relação às mulheres os números eram bem piores, representando que pouco mais de um sexto delas eram alfabetizadas, além de não ser mencionado os números de pessoas maiores de 16 anos que pudessem estar estudando.

Podemos pensar na hipótese de que não havia educação, ao menos em número significativo para a população adulta neste período.

Diante da situação apresentada para pessoas livres em relação ao acesso escolar, podemos imaginar que na população escrava o analfabetismo era ainda maior, pois eram privadas do direito à educação. Bissigo (2014, p. 166) afirma que

quanto à população escrava, deveríamos presumir um analfabetismo total dessas pessoas ou apenas o desinteresse nesses dados? Assim como em vários outros momentos de divulgação de dados censitários ficou evidente, certos temas eram assuntos de gente livre, visando à construção de um país que em breve tempo seria livre e reforçando o abismo existente na condição social, reforçado inúmeras vezes nos quadros do censo. Mais uma vez, a escravidão foi menos enfocada no relatório, pois não contribuiria para a produção de dados que exaltassem ou “animassem” o “estado intelectual” do Brasil.

Enquanto se aproxima a abolição da escravatura, aumenta o desinteresse pela população escrava, já que ela deixaria em breve de ser um produto econômico. Ela que fora tão explorada para produzir riquezas para a elite e nobres brasileiros e ao mesmo tempo de forma sistemática maltratada por séculos, continuava a ser também excluída do direito à instrução básica conforme demonstra o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Número de população escrava que sabia ler e escrever em 1872

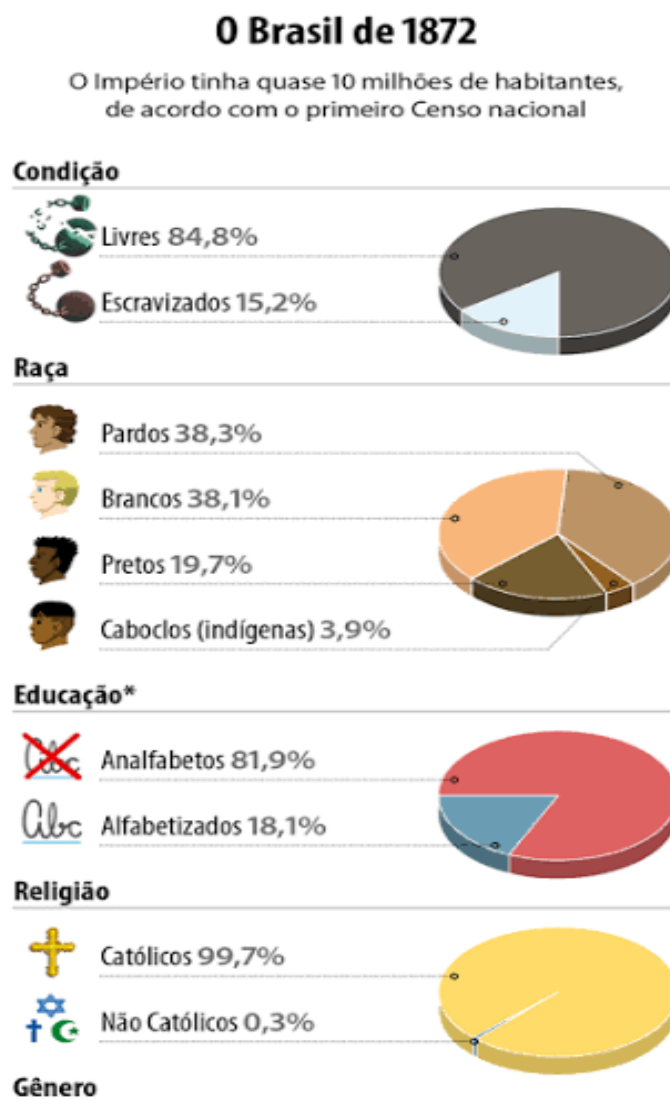
Sexo	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Percentual de analfabetismo
Homens	958	804.212	99,88%
Mulheres	445	705.191	99,94%

Fonte: Adaptado Brasil (1872)

Esses fatos históricos remontam a tempos distantes, mas deixam heranças que se estendem até a contemporaneidade. Não é novidade que convivemos com as desigualdades de direitos entre os gêneros e entre as classes sociais, e dentre essas categorias existem as distinções por cor e raça da pessoa, criando uma interseccionalidade na qual a mulher é mais excluída pelo simples fato de ser ela do sexo feminino e, indo além, se ela for de classe social menos favorecida. A exclusão pode aumentar se essa mulher for pobre e negra.

Na Figura 1 a seguir, podemos ter um panorama do Brasil por meio dos números apresentados no primeiro censo, o único realizado durante a vigência da escravidão.

Figura 1: O Brasil de 1872 – Primeiro censo nacional



Fonte: Adaptado Brasil (1872)

O ano de 1888 marca o fim da escravidão e se encaminha também para o término do regime imperial e início da República. De acordo com Patto (1999, p. 79), a educação do final do Império e início da República eram bem parecidas, pois se no regime imperial a sociedade era baseada no tripé latifúndio-monocultura-escravidão, talvez na republicana só não havia a escravidão formalizada como antes. Em 1930 o país possuía cerca de 75% da população analfabeta.

Não estamos aqui dizendo que o analfabetismo que atingiu e continua a atingir pessoas adultas ou a partir da idade de 15 anos fora totalmente ignorado ao longo do

tempo, senão estaríamos desmerecendo lutas coletivas ou mesmo individuais que reconheciam que não ter acesso à educação era mais uma forma de violência contra as mulheres e outros grupos já marcados pelas diversas formas de discriminação e racismo, além dos que militavam pela escolarização por fatores econômicos e que argumentam que o analfabetismo era um entrave que atrapalhavam o desenvolvimento da nação. Mas fato é que a problemática não foi superada.

As reformas e leis corroboravam para que o sujeito analfabeto fosse excluído cada vez mais dos setores sociais. Em 1879, a reforma Leôncio de Carvalho coloca o analfabeto como dependente e incompetente. A lei Saraiva, restringe o voto apenas às pessoas alfabetizadas, e Rui Barbosa postula que os analfabetos são considerados como crianças, incapazes de pensar por si próprios.

A Proclamação da República em 1891 não trouxe mudanças neste quadro, já que a nova constituição determinava que o direito ao voto era apenas restrito aos homens letrados e com posses, o que significou que apenas uma pequena minoria poderia participar da escolha dos candidatos nas eleições políticas. Por volta de 85% da população brasileira estava na condição de analfabeta e, portanto, sem autorização para votar.

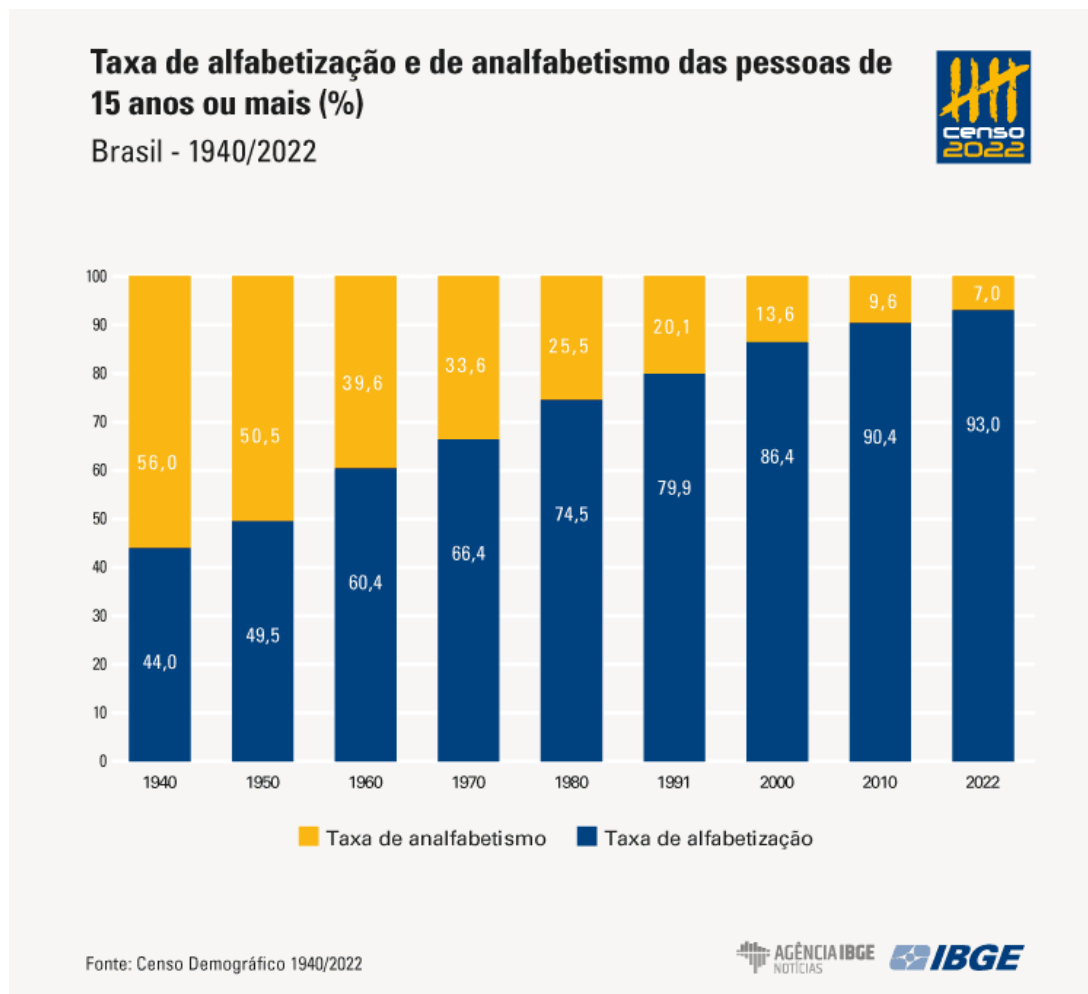
Nas décadas de 1920 e 1930, Sampaio Dória, Lourenço Filho e Anísio Teixeira buscavam liderar e planejavam uma reforma educacional ainda segundo Patto (1999, p. 82):

na convergência de interesses, os educadores progressistas levaram sua luta pela escola para o povo imbuídos das melhores intenções, acreditando nas possibilidades de democratização, através da escola de uma sociedade que avançava pelos caminhos da produção industrial capitalista independente.

As reformas idealizadas pelos escola novistas ganharam força na década de 1930. O Manifesto dos pioneiros, de 1932 e de 1959, provocaram alguns efeitos e houve uma ampliação quanto à oferta da educação para números cada vez maiores de pessoas. O movimento foi incentivado pela chegada da industrialização no país, o que exigia mão de obra minimamente letrada para trabalhar nas fábricas, que iam se instalando nas grandes cidades.

Com o passar do tempo foram percebidos alguns avanços como a ampliação na oferta de vagas, construção de escolas, novas legislações, e isso refletiu no aumento da alfabetização popular, como podemos observar na Figura 2 extraída do portal IBGE, que exibem números comparativos entre 1940 e 2022:

Figura 2: Taxa de alfabetização e analfabetismo no Brasil de 1940 a 2022 das pessoas de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE (2022)

A sociedade brasileira vivenciou novos cenários políticos que reverberaram em mudanças nos demais setores. O período culminou com o fim da ditadura (1964-1985), o início da redemocratização do País e em 1988 a promulgação da nova Constituição. Importante lembrar que contagiados pelas primícias democráticas todos esses eventos contavam com a participação e apoio popular. Eram movimentos organizados que levavam suas demandas aos constituintes antes da CF, e que continuaram a se mobilizar

e fazer com que suas reivindicações chegassem aos novos líderes políticos. Foi um momento de trabalho árduo, contínuo e com objetivos claros, a fim de que a nova CF, de fato, correspondesse ao que a população almejava.

Especialmente para a educação, a década de 1990 foi marcada por mudanças. Com desdobramento das legislações contidas na nova CF, os movimentos sociais continuavam a ferver por todas as partes. Faziam pressão para que o ensino básico outorgado como um direito de todos e todas as brasileiras sáisse do papel por meio da universalização, e buscavam, assim, a democratização da educação. A nova LDB/96 foi um marco importante desse momento.

Contudo, a educação manteve seu histórico de instabilidade, as discontinuidades nos programas e a falta de investimentos continuaram a causar retrocessos e exclusões que ainda não foram superados, principalmente no que se refere à EJA, pois a educação de pessoas com quinze anos ou mais que não tiveram a chance de concluir o ensino básico anteriormente permanecem fazendo parte nossa realidade em pleno ano de 2025. Como prova disso podemos mencionar o lançamento, em meados de 2024, do Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2024), já no governo de Luiz Inácio da Silva. Ao voltar à presidência do Brasil, com a equipe do ministério da educação, voltou seu olhar para essa modalidade de ensino, reconhecendo dessa forma a existência de pessoas na condição de analfabetas. A EJA demonstra que a universalização por ora parece que está longe do alcance de todos e todas. Crianças e jovens ainda são excluídos do espaço escolar e do seu direito de aprender:

Em 2017, por exemplo, 23,1% dos jovens de 15 a 17 anos tinham algum atraso escolar, e 7,1% tinham evadido. Além disso, cabe ressaltar que, entre os 20% mais pobres, o atraso escolar chegava a 33,6% e a evasão atingia 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos (Movimento pela Base, 2022, p. 18).

Fatores como distorção idade-série e reprovação muitas vezes colaboram com o aumento da evasão escolar por crianças e adolescente, mesmo que a justiça determine a obrigatoriedade aos responsáveis por zelar pelo acesso e permanência dessas crianças e jovens na escola. Diante dessa perspectiva pouco animadora e enquanto não superarmos modelos que levam crianças e jovens a deixarem o ensino regular, a EJA se faz necessária

para que esses indivíduos tenham a possibilidade de voltar aos estudos em algum momento.

É notório que o analfabetismo vem diminuindo entre população brasileira ano a ano, conforme pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE/Inep, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Indicador de Alfabetismo Funcional-INAF (especializado em estudo que tem como objetivo medir os níveis de alfabetismo funcional entre a população brasileira de 15 a 64 anos). Os indicadores demonstram essa queda sucessiva de pessoas consideradas analfabetas, no entanto, os mesmos órgãos também divulgam que o país tem por volta de 7% de indivíduos nessa condição. Em uma análise realizada nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, como aponta o Inep (2023), somente na cidade de São Paulo, existem 383 mil pessoas (4,9% da população) que não sabem ler nem escrever, enquanto no Rio de Janeiro 199 mil (4,4%) encontram-se na mesma situação. Em sua maior parte, os analfabetos são mulheres de cor parda ou negra. Outro dado que chama a atenção divulgado pelo mesmo instituto foi que no:

levantamento, dos 5.507 municípios, em apenas 19 a população tem escolaridade equivalente ao ensino fundamental, de oito anos ou mais. Em 1.796 municípios, a escolaridade média é inferior a quatro anos. E a taxa de analfabetismo nas famílias mais pobres (com renda inferior a um salário-mínimo) é quase 20 vezes maior do que nas famílias mais ricas (renda superior a 10 salários-mínimos) (Inep, 2023).

Reconhecer que o analfabetismo ainda persiste no país implica compreender que o enfrentamento dessa problemática, historicamente constituída, exige ações organizadas, sistemáticas e contínuas. A descontinuidade dos programas e dos financiamentos mostra-se especialmente prejudicial ao desenvolvimento da educação, uma vez que compromete a consolidação de políticas públicas de longo prazo. Nesse sentido, Costa (2018) destaca que os processos de estagnação ou de ruptura das políticas educacionais estão, muitas vezes, diretamente relacionados aos interesses dos grupos que ocupam o poder. Sabe-se que

um dos grandes problemas que enfrentamos é a descontinuidade política. Somos regidos partidariamente e, a cada mudança de partido político pelas eleições, há alterações nas decisões políticas educacionais – algumas regiões têm suas organizações educacionais completamente

mudadas a cada quatro anos. Isso dificulta a efetivação de propostas a longo prazo (Costa, 2018 p. 142).

Ou seja, quando se trata de alternância de poder, não se pode garantir mais avanços ou mais retrocessos. Com isso temos visto como uma marca durante todo o percurso histórico da educação brasileira. Agentes públicos empenhados apenas em defender seus interesses implantam medidas estanque sem compromisso com resultados a longo prazo e colaboram na perpetuação das instabilidades, alinhados apenas às suas intenções partidárias, o que na maioria das vezes se mostra insuficientes para transpor os complexos obstáculos e que geram fracassos recorrentes na educação.

A EJA é uma demanda antiga e ao mesmo tempo atual, carente de solução. O analfabetismo esteve sempre presente em nossa sociedade e continua a atingir pessoas com 15 anos ou mais por esse vasto país. Além disso, não é novidade que ter acesso ao processo educativo, ou não ter, é algo diretamente relacionado com o racismo, o patriarcalismo e as desigualdades econômicas e isso aparece nessa modalidade de ensino.

A trajetória da EJA de pouco mais de 4 décadas após a redemocratização do Brasil tem demonstrado o quanto ela continua sendo marginalizada e por vezes esquecida dentro do sistema educacional. A maioria dos modelos que funcionam atualmente já não atendem completamente às necessidades de seu público, um público tão diverso, com pessoas de todos os gêneros, idades, raças/etnias/cores, culturas, além das especificidades das regiões onde vivem, pessoas que estão espalhadas por todo o território brasileiro. Nem mesmo as regiões mais populosas e ricas do país conseguiram garantir o direito à educação de toda a sua população. Nesse contexto,

as escolas para jovens e adultos recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento completamente variado. A cada realidade corresponde um tipo de aluno e não poderia ser de outra forma, são pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos (Brasil, 2006, p. 4).

Segundo o Movimento pela Base (2022) houve uma redução no número de matrículas na EJA, o que nos parece mostrar uma contradição com relação ao número de pessoas analfabetas, com maior incidência entre a população negra e parda das camadas mais pobres, moradoras das periferias das cidades e outras áreas dos municípios. Essa

contradição é causada por diversos eventos sociais, mas pode ser explicada, pelo menos em parte, pela falta de espaços de EJA nessas comunidades, descontinuidade nos programas ou oferta de novos programas e metodologias que não dialogam com a realidade dessas pessoas, uma pedagogia que não considera seus conhecimentos prévios, suas necessidades e especificidade, sendo muitas vezes pautados por uma organização tradicional. Conforme análise de Di Pierro (2025), a queda nas matrículas da EJA envolve os erros e desacertos nas políticas públicas para essa modalidade de ensino, como a ausência de uma cultura do direito à educação e a inadequação de oferta, que autora explica como

a falta de prioridade para a EJA, o financiamento insuficiente, a falta de colaboração entre os governos e a gestão equivocada, como oferecer cursos apenas no período noturno quando existem públicos, como as mulheres donas de casa, que teriam maior disponibilidade durante o dia. A rigidez do formato excessivamente escolarizado, a inflexibilidade dos espaços e tempos escolares, a inadequação dos currículos e o despreparo dos educadores fazem com que a oferta de EJA seja pouco atraente (Porvir, 2025).

Demanda para a EJA é fato que existe, mas as condições de vida desses brasileiros também é um fator que os impede de buscar pela educação escolar ou mesmo de permanecer nela após ingresso. Num contexto desfavorável a EJA sofre um efeito dominó, pois diminui a procura, também diminui novas ofertas. Salas e turmas são fechadas e a modalidade passa ser oferecida em poucos espaços, diminuindo a possibilidade de os estudantes encontrarem escolas próximas de suas residências ou do seu local de trabalho e assim poderem dar continuidade aos estudos não concluídos. Sobre a oferta da educação profissional também há escassez, principalmente em bairros periféricos ou na zona rural, nas comunidades ribeirinhas, indígenas ou quilombolas, sendo que essas pessoas são as que mais precisam de novas oportunidades, ou para continuar em suas comunidades e poder contribuir com o desenvolvimento dela, ou para ter maiores chances de conseguir emprego com melhores salários, garantias trabalhistas, alguma estabilidade econômica e poder continuar sonhando.

Ofertar a EJA em um número reduzido de escolas, como vemos ocorrer em muitos municípios, é mais um fator que impede os sujeitos alvos dessa educação de se interessar

pelo estudo. Di Pierro aponta que concentrar os recursos de EJA em poucas escolas, impactam diretamente os estudantes dessa modalidade:

A centralização prejudica especialmente as camadas populares, onde a proximidade da escola à residência é crucial. Para os jovens e adultos, a territorialidade é muito importante, e, além disso, questões como custo e tempo de transporte são obstáculos a serem superados (Porvir, 2025).

Embora a EJA tenha passado por importantes transformações ao longo do tempo e tenha sido reconhecida como direito educacional pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), essa modalidade nem sempre ocupou posição prioritária nas políticas públicas. A trajetória da EJA é marcada por iniciativas descontínuas e pela recorrente interrupção de programas e ações governamentais, o que dificulta o enfrentamento de desafios históricos relacionados ao acesso, à permanência e à conclusão dos estudos.

Nesse sentido, observa-se que os avanços na EJA frequentemente dependem dos interesses políticos de cada período. Quando políticas de apoio são descontinuadas, seus efeitos recaem diretamente sobre os estudantes, especialmente sobre as mulheres, cuja permanência na escola muitas vezes está associada a condições como transporte gratuito, alimentação escolar, fornecimento de material didático e outros investimentos voltados à garantia do direito à educação.

A IDEIA DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Considerando todo esse contexto, apesar dos termos “universalização da educação” nos artigos 149 e 150 da Carta Constitucional, por volta de 1930, é somente a partir da década de 1990 que o Brasil iniciou a universalização da educação no país da forma que conhecemos, período marcado pela redemocratização após longos anos de ditadura militar e lutas por um novo sistema político. No mês de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), sendo um marco importante, pois define o cumprimento do que a CF/1988 já outorgava. Essa lei estabelece a garantia de que todos os brasileiros tenham direito à educação básica, a qual deve ser pública, gratuita, laica e de qualidade. Portanto, é de responsabilidade do Estado ofertar acesso à escola a todos e a todas brasileiras.

Naquele momento, o Ensino Fundamental, que abarcava crianças dos 7 aos 14 anos, passou a ter um caráter obrigatório, sendo compreendido como ensino básico, que, com o passar dos anos, foi ampliando seu alcance e, atualmente, contempla desde a educação infantil para crianças a partir dos 4 anos até o Ensino Médio para jovens de 17 anos como ensino obrigatório nessas faixas etárias. Na oferta de educação na faixa etária que engloba a idade de 0 ano aos bebês e crianças bem pequenas, com até três anos e 11 meses, não é obrigatória que seja realizada a matrícula por parte da família, enquanto nas faixas etárias maiores a família precisa matricular e zelar pela frequência mínima de sua criança ou jovem na escola.

A respeito da educação de pessoas com 15 anos ou mais que não tiveram a oportunidade de frequentar ou concluir o ensino regular anteriormente, a LDB/96, no seu art. 37, traz a modalidade EJA, que tem por finalidade justamente atender essas pessoas, que por diversos motivos foram impedidas de dar continuidade aos estudos na idade própria, sendo que a partir dos 15 anos elas podem ingressar no Ensino Fundamental e ter no mínimo 18 anos para ingressar no Ensino Médio.

Segundo dados do IBGE (2022),

as pessoas de cor ou raça branca e amarela com 15 anos ou mais de idade tiveram as menores taxas de analfabetismo, 4,3% e 2,5%, respectivamente. Já as pessoas de cor ou raça preta, parda e indígena do mesmo grupo etário tiveram taxas de 10,1%, 8,8% e 16,1%, respectivamente. Ou seja, as taxas de analfabetismo de pretos e pardos são mais que o dobro das dos brancos.

Além disso, Di Pierro (Porvir, 2025) esclarece que

o Brasil ainda tem 9,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever um bilhete simples, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2023. Desse total, 8,3 milhões têm mais de 40 anos. Entre aqueles a partir dos 60 anos, a taxa de analfabetismo chega a 15,4% – quase o triplo da média nacional.

As desigualdades históricas fomentadas pela combinação de fatores como a exploração mercantil e a própria escravidão excessivamente duradoura no Brasil São marcas sentidas até os dias atuais em todos os setores, incluindo a educação como uma herança rizoma. Estatísticas demonstram que apesar de diversas conquistas sociais dos últimos anos, as pessoas pretas ou pardas ainda são as maiores vítimas do descaso das políticas públicas e a educação mantém traços racistas, discriminatório e excludente,

senão como explicar que pessoas pretas ou pardas formam a maioria nas salas de EJA, ao mesmo tempo que são minoria nos níveis mais elevados da educação e ocupação dos espaços privilegiados da sociedade.

A EJA, de muitas maneiras, retrata que apenas a universalização e obrigatoriedade na educação não se mostrou suficiente para que todas e todos os estudantes obtivessem sucesso nos seus estudos. Na área educacional sempre existiram enormes desafios, principalmente dentro da escola. A falta de estrutura, de investimentos crescentes, descontinuidade nos programas, projetos e currículos, além precarização na formação dos professores e educadores que sofrem com a desvalorização e baixa remuneração, fomentam as exclusões por todos os lados. A EJA, além de representar uma oportunidade para conquistar a educação básica ao longo da vida para muitas pessoas, pois o seu público pertence às mais diversas faixas etárias, também evidencia que a retórica antiga dos políticos, o insistente sonho dos educadores progressistas de educação para todos e o permanente desejo de escolarização das classes populares (crianças pobres) conservam, ainda hoje, sua condição de promessa, sonho e desejo (Patto, 1999).

A NECESSIDADE DA BUSCA PELA EDUCAÇÃO CRÍTICA E O DIREITO À EDUCAÇÃO DE MULHERES JOVENS E ADULTAS

A educação crítica parte do entendimento de que o processo educativo é inseparável das condições históricas, sociais e políticas em que se realiza. Para Freire (1987), a educação não pode ser compreendida como um ato neutro, pois sempre se orienta para a manutenção ou para a transformação da realidade. Ao criticar a chamada educação bancária, o autor defende uma prática pedagógica fundada no diálogo, na problematização do mundo vivido e na construção coletiva do conhecimento, permitindo que educandos e educadores se reconheçam como sujeitos históricos capazes de intervir na realidade.

Nesse sentido, a educação crítica implica um movimento de conscientização, entendido por Freire (1993) como o processo pelo qual os sujeitos passam a perceber as contradições sociais que os atravessam e a compreender as causas estruturais da opressão. A prática educativa, portanto, deve favorecer a leitura crítica do mundo, articulando

reflexão e ação, de modo que o conhecimento não seja apenas acumulado, mas apropriado como instrumento de transformação social.

A construção de uma proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos não pode se limitar a uma adaptação simplista e acelerada do ensino regular voltado para crianças. Possani (2008) defende a urgência de currículos emancipatórios, que sejam construídos não apenas para os alunos, mas com os alunos, considerando seus tempos de vida, seus saberes prévios e suas culturas. Para a autora, a escola de EJA deve ser um espaço onde a utopia e a esperança de transformação social se materializem em práticas pedagógicas concretas, rompendo com a lógica de exclusão que marcou a trajetória escolar dessas mulheres.

Possani (2008) argumenta que um currículo emancipatório deve estar alicerçado na escuta sensível e no diálogo, reconhecendo que os sujeitos da EJA – em sua maioria mulheres trabalhadoras – trazem para a sala de aula uma bagagem de experiências que não pode ser ignorada. Isso implica que as políticas públicas devem garantir não apenas o acesso (a matrícula), mas a permanência e a construção de um conhecimento que faça sentido para a vida dessas estudantes. A educação, nessa visão, deixa de ser apenas a transmissão de conteúdos técnicos para se tornar uma ferramenta de leitura crítica do mundo, permitindo que essas mulheres reescrevam suas histórias e reivindiquem seu lugar na sociedade.

Além disso, Possani (2008) destaca a importância da participação coletiva na gestão e na definição dos rumos da escola. Para que a EJA cumpra sua função social, é necessário superar o modelo de “pacotes prontos” de ensino e investir na autonomia das escolas e dos professores para criarem projetos que dialoguem com a realidade local. As narrativas das mulheres nesta pesquisa confirmam a tese de Possani: quando a escola se abre para a vida das alunas, acolhendo suas dificuldades e sonhos, o currículo deixa de ser uma lista de matérias frias e torna-se um instrumento de libertação e de resgate da dignidade humana. Nesse sentido, Possani (2008, p. 52) afirma que

um modelo crítico de currículo tem um caráter libertador, ou seja, traz em seu bojo os pressupostos da emancipação, da liberdade, da criticidade e do desejo de transformação. Isto daria condições para tornar os envolvidos mais críticos, livres e com capacidade de operar

mudanças, enquanto sujeitos historicamente comprometidos com a construção de um mundo sustentável, justo e solidário.

Saviani (1979), ao formular a pedagogia histórico-crítica, também concebe a educação como prática social intencional, vinculada às disputas de classe e aos projetos de sociedade em disputa. Para o autor, a educação crítica exige a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, não como simples transmissão de conteúdos, mas como mediação necessária para que as classes populares compreendam a realidade e possam atuar conscientemente na sua transformação.

Ao enfatizar a dimensão política da educação, Saviani (1979) alerta que o discurso em defesa da escola pública pode ser esvaziado quando desvinculado de um projeto crítico. Assim, uma educação verdadeiramente crítica precisa estar comprometida com o enfrentamento da seletividade, da discriminação e da precarização do ensino destinado às camadas populares, garantindo à classe trabalhadora uma formação de qualidade nas condições históricas concretas.

Hooks (2020) amplia esse debate ao defender a educação como prática da liberdade, destacando o caráter democrático do processo educativo. Para a autora, a educação crítica pressupõe a valorização das experiências dos sujeitos, o respeito à diversidade e a construção de um espaço pedagógico em que o diálogo e o pensamento crítico sejam centrais. Nessa perspectiva, ensinar e aprender tornam-se atos profundamente éticos e políticos, orientados para a emancipação individual e coletiva.

O direito à educação, embora formalmente assegurado na legislação brasileira, não se limita à garantia de matrícula em uma instituição de ensino. Esse direito envolve condições efetivas de acesso, permanência e conclusão dos estudos com qualidade socialmente referenciada. Segundo Oliveira (2021), a matrícula, quando dissociada de políticas que assegurem condições materiais e pedagógicas adequadas, pode produzir uma falsa universalização do direito à educação.

Ao discutir o direito à educação como direito social, Oliveira (2021) destaca que ele deve ser compreendido de forma indissociável de outros direitos fundamentais, como alimentação, trabalho, moradia e saúde. A ausência dessas condições interfere

diretamente na permanência e no desempenho escolar, especialmente entre jovens e adultos que retornam à escola após trajetórias marcadas pela exclusão.

Nesse sentido, ao discutir a formação de professores e o papel da escola pública na construção da democracia, Carril (2007) evidencia que a negação do direito à educação não se dá apenas pela ausência física da escola, mas também pela forma como ela se organiza e se relaciona com os sujeitos das periferias. A autora destaca que currículos descontextualizados, práticas pedagógicas distantes da realidade social dos estudantes e a desvalorização das experiências populares contribuem para a produção de exclusões reiteradas, levando à evasão e à expulsão simbólica do espaço escolar.

Assim, compreender o direito à educação para além da matrícula implica reconhecer que a escola deve ser um espaço efetivo de aprendizagem, acolhimento e desenvolvimento humano. Como afirma Arroyo (2022), garantir esse direito significa enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional e construir políticas públicas comprometidas com a justiça social.

Nessa direção, Arroyo (2022) argumenta que pensar o direito à educação exige considerar as trajetórias concretas dos sujeitos, marcadas por desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais. Para o autor, o Estado frequentemente reconhece o direito de forma abstrata, mas falha em garantir as condições necessárias para que grupos historicamente excluídos permaneçam na escola e se apropriem do conhecimento de maneira significativa. Além disso, a precarização das políticas educacionais compromete a efetividade desse direito. Segundo Dourado (2023), a descontinuidade de programas, os cortes orçamentários e a lógica de gestão orientada por princípios neoliberais fragilizam a educação pública e aprofundam desigualdades, transformando o direito à educação em uma experiência desigual entre diferentes grupos sociais.

A escola pública está sempre ameaçada, inclusive pela entrada da iniciativa privada, que vê na educação um mercado aberto a dar lucros que serão revertidos aos empresários. Isso mostra que a educação pública está longe de ser um espaço inclusivo e privilegiado da aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento integral de seus alunos e alunas. Ao que vemos, parece que a lei e o direito não vêm sendo cumpridas na educação brasileira.

Com tantas adversidades que muitas vezes se apresentam como intransponíveis, entendemos cada vez mais que no campo dos direitos fundamentais há uma disputa de poder crônica. Por um lado, é necessário que os bens públicos sejam ampliados e estejam ao alcance de todos e, por outro, o mercado de iniciativa privada, o sistema capitalista está sempre à espreita para alcançar mais espaço e aumentar seus lucros e poder. Como afirma o sociólogo Laval (2019, p. 90):

O mercado da escola é, assim, o resultado de uma indiferença ou de uma inibição no agir, passividade que é, em realidade, o efeito indireto dessa onda neoliberal que, em toda parte, é a estratégia de um deslegitimar o voluntarismo do estado e questiona todo o esforço de limitação dos jogos de interesses privados.

Nessa disputa, é comum ver que as necessidades sociais se transformam em algo menor, invisível e distantes dos interesses daqueles que detêm o poder político, econômico, intelectual e de mídia em suas mãos. Para o mercado não interessa a educação voltada para o desenvolvimento humano, inclusiva, em que o conhecimento possa ser cada vez mais democratizado, que os estudantes possam ter acesso a todo o saber produzido pela humanidade, às ciências, às tecnologias, às literaturas, às artes, e que também que sejam capazes de entender sua própria realidade, questioná-la e transformá-la.

Em meio a conflitos de interesses, vamos assistindo o esmagamento dos direitos das classes menos favorecidas, enquanto que o mercado e o ideário classista e elitista vão ditando as normas, que na educação significa que cada vez menos vão considerar o educando, a escola e a realidade de desigualdade da maioria. Como sempre, continuam insistindo em uma educação precária que favorece a manutenção do sistema que beneficia poucos, apenas uma elite.

A consciência crítica e as lutas devem ser incessantes para que não nos esqueçamos nunca da educação como direito, sem aceitar também qualquer educação, pois buscamos aquela que tem compromisso com transformação e emancipação de mentes e realidades. Sim, é um trabalho duplo, lutar por educação que seja de fato para o bem coletivo, e rejeitar a insistente educação que tem por objetivo o depósito das ideias pré-definidas nos gabinetes. Compreender que o poder público não tem nos fornecido a educação que promove a conscientização e o pensamento livre é o primeiro passo.

Não é novidade que o momento democrático sofre ameaças. A própria Constituição Federal, enquanto signatária dos direitos fundamentais da nação, da educação para a liberdade e para a emancipação dos sujeitos também sofre ameaças. No governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o sistema político e econômico fortaleceu a ideia de que para seus líderes a educação bancária das massas era o modelo que mais se alinhava aos seus interesses, ou seja, aquela educação que os professores e educandos são estimulados a não ter reflexões profundas sobre as condições em que vivem. Não fazem escolhas, não têm voz, não serão ouvidos, pois para esse modelo de educação, são apenas receptáculos das concepções que vêm prontas de cima para baixo. Não há espaço para o questionamento, e a superação dessa sombra se torna cada vez mais difícil. Considerando esse perfil de educação, Freire (1987, p. 59) explicava que

na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo a dimensão da “cultura do silêncio”.

Aqui estamos questionando este modelo de educação tão presente em nossas escolas de todos os níveis, estamos requerendo que o direito à educação possa de fato estar ao alcance de todos, inclusive dos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular. Estamos também alertando para o aspecto da educação que corrobora para a manutenção do sistema acrítico, excludente, fruto dos anseios da elite capitalista; e, por outro lado, buscando refletir sobre o que Saviani (1979) denominou uma teoria crítica da educação, entendida como uma perspectiva que se ancora na luta contra os mecanismos históricos de seletividade, discriminação e precarização do ensino destinado às camadas populares.

Nessa concepção, enfrentar a marginalização social por meio da escola implica assumir o compromisso de garantir à classe trabalhadora uma educação de elevada qualidade, considerando as condições históricas concretas em que ela se realiza. Para Saviani (1979), cabe à teoria crítica da educação conferir materialidade e direção política a essa luta, de modo a impedir que o discurso em defesa da escola pública e do direito à educação seja apropriado ou ressignificado em favor dos interesses dominantes.

A tentativa de universalização da educação nos anos de 1990 representou sem dúvida um passo importante na luta pela educação para todos, mas ao longo do tempo ela pouco avançou e, quase 30 anos após a promulgação da LDB/96, a lei parece longe de alcançar toda a população. A parcela que tem direito e deveria ter total possibilidade de usufruir dela acaba sendo penalizada pela falta de qualidade devido à precarização que acomete todo o sistema educacional do país. Como afirma a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2023b), “a precariedade, ressaltada, afeta diretamente a qualidade do ensino. “Qual aluno ou aluna aprende com fome, com calor extremo, com frio, com chuva caindo sobre si?”.

Quando a educação é pensada somente na alfabetização e transmissão de alguns conteúdos, que apenas prepara mão de obra para o mercado de trabalho, trabalho esses que muitas vezes se resumem a subempregos, a própria educação não dá conta de formar pessoas que vão mudar a realidade de suas vidas e dos que vivem com elas.

É claro que pensar em uma educação que pode levar à transformação é aceitar os grandes desafios, já que para avançar é preciso abandonar a prática da educação “bancária” (Freire, 1993), definida como aquela que educadores, curriculum, dirigentes ou políticas públicas presentes ou ausentes, transformam o fazer educativo num ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos aos estudantes, sem interesse em conhecê-los, ouvi-los, promover a dialogicidade, conferir-lhes a humanidade, a dignidade, o direito a palavra num processo educativo que emancipa o sujeito.

Devemos imaginar a luta que será necessária se fazer para que a educação pública, gratuita, de qualidade seja de fato inclusiva e sua prática aconteça dentro da perspectiva da educação democrática. Aqui recorro ao que a autora Bell Hooks descreve em seu livro *Ensinando, Pensamento crítico: Sabedoria e Prática*: “A educação democrática se baseia no pressuposto de que a democracia funciona, de que é a base de todo ensino e de toda a aprendizagem genuína” (Hooks, 2020, p. 45). As mobilizações e lutas permanentes em defesa dos direitos fundamentais e dos direitos das mulheres, incluindo as mulheres negras, articulam-se com os movimentos organizados por professores, pesquisadores, especialistas, estudantes e outros intelectuais e militantes. Essas ações contam, muitas

vezes, com o apoio e a participação de ONGs, universidades e diferentes entidades da sociedade civil e do campo político. Em comum, essas lutas têm como objetivo fortalecer o direito à educação para todos, especialmente para aqueles que não tiveram a oportunidade de acessar a escolarização em outros momentos de suas vidas.

A EJA está diretamente condicionada às políticas educacionais implementadas pelo Estado, que historicamente se caracterizam por descontinuidades e fragilidade institucional. De acordo com Di Pierro (2005), a EJA tem sido tratada como política compensatória, o que limita seu reconhecimento como direito e compromete sua consolidação como modalidade estruturante da educação básica. Quando se incorpora a dimensão de gênero, essas fragilidades tornam-se ainda mais evidentes. As mulheres que frequentam a EJA enfrentam obstáculos específicos relacionados às responsabilidades domésticas, ao trabalho precário e às desigualdades de gênero historicamente naturalizadas.

Arroyo (2017) propõe uma leitura sensível e crítica das trajetórias de jovens, adultos e crianças que tiveram seus percursos escolares interrompidos e que, em diferentes momentos da vida, buscam o retorno à escola. O autor desloca o olhar da explicação individualizante do “fracasso escolar” para uma compreensão histórica e social dos itinerários desses sujeitos, interrogando de onde vêm, por quais caminhos passaram e sob quais condições foram afastados do direito à escolarização. Ao tratar esses estudantes como “passageiros”, Arroyo (2017) evidencia que suas trajetórias não são lineares nem voluntárias, mas atravessadas por processos estruturais de desigualdade que condicionam suas possibilidades de permanência na escola.

Esses itinerários, conforme analisa Arroyo (2017), são marcados pelo trabalho precoce, pela precarização das condições de vida, pela desigualdade racial e pela exclusão social, elementos que incidem de forma particularmente intensa sobre as populações pobres. A escola, nesse contexto, aparece muitas vezes como um espaço negado ou interrompido, não por desinteresse, mas pela necessidade de sobrevivência e pelas exigências impostas pela organização social do trabalho.

Ao investigar o retorno desses sujeitos à escola, Arroyo também se dedica a compreender o que eles esperam desse reencontro com a educação. Mais do que a

certificação formal, emergem expectativas relacionadas ao reconhecimento, à dignidade, à possibilidade de “ser alguém” socialmente e de reescrever a própria história. Essa leitura contribui diretamente para a compreensão das trajetórias das mulheres estudantes da EJA, cujas narrativas revelam percursos igualmente marcados por desigualdades, interrupções e retornos tardios à escola. Assim, a obra de Arroyo oferece um referencial fundamental para interpretar a EJA não como política compensatória, mas como espaço de disputa pelo direito à educação e pelo reconhecimento de trajetórias historicamente silenciadas (Arroyo, 2017).

Segundo Ribeiro e Paiva (2022), a ausência de políticas sensíveis às trajetórias femininas contribui para a evasão e dificulta a permanência dessas mulheres na escola. Além disso, as políticas educacionais voltadas à EJA raramente incorporam a perspectiva de gênero de forma sistemática. Para Gomes (2023), essa ausência reforça a invisibilidade das mulheres jovens e adultas no planejamento educacional, desconsiderando as intersecções entre gênero, classe e raça que atravessam suas experiências escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articular política educacional, EJA e gênero implica reconhecer que o direito à educação das mulheres jovens e adultas exige ações específicas, que considerem suas condições de vida, seus tempos, suas responsabilidades e suas histórias de exclusão. Como defendem Ribeiro e Paiva (2022), somente políticas comprometidas com a equidade podem transformar a EJA em um espaço efetivo de emancipação feminina.

Nesses movimentos e lutas, dois conceitos presentes na teoria e prática vivida e ensinada por Paulo Freire (1993, p. 82), parecem sobressair, a esperança e o diálogo: “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero. Se o diálogo é o encontro dos humanos, para ser mais, não pode fazer na desesperança”.

Nesse contexto, quando olhamos especificamente para o público do gênero feminino formado por mulheres jovens, adultas e idosas, repensar a educação é ainda mais urgente, pois diante do cenário, onde a democracia corre risco, os direitos fundamentais

têm dificuldade de ser efetivados na sociedade brasileira e, por outro lado, aumentam os retrocessos. O patriarcado assume outras roupagens, mas mantém seu caráter de controle sobre a mulher, enquanto o machismo, a violência e a misoginia ocorrem corriqueiramente a ponto de estar estampadas nas mídias diariamente. Cada vez mais o patriarcado se mostra muito presentes na sociedade e parece naturalizar em público seu desprezo pela mulher. A falta de observância das leis e garantias femininas encontram espaço para oprimir mulheres em todas as classes sociais. Mas, aqui não estamos a falar da mulher de forma genérica, inclusive podemos citar o conceito teórico da interseccionalidade da notável pesquisadora norte-americana dos direitos civis afro e feminista Kimberle Crenshaw (2004).

A invisibilização histórica das mulheres, especialmente das mulheres pobres, negras e trabalhadoras, é analisada também por Teles (2022) como um processo estrutural de silenciamento que atravessa as esferas política, social e cultural. Segundo a autora, a história oficial foi construída majoritariamente a partir das experiências masculinas, brancas e das elites, relegando as mulheres à condição de sujeitos secundários ou meramente coadjuvantes. Esse apagamento da voz feminina não significa ausência de participação, mas a negação sistemática de reconhecimento das ações, lutas e resistências protagonizadas por mulheres ao longo da história. Assim, a exclusão das mulheres dos espaços de poder e de produção do conhecimento contribuiu para naturalizar desigualdades e legitimar relações sociais marcadas pela subordinação de gênero.

Ao discutir o feminismo como ação política e histórica, Teles (2022) enfatiza que recuperar a voz das mulheres implica questionar as narrativas hegemônicas e produzir leituras críticas da realidade social. Para a autora, o silenciamento das mulheres também se expressa na negação do direito à palavra, à escolarização plena e à participação nos processos decisórios, especialmente no caso das mulheres das classes populares. Nesse sentido, o apagamento da voz feminina articula-se às desigualdades educacionais e às exclusões vivenciadas por mulheres jovens e adultas, cujas trajetórias escolares são marcadas por interrupções, trabalho precoce e responsabilidades domésticas. A perspectiva de Teles (2022) converge com abordagens feministas críticas ao afirmar que dar visibilidade às experiências das mulheres é condição fundamental para a construção

de práticas educativas emancipatórias e para o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam gênero, classe e raça.

Nessa mesma direção, Hooks (2019) desenvolve uma crítica consistente ao patriarcado enquanto sistema histórico de dominação que organiza não apenas as relações entre homens e mulheres, mas também a forma como os sujeitos aprendem a se relacionar consigo mesmos, com o outro e com o conhecimento. Para a autora, o patriarcado não se mantém apenas por meio da violência explícita, mas se reproduz cotidianamente através de práticas sociais e educativas que naturalizam hierarquias, silenciamentos e desigualdades, ensinando quem pode falar, decidir e ocupar determinados espaços. Nessa perspectiva, a educação assume papel central, podendo tanto reforçar essas estruturas quanto criar possibilidades de questionamento e transformação.

Hooks (2019) propõe a educação como prática de liberdade, fundamentada no diálogo, na escuta e no reconhecimento das experiências de vida dos sujeitos. Para a autora, enfrentar o patriarcado implica transformar as práticas educativas, criando espaços em que saberes historicamente marginalizados sejam valorizados e em que mulheres possam reconstruir suas narrativas e fortalecer sua autonomia. Essa concepção contribui para pensar a EJA como um espaço formativo que ultrapassa a simples certificação escolar, afirmando-se como possibilidade de emancipação e de afirmação do direito à educação para mulheres jovens e adultas.

Nessa mesma direção, Silva (2024) analisa a trajetória de mulheres jovens e adultas no retorno à escolarização a partir da EJA, enfatizando que esse movimento não pode ser compreendido como um simples retorno à escola, mas como parte de um processo social mais amplo, marcado por desigualdades. A autora evidencia que as interrupções escolares vividas por essas mulheres não decorrem de escolhas individuais, mas de condições sociais objetivas, como a inserção precoce no trabalho, a responsabilização quase exclusiva pelo cuidado com filhos e familiares e a ausência de políticas públicas que garantam a permanência escolar ao longo da vida. Nesse sentido, a EJA aparece como espaço tensionado entre o direito à educação e a precariedade histórica das condições oferecidas às classes populares. Apresentando os relatos coletados, Silva (2024, p. 41) afirma que “na vida de todas, houve a presença de familiares que

acreditavam que o estudo era algo desnecessário. “Para que mulher estudar? Para ficar mandando bilhetinho para macho?”, dizia a avó de umas das participantes.

Ao discutir as experiências formativas dessas mulheres, Silva (2024) destaca que a escola, para o público da EJA, é atravessada por memórias de fracasso, exclusão e violência simbólica, muitas vezes vivenciadas ainda na infância. A autora argumenta que essas marcas interferem diretamente na forma como as estudantes se percebem como sujeitas capazes de aprender, produzindo sentimento de insegurança, vergonha e medo do julgamento. Assim, o retorno à escola envolve não apenas a retomada de conteúdos escolares, mas um processo subjetivo de reconstrução da autoestima e do pertencimento.

Além disso, Silva (2024) aponta que, embora as mulheres sejam maioria na EJA, essa modalidade segue sendo pensada de forma neutra, sem considerar as especificidades das experiências femininas. A ausência de políticas articuladas de cuidado, transporte, segurança e assistência social é apresentada como um dos principais fatores que dificultam a permanência das mulheres na escola. A autora defende que a EJA pode se constituir como espaço de resistência e emancipação quando reconhece as mulheres como produtoras de saberes e de narrativas sobre suas próprias vidas. Silva (2024) sustenta que a escuta das experiências femininas permite à escola romper com práticas homogêneas e hierarquizantes, favorecendo uma educação que dialogue com o trabalho, a maternidade, o território e as lutas cotidianas dessas mulheres. Nesse sentido, a EJA é compreendida como campo de disputa política e pedagógica em torno do direito à educação ao longo da vida.

Entender que a educação é um direito inquestionável dessas mulheres já não basta, temos que falar sobre as condições de acesso e de permanência delas na escola até que possam concluir seus estudos. A qualidade do ensino, a adequação de vagas, currículo, horário das aulas e localização da unidade escolar deve ser uma pauta permanente. Tudo que acontece na escola de EJA deve considerar a condição da educanda. Vários fatores devem ser levados em conta, para que o público da EJA seja de fato atraído pela educação. Isso é ainda mais forte quando estamos falando do público feminino, pois algumas situações levam à evasão com mais frequência. De acordo com Di Pierro,

a rigidez do formato excessivamente escolarizado, a inflexibilidade dos espaços e tempos escolares, a inadequação dos currículos e o despreparo dos educadores fazem com que a oferta de EJA seja pouco atraente. A educação não é relevante ou significativa para os adultos, que, ao não estarem sob a obrigatoriedade de frequentar a escola, não percebem um ambiente acolhedor ou condições adequadas para o estudo. Não recebem uma educação de qualidade, que os motive a continuar. Isso acaba gerando evasão (Porvir, 2025).

Assim, ao analisar a educação crítica como direito das mulheres jovens e adultas, entendemos que tal direito não pode ser compreendido de forma restrita à matrícula ou à oferta formal de vagas, mas como um processo profundamente atravessado por disputas políticas, ideológicas e econômicas que incidem diretamente sobre a educação pública, a EJA e as condições concretas de vida das educandas.

A partir das contribuições de Freire (1974; 1987; 1993), Saviani (1979) e Hooks (2020), foi possível compreender a educação crítica como prática emancipatória, comprometida com a conscientização, o diálogo e a transformação social, em oposição aos modelos educativos bancários e mercantilizados. Do mesmo modo, as reflexões de Oliveira (2021), Arroyo (2022) e Dourado (2023) nos permitem reconhecer que a universalização do ensino, tal como historicamente implementada, apresenta limites significativos quando desconsidera as desigualdades estruturais que afetam o acesso, a permanência e a qualidade da educação. No caso das mulheres jovens e adultas da EJA, essas desigualdades são agravadas pelas relações de gênero, pelas responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres e pela fragilidade das políticas educacionais, como explicado por Di Pierro (2005), Ribeiro e Paiva (2022) e Gomes (2023).

Dessa forma, posso concluir que garantir a educação crítica como direito dessas mulheres exige políticas públicas contínuas, sensíveis às suas trajetórias e comprometidas com a equidade, reafirmando a educação pública como espaço de emancipação, justiça social e efetivação dos direitos fundamentais.

São pessoas que dependem bastante do serviço público de saúde, educação, transporte coletivo do bairro. Dados do IBGE demonstram que nos bairros periféricos dos municípios se concentram uma grande parcela de pessoas pardas ou negras.

Segundo a pesquisadora e professora da UnB, Rodrigues (Sallorenzo, 2023), é preciso ter atenção no contraponto entre número de matrículas *versus* população fora da escola, pois

o Censo Escolar faz o levantamento de dados a partir da quantidade de matrículas, o Fórum EJA chama a atenção para as pessoas que estão fora da escola, ou seja, a “demanda social” dos trabalhadores sem escolarização, não alfabetizados e com ensino fundamental e médio incompleto. “Onde encontrar essas pessoas que cada vez mais empobrecem e vão para as periferias das cidades, se distanciando dos grandes centros e distantes das escolas. Como frequentar escolas no turno noturno aqui no DF, sem iluminação pública e com um transporte público que não tem horários definidos? lembra a professora.

Deve-se recordar que o censo do IBGE de 2022 mostrou que havia mais de 11 milhões de brasileiros analfabetos em todas as regiões do País e uma população ainda maior de analfabetos funcionais. O mesmo documento também mostrou que as mulheres, de modo geral, estão estudando mais e alcançando o nível superior com mais frequência. A EJA pode representar a possibilidade para que mais mulheres possam estudar, é um meio de inclusão de mulheres de 15 anos ou mais que foram privadas de ter acesso à educação anteriormente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Direito à educação e desigualdades sociais no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2022.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BISSIGO, Diego Nones. A “**eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos**”: a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. UFSC, Florianópolis SC. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123277/326693.pdf>. Acesso em 14/09/2025.

BRASIL. **Censo de habitação, 1872; Censo demográfico, 1872; Censo, 1872**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em 14 set. 2025.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Indicadores Educacionais**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 25 fev. 25.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Trabalhando Com A Educação De Jovens e Adultos Alunas e Alunos da EJA**. Brasília, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf. Acesso em 09 fev. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação recria secretaria de inclusão e diversidade Redação Abre livros** – 02 jan. 2023. Disponível em: <https://abrelivros.org.br/site/ministerio-da-educacao-recria-secretaria-de-inclusao-e-diversidade/>. Acesso em 21 maio 2025.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**. MEC, Brasília/DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja>. Acesso em 09 fev. 2026.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **A formação do professor e os desafios para a democracia**. Boletim Paulista de Geografia, v. 86, p. 45-64, São Paulo/SP, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Educação pública em risco: precarização e seus impactos na aprendizagem**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://cnte.org.br>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Falta de estrutura das escolas compromete educação pública no Brasil**. CNTE, Brasília/DF, 2023b. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/falta-de-estrutura-das-escolas-compromete-educacao-publica-no-brasil-20e3#>. Acesso em 14 set. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: V. A. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004. <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 23 maio 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 1115-1139, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mbngdHjkWrYGVX96G7BWNrg/?format=html&lang=pt>. Acesso em 09 fev. 2026.

DI PIERRO, Maria Clara. O que explica o enfraquecimento da EJA no Brasil ano após ano? **Revista Porvir**, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://porvir.org/queda-matriculas-eja-censo-escolar/>. Acesso em 28 ago. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas educacionais, Estado e direito à educação no Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, e257843, 2023. DOI: 10.1590/ES.257843. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9k8kzZK8Fh8p6x8c6YVfPk/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do “Mito da Modernidade”)**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1a. ed. (1974). 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell. **A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria e prática.** São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sorocaba.** IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/panorama>. Acesso em 09 fev. 2026.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Manifesto lançado ao povo e ao governo em março de 1932, e de que, nesse mesmo ano, se tirou a 1ª edição** (Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1932). Disponível em: http://floboneto.pro.br/_pdf/outrosdoc/manifpioneiros1932.pdf. Acesso em 05 fev. 2026.

MOVIMENTO PELA BASE. **Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA.** São Paulo: Movimento Pela Base, 2022. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wpcontent/uploads/2022/10/dossieeja.pdf>. [1] Acesso em 05 fev. 2026.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Direito à educação, políticas públicas e desigualdades sociais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, e113214, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/9pLQfKxJv8Kp9bZPp7RrjJs/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto. **Currículos emancipatórios para a educação de jovens e adultos na perspectiva das políticas públicas: resistências e esperanças.** 2008. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Vera Masagão; PAIVA, Vanilda. Mulheres na EJA: trajetórias, permanência e políticas educacionais. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 6, n. 12, p. 45-62, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/16842>. Acesso em: 8 fev. 2026.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALLORENZO, Letícia. Educação de Jovens e Adultos: categoria em descenso. **Sinpro-DF**, Brasília, 07 mar. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/eja-categoria-em-descenso/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1979.

SINPRO – SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL. **Educação de Jovens e Adultos: categoria em descenso.** Brasília/DF 2023 Disponível: <https://www.sinprodf.org.br/eja-categoria-emdescenso/#:~:text=Outra%20quest%C3%A3o%20apontada%20tanto%20por,para%20as%20escolas%E2%80%9D%2C%20avali>a.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Feminismo, Ações e História de Mulheres.** 1. edição, São Paulo: Alameda, 2022.

WESTIN, Ricardo. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. **Agência Senado**, Brasília, 05 ago. 2022. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em 05 fev.

CAPÍTULO IV

APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS VISANDO QUALIDADE NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO EM UMA SALA DO EMPREENDEDOR

Jociely Andresa dos Santos Araújo⁶; Maria José da Silva Feitosa⁷.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-04

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a aplicação de ferramentas de organização, sistemas e métodos, especificamente manuais e estudo de layout, visando qualidade no atendimento em uma sala do empreendedor, localizada no Estado de Pernambuco. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por revisão sistemática de literatura e observação. Os resultados apontam que a organização estudada necessita de melhorias quanto ao layout, de modo a atender o mínimo de recursos, conforto e segurança para colaboradores e clientes e, dessa maneira, contribuir para um atendimento de qualidade. Para futuros trabalhos, sugere-se realizar estudos comparativos em outras salas do empreendedor do Estado de Pernambuco, observado convergências e divergências relativas ao layout e manuais, bem como buscar compreender a percepção dos clientes quanto ao layout disponível e uso de manuais tanto para funcionários, visando agilidade no atendimento, quanto para empreendedores acessarem informações e procedimentos importantes.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjo Físico. Layout. Manuais. Qualidade no Serviço. Revisão Sistemática de Literatura.

APPLICATION OF ORGANIZATION, SYSTEMS AND METHODS TOOLS AIMING QUALITY SERVICE: AN STUDY AT A ROOM OF ENTERPRISING

ABSTRACT: This article aims to analyze the applicability of organization, systems and methods tools, like manual and layout study, aiming quality service at a room of enterprising from Pernambuco Estate. Was realized an exploratory, descriptive and qualitative research, conducted by systematic literature review and observation. The results showed that organization studied needs improve layout to attend the minimum of conditions to activity realizations with necessary resources, comfort and security to employers and clients and contribute to quality service. It's Recommended realizes comparative studies with other rooms of enterprising from Pernambuco State, presenting convergences and divergences relatives to layout and manuals to employers, aiming efficiency service, and to enterprising to access procedures and important information.

KEYWORDS: Physical Arrangement. Layout. Manuals. Quality Service. Systematic Literature Review.

6 <https://orcid.org/0009-0007-2217-9266>. E-mail: jociely.andresa@ufrpe.br.

7 <http://lattes.cnpq.br/6887857776351323>. 0000-0001-5769-6895. E-mail: mjsfcontatoprofissional@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A satisfação, fidelização de clientes e desempenho financeiro positivo dependem da qualidade no atendimento, sendo este um princípio essencial para sobrevivência das organizações (Almeida *et al.*, 2026). O ambiente no qual ocorre o atendimento é fundamental para desenvolvimento de um vínculo sadio com os clientes (Barbieri *et al.*, 2024). Este ambiente apresenta características fundamentais para excelência no atendimento, conforme Dantas (2004 apud Souza *et al.*, 2019).

Dantas (2004 apud Souza *et al.*, 2019) afirma que a excelência no atendimento apresenta as seguintes características: tratamento gentil e educado; transmitir impressão de que a organização se sente feliz com a presença do cliente e se esforçará para atender as expectativas do mesmo, com sinceridade e empatia; ter profissionais qualificados, competentes (adequadamente selecionados e treinados), capazes de solucionar problemas, considerando as peculiaridades de cada situação, e tratando os clientes como gostariam de ser tratados; dispor de um ambiente confortável, limpo, seguro fisicamente e psicologicamente, com adequada decoração e sinalização, acessível, prático.

Nessa perspectiva, Costa, Santana e Trigo (2015) afirmam que os clientes esperam um atendimento no qual haja receptividade, colaboradores atenciosos e prestativos, eficiência e ambiente agradável. Nesse contexto, a aplicação de manuais e o estudo de layout podem contribuir para melhoria da qualidade do atendimento, conforme constatado nos estudos de Ebling e Santos (2024), Medina *et al.* (2018), Bordin e Reatto (2015), Bertolo *et al.* (2014), Menezes e Barbosa (2013), Belluce Júnior e Matsuda (2012), Luna *et al.* (2011), Cecatti e Calderón (2005), tendo em vista que uniformizam ações e procedimentos e aperfeiçoam o fluxo e as condições de trabalho, visando o bem estar de clientes internos e externos, eficiência e produtividade (Oliveira, 2013).

Nesse contexto, este trabalho objetivou analisar a aplicação de ferramentas de organização, sistemas e métodos (OSM), especificamente manuais e estudo de layout, visando qualidade no atendimento em uma sala do empreendedor, localizada no Estado de Pernambuco. A sala do empreendedor é um ambiente que dispõe de uma variedade de serviços destinados ao empreendedor, no qual é possível abrir, alterar, dar baixa e resolver questões relativas ao licenciamento de negócios, sendo oferecido suporte técnico e

capacitações no intuito de contribuir para formalização de pequenos negócios (Brasil, 2026a; Maciel, 2022). Os referidos espaços realizam um papel importante ao implementarem processos de aberturas de empresas, regularização e baixa de boletos, assim como serviços exclusivos para os donos de pequenos negócios, como baixa de notas fiscais para recebimentos (Santos; Zen, 2022).

Para realização deste estudo, foi operacionalizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por pesquisa bibliográfica, revisão sistemática de literatura e observação. Do ponto de vista teórico, este estudo contribui na medida em que no âmbito da Administração existem poucos estudos sobre aplicação de ferramentas de OSM, especificamente manuais e estudo de layout visando qualidade no atendimento, conforme constatado na revisão sistemática realizada no presente estudo.

Dentre os estudos identificados na revisão sistemática, 25% foram desenvolvidos na área de Administração, 63% na área de saúde e 12% na área de sociologia, expressando a necessidade de estudos sobre esta temática na área da Administração, considerando a relevância do tema para o desenvolvimento das organizações. Além disso, a maioria dos estudos trata de manuais relacionados à qualidade no atendimento, indicando poucos estudos sobre layout com essa mesma finalidade de qualidade no atendimento. Dentre os oito estudos incluídos, apenas 1 foi publicado nos últimos cinco anos, mostrando necessidade de mais pesquisas para atualização sobre o tema estudado, corroborando a importância do presente estudo.

Quanto à importância prática, serve de fonte de informação para gestores da sala do empreendedor estudada e de outros ambientes similares. Este estudo justifica-se na medida em que serve como fonte de informação para tomadores de decisão, além da importância dos serviços prestados pela sala do empreendedor que protege constitucionalmente direitos fundamentais inerentes à sobrevivência do cidadão microempreendedor que é o direito “aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” como princípio constituinte do direito democrático do art. 1, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, online).

FERRAMENTAS DE OSM VISANDO QUALIDADE NO ATENDIMENTO

Conforme apresentado por Barbieri *et al.* (2024) e Dantas (2004 apud Souza *et al.*, 2019), a qualidade no atendimento também é afetada pelo ambiente no qual a prestação do serviço é realizada. Oliveira (2013) e Llatas (2011) entendem esse ambiente físico no qual ocorre a prestação de serviços como layout ou arranjo físico, que compreende desde a organização de móveis e equipamentos e fluxo de trabalho, alocação racional e estratégica de setores, até aspectos como iluminação, temperatura, limpeza, segurança etc., visando eficiência, produtividade e o bem-estar das pessoas. Conforme Leite *et al.* (2024), a eficiência, o fluxo de trabalho e a qualidade no atendimento são aspectos afetados pelo layout.

Nesse sentido, é importante buscar meios que possibilitem o aprimoramento do ambiente no qual são prestados serviços, de modo a garantir o conforto e o bem-estar de clientes internos, externos e outros públicos que tenham acesso à organização (Oliveira, 2013). No entendimento de Oliveira (2013), Llatas (2011) e Ballesterio-Alvarez (2015) essas melhorias no ambiente de prestação de serviço podem ser feitas por meio do estudo de layout e aplicação de manuais.

Conforme Ballesterio-Alvarez (2015), o layout organizacional que aperfeiçoa os fluxos de atendimento está relacionado à disposição física dos recursos humanos, ou seja, dos colaboradores, bem como materiais e tecnologias dentro de um ambiente de trabalho, sendo que um dos seus principais objetivos é efetivar melhores condições para a realização das atividades, reduzindo deslocamentos desnecessários, facilitando a comunicação entre os setores e promovendo maior eficiência operacional.

O estudo do *layout* integra as atividades de racionalização administrativa, que têm como propósito eliminar desperdícios tanto de materiais como também de trabalhos desnecessários durante o atendimento, minimizar custos operacionais e aumentar a produtividade (Oliveira, 2013), sendo este conceito aplicável à sala do empreendedor. Nesse sentido, Alencar *et al.* (2019) alertam que um dos fatores que podem afetar os resultados organizacionais é o layout, de modo que organizações públicas e privadas, visando atender adequadamente os públicos com os quais se relacionam, realizam estudos de layout objetivando também melhoria de desempenho.

No estudo de layout, Llatas (2011) recomenda levar em consideração o tamanho do ambiente (deve ser adequado às necessidades das atividades que estão sendo realizadas). Além disso, Oliveira (2013) e Llatas (2011) afirmam que também devem ser considerados aspectos como: temperatura (agradável a todos e adequada às necessidades do ambiente); iluminação (posicionada de modo a não prejudicar o desenvolvimento das atividades ou visão dos colaboradores e clientes); limpeza de móveis e equipamentos (para evitar deterioração e problemas de saúde para as pessoas); aproximação de setores complementares (visando reduzir o desgaste do colaborador com movimentações); alocação adequada de setores estratégicos dos quais outros setores dependem (secretaria, almoxarifado, copa, sanitários, banheiros etc.) facilitando o acesso aos colaboradores e clientes; disponibilização de bebedouros em até dez metros de distância do posto de trabalho; sinalização de segurança adequada e extintores de incêndio dentro do prazo de validade; móveis, equipamentos e materiais necessários à adequada realização das atividades.

Nessa perspectiva, Bordin e Reatto (2015), em um estudo sobre satisfação no atendimento em um guichê de atendimento, consideraram aspectos relacionados ao estudo de layout (Oliveira, 2013), tais como: condições de segurança, iluminação, limpeza, adequação do horário de atendimento, sinalização adequada.

Um estudo de layout no qual foram identificadas necessidades de mudanças foi realizado por Tomboly, Maciel e Inoue (2013), no qual foi realizado um diagnóstico e apresentadas sugestões de melhoria para a central de atendimento aos estudantes da Universidade São Francisco. Outra pesquisa envolvendo estudo de layout em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) com propósito de melhorar o atendimento à população foi realizada por Frossard e Silva Junior (2023), os quais identificaram necessidades de melhoria quanto à acessibilidade, bem como segurança e fluxo de trabalho. O estudo de Gausmann, Beuren e Dierich (2015) trata da readequação do layout como uma das estratégias para reduzir problemas na empresa, porém não menciona que esta readequação está diretamente relacionada à qualidade no atendimento.

Além do estudo de layout, os manuais organizacionais auxiliam na realização das atividades, proporcionando uniformização e agilidade, sendo um importante mecanismo

de controle, podendo ser utilizado também em treinamentos e como ferramenta de apoio para aprendizes e funcionários pouco experientes, conforme Oliveira (2013) e Llatas (2011). Ballesterio-Alvarez (2015) ressalta que os manuais devem ser elaborados de forma clara e objetiva.

No estudo de Ebling e Santos (2024), que mostra a aplicação de manuais em uma unidade básica de saúde (UBS), o manual é utilizado para estabelecer normas sobre vestimenta, comportamento e horários. Já o estudo de Medina *et al.* (2018) faz a análise das capas de 17 manuais constatando que as características do produto não condizem com as especificidades apresentadas nos manuais, o que implicitamente afeta a percepção de qualidade.

Um exemplo importante de manual criado no intuito de contribuir para qualidade no atendimento na saúde pública consta no estudo de Bertolo *et al.* (2014), que apresenta uma metodologia para elaboração de um manual do centro de medicação de alto custo (CEDMAC), do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, bem como descreve a estrutura do manual desenvolvido, destacando ser uma ferramenta didática, elaborado de forma participativa e multidisciplinar, alinhado às normas institucionais e divulgado eletronicamente.

Outros estudos que destacam a importância dos manuais na área da saúde, no intuito de proporcionar qualidade no atendimento, são as pesquisas de Cecatti e Calderón (2005) e Menezes e Barbosa (2013), os quais abordam, respectivamente, a importância de manuais como ferramenta orientadora nos partos normais visando adequado atendimento e cuidados para mães e bebês (Cecatti; Calderón, 2005), bem como nas orientações relativas aos cuidados paliativos que os profissionais da saúde devem ter com crianças e adultos acometidos por doenças gravíssimas, sem expectativa de melhora (Menezes; Barbosa, 2013).

Belluce Júnior e Matsuda (2012) apresentam um estudo mostrando a criação de manuais e protocolos como uma das ações utilizadas pelo enfermeiro na implantação do Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR), visando melhorar a qualidade no atendimento ao cidadão.

O estudo de Luna *et al.* (2011) alerta que a oferta de um serviço de imunização de qualidade, visando erradicação e controle de doenças imunopreveníveis, depende da experiência, atualização dos profissionais de saúde (enfermeiros, técnicos) etc., bem como da qualidade dos recursos disponíveis para que estes profissionais realizem adequadamente suas tarefas. Luna *et al.* (2011) mostraram que o meio de atualização utilizado por estes profissionais envolve consulta a livros, manuais e internet, porém foram constatadas falhas quanto à estrutura física de prestação de serviço, verificação do registro e mapa de temperatura, e orientações sobre efeitos que as vacinas podem causar nas pessoas, sendo essa uma falha que afeta a qualidade no atendimento e pode dificultar erradicação e controle de doenças.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por pesquisa bibliográfica e observação (Gil, 2019), bem como revisão sistemática de literatura (Galvão; Ricarte, 2020).

A pesquisa foi realizada em uma sala do empreendedor localizada no Estado de Pernambuco, tendo em vista a importância de organizações como essa para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Dessa forma, estudos que se preocupam com o aperfeiçoamento de salas do empreendedor, de modo a contribuir para um atendimento adequado aos cidadãos, são válidos.

O estudo bibliográfico fundamentou-se em livros, artigos científicos, legislação e demais publicações relacionadas à qualidade no atendimento, organização administrativa, layout organizacional e manuais organizacionais. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, permitindo ao pesquisador ampliar o conhecimento sobre o tema e construir uma fundamentação teórica consistente para a análise da realidade investigada (Gil, 2019).

A pesquisa qualitativa possibilita compreender processos sociais complexos em seus contextos naturais, permitindo ao pesquisador interpretar significados,

comportamentos e experiências dos participantes (Yin, 2016). Na sala do empreendedor estudada foi possível observar aspectos relacionados ao layout e uso de manuais no intuito de obter eficiência e bem-estar para as pessoas.

Em relação aos objetivos, o estudo possui caráter exploratório, pois, segundo Vergara (2015), as pesquisas exploratórias são apropriadas quando o pesquisador pretende aprofundar o conhecimento sobre determinado problema e levantar informações que subsidiem futuras intervenções. Nesse caso, foram apresentadas as principais falhas ou oportunidades de melhoria relacionadas ao layout e uso de manuais em uma sala do empreendedor localizada no Estado de Pernambuco. Quanto à pesquisa descritiva (Gil, 2019), foram descritos vários aspectos relacionados ao layout da sala do empreendedor.

Como procedimento técnico, foi utilizada a observação (Gil, 2019), considerando que foram observados detalhadamente o layout e funcionamento da sala do empreendedor com foco no atendimento ao cliente.

Foi realizada uma revisão sistemática de literatura (Galvão; Ricarte, 2020) nas seguintes bases de dados: portal de periódicos da Capes; Scielo; Spell, tendo em vista a importância delas para o tema tratado nesse trabalho. No quadro 1, abaixo, constam detalhes dos procedimentos utilizados na revisão sistemática de literatura.

Quadro 1 – Procedimentos aplicados na revisão sistemática de literatura

String de busca aplicada	Base de dados/local de aplicação e busca	Resultados obtidos
“manuais” e “layout” ou “arranjo físico” e “qualidade no atendimento”	Scielo/ Todos os índices.	Nenhum.
“manuais” e “layout” ou “arranjo físico” e “qualidade no atendimento”	Spell/ Busca por título e palavra-chave.	Nenhum.
“manuais” e “layout” ou “arranjo físico” e “qualidade no atendimento”	Spell/ Busca por resumo.	1 estudo.
“manuais” e “layout” ou “arranjo físico” e “qualidade no atendimento”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	5 estudos, dos quais 1 de acesso restrito e três não utilizados, porque não contribuem para o objetivo do presente artigo. Dois estudos utilizados.
“manuais” e “qualidade no atendimento”	Scielo/ Busca em todos os índices.	6 estudos, dos quais 3 utilizados, 1 repetido dentro da base e 1 não aplicável.

		porque não contribuem para o objetivo do presente artigo.
“manuais” e “qualidade no serviço”	Scielo/ Busca em todos os índices.	3 estudos, dos quais 2 utilizados e 1 repetido dentro da base.
“arranjo físico” e “qualidade no serviço”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	Nenhum.
“layout” e “qualidade no serviço”	Portal de periódicos da capes Busca em qualquer campo.	Nenhum.
“manuais” e “qualidade no serviço”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	Nenhum.
“manual” e “qualidade no serviço”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	2 estudos não aplicáveis, porque não contribuem para o objetivo do presente artigo.
“manual” e “qualidade no atendimento”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	2 estudos não aplicáveis, porque não contribuem para o objetivo do presente artigo.
“layout” e “qualidade na prestação do serviço”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	Nenhum.
“manual” e “qualidade na prestação do serviço”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	Nenhum.
“manuais” e “qualidade na prestação do serviço”	Portal de periódicos da capes/ Busca em qualquer campo.	Nenhum.
“arranjo físico” e “qualidade no serviço”	Spell/busca por título/ Busca por resumo/ Busca por palavra-chave.	Nenhum.
“layout” e “qualidade no serviço”	Spell/ Busca por título/ Busca por resumo/ Busca por palavra-chave.	Nenhum.
“manuais” e “qualidade no serviço”	Spell/ Busca por título/ Busca por resumo/ Busca por palavra-chave.	Nenhum.
“manual” e “qualidade no serviço”	Spell/ Busca por título/ Busca por resumo/ Busca por palavra-chave.	Nenhum.

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Como é possível observar no Quadro 1, mesmo utilizando várias estratégias de busca identificaram-se poucos trabalhos, dos quais poucos foram utilizados. De um total 18 estudos identificados nas referidas bases de dados, foram incluídos oito, tendo em vista que contribuem para o objetivo do presente trabalho.

Os dados foram analisados considerando os processos de redução, exibição e verificação, conforme Gil (2019).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse estudo teve como objetivo analisar a aplicação de ferramentas de organização, sistemas e métodos (OSM), especificamente manuais e estudo de layout, visando qualidade no atendimento em uma sala do empreendedor, localizada no Estado de Pernambuco.

Foi realizada uma revisão sistemática de literatura no intuito de identificar os estudos sobre aplicação de ferramentas de organização, sistemas e métodos (OSM), especificamente manuais e estudo de layout, visando qualidade no atendimento. Conforme procedimentos apresentados nos procedimentos metodológicos foram constatados os estudos apresentados no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Estudos incluídos na revisão sistemática sobre aplicação de ferramentas de organização, sistemas e métodos, especificamente manuais e estudo de layout, visando qualidade no atendimento

Autor (es)	Área do estudo	Breve descrição do estudo
Ebling e Santos (2024)	Administração Pública	Os autores descrevem as ferramentas de Organização, Sistemas e métodos utilizadas de modo formal (formulários e manuais) ou informal (arranjo físico e arranjo físico). Conforme esses autores, essas ferramentas contribuem para um atendimento eficiente.
Medina <i>et al.</i> (2018)	Sociologia	Esses autores descrevem, de forma criativa e irônica, o desalinhamento entre características reais dos produtos e informações disponíveis sobre eles nas capas dos manuais que os acompanham, o que implicitamente afeta a qualidade do atendimento.
Bordin e Reatto (2015)	Administração	Esses autores alertam que um atendimento de qualidade deve satisfazer necessidades e expectativas dos clientes e, nessa perspectiva, apresentam um estudo no qual descrevem aspectos que afetam a satisfação de clientes, dentre os quais: arranjo físico, condições de segurança, iluminação, limpeza etc.
Bertolo <i>et al.</i> (2014)	Saúde	Esses autores apresentam uma metodologia para elaboração de um manual do centro de medicação de alto custo (CEDMAC), do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, bem como descreve a estrutura do manual desenvolvido, destacando ser uma ferramenta didática, elaborado de forma participativa e multidisciplinar, alinhado às normas institucionais e divulgado eletronicamente.
Menezes e Barbosa (2013)	Saúde	Esses autores apresentam manuais como mecanismos de contribuição para qualidade no atendimento, na medida em que oferecem

		orientações relativas aos cuidados paliativos que os profissionais da saúde devem ter com crianças e adultos acometidos por doenças gravíssimas, sem expectativa de melhora.
Belluce Júnior e Matsuda (2012)	Saúde	Estes autores apresentam um estudo mostrando a criação de manuais e protocolos como uma das ações utilizadas pelo enfermeiro na implantação do Acolhimento com Classificação de Risco (ACCR), visando melhorar a qualidade no atendimento ao cidadão.
Luna <i>et al.</i> (2011)	Saúde	Esses autores relatam que os manuais são um dos meios utilizados para atualização de profissionais da saúde responsáveis por serviços de imunização, de modo que seja realizado um serviço de qualidade para população.
Cecatti e Calderón (2005)	Saúde	Esses autores abordam a importância de manuais como ferramenta orientadora nos partos normais visando adequado atendimento e cuidados para mães e bebês.

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Com base no Quadro 2, a maioria dos estudos incluídos abordam os manuais como mecanismo que contribui para qualidade no atendimento, mostrando que há escassez de estudos relacionado ao layout visando qualidade no atendimento. Além disso, dentre os oito estudos incluídos, apenas 1 estudo foi publicado nos últimos cinco anos.

Dentre os estudos apresentados no Quadro 2, um exemplo importante de manual criado no intuito de contribuir para qualidade no atendimento na saúde pública consta no estudo de Bertolo *et al.* (2014), que apresenta uma metodologia para elaboração de um manual do centro de medicação de alto custo (CEDMAC), do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, bem como descreve a estrutura do manual desenvolvido, destacando ser uma ferramenta didática, elaborado de forma participativa e multidisciplinar, alinhado às normas institucionais e divulgado eletronicamente.

Outros estudos que destacam a importância dos manuais na área da saúde, no intuito de proporcionar qualidade no atendimento, são as pesquisas de Cecatti e Calderón (2005) e Menezes e Barbosa (2013), os quais abordam, respectivamente, a importância de manuais como ferramenta orientadora nos partos normais visando adequado atendimento e cuidados para mães e bebês (Cecatti; Calderón, 2005), bem como nas orientações relativas aos

cuidados paliativos que os profissionais da saúde devem ter com crianças e adultos acometidos por doenças gravíssimas, sem expectativa de melhora (Menezes; Barbosa, 2013).

O estudo de Luna *et al.* (2011) alerta que a oferta de um serviço de imunização de qualidade, visando erradicação e controle de doenças imunopreveníveis, depende da experiência, atualização dos profissionais de saúde (enfermeiros, técnicos) etc., bem como da qualidade dos recursos disponíveis para que estes profissionais realizem adequadamente suas tarefas. Luna *et al.* (2011) mostraram que o meio de atualização utilizado por estes profissionais envolve consulta a livros, manuais e internet, porém foram constatadas falhas quanto à estrutura física de prestação de serviço, verificação do registro e mapa de temperatura, e orientações sobre efeitos que as vacinas podem causar nas pessoas, sendo uma falha que afeta a qualidade no atendimento e pode dificultar erradicação e controle de doenças.

Além da revisão sistemática de literatura, foi realizado um diagnóstico quanto ao uso de manuais e ao layout na sala do empreendedor estudada. O diagnóstico foi realizado por meio da observação. Constatou-se que a sala do empreendedor estudada é um espaço com uma estrutura simples, porém com iluminação natural e um piso em bom estado de conservação; a sala tem uma mesa para atendimento com computador e cadeiras destinadas aos empreendedores. Também dispõe de armário de apoio, cortinas, um ventilador de mesa e material de divulgação institucional.

A análise teve como foco o layout da sala do empreendedor, bem como a utilização de manuais administrativos, considerando os princípios da Organização, Sistemas e Métodos (OSM), que buscam racionalizar processos, otimizar recursos e elevar a qualidade dos serviços prestados (Ballesteros-Alvarez, 2015; Oliveira, 2013).

No que diz respeito aos manuais administrativos, observou-se que os procedimentos são realizados principalmente com base na experiência e no conhecimento técnico dos colaboradores, não sendo identificada a existência de um manual interno padronizado contendo rotinas administrativas, fluxogramas dos serviços, procedimentos operacionais e orientações para o atendimento ao público (Ballesteros-Alvarez, 2015; Oliveira, 2013).

Além da ausência de manuais, foram identificadas algumas limitações relacionadas ao layout. Observa-se que as cadeiras destinadas aos usuários estão posicionadas lateralmente, dificultando uma recepção mais acolhedora e organizada durante períodos de maior demanda.

Além disso, a disposição do mobiliário não delimita claramente a área de espera da área de atendimento, podendo ocasionar desconforto aos usuários e interferir na privacidade durante a prestação de informações relacionadas aos empreendimentos.

Como foi possível observar, a sala do empreendedor estudada não dispõe de bebedouro internamente, nem nas proximidades da sala. Além disso, não dispõe de arquivo para organização de materiais e telefone fixo.

Outro aspecto observado refere-se à ausência de comunicação visual interna mais ampla. Embora existam *banners* institucionais com informações sobre os serviços oferecidos, não foram identificados materiais informativos contendo orientações práticas sobre abertura de empresas, regularização do MEI, emissão de documentos, organização dos estabelecimentos comerciais ou fluxos de atendimento. Essa situação faz com que muitos usuários dependam exclusivamente das explicações dos atendentes, aumentando o tempo médio de atendimento e a repetição das mesmas orientações ao longo do expediente.

Diante desse diagnóstico, identificou-se como situação-problema a necessidade de aperfeiçoar a organização física do ambiente e fortalecer a padronização dos procedimentos administrativos, visando proporcionar maior qualidade no atendimento prestado aos microempreendedores. Como proposta de intervenção, recomenda-se a reorganização do layout da sala, com melhor distribuição do mobiliário e definição dos espaços de atendimento e espera, bem como a elaboração de um manual administrativo simplificado e de um folder informativo contendo orientações básicas aos usuários sobre os principais serviços oferecidos pela Sala do Empreendedor. Essas ações poderão contribuir para a otimização dos processos, redução do tempo de atendimento, melhoria da comunicação com o público e fortalecimento da eficiência dos serviços prestados. No Quadro 3, abaixo, consta plano de ação apresentando nível de urgência de cada ação e como pode ser realizada.

Quadro 3 – Detalhamento do plano de ação para melhorias na sala do empreendedor estudada

Ação de melhoria	Como pode ser realizada	Nível de urgência
Providenciar Ambiente reservado para atendimento, de modo a garantir a privacidade das pessoas que procuram a sala do empreendedor, considerando que alguns assuntos são sensíveis, podendo causar constrangimentos tanto nos funcionários quanto nos empreendedores, podendo gerar, além da redução do desempenho no atendimento e na procura do serviço, problemas mais sérios para gestão da sala do empreendedor e para prefeitura, tendo em vista legislação sobre riscos psicológicos no ambiente de trabalho e situações nas quais os empreendedores se sintam constrangidos.	Alternativa 1 (mais recomendada): Solicitar outro ambiente para Prefeitura, no qual seja possível atendimento reservado. Alternativa 2 (recomendada): desenvolver um sistema de atendimento por agendamento, por meio de um projeto de extensão junto aos professores e alunos de instituições de ensino que disponham desses conhecimentos. Alternativa 3 (menos recomendada): posicionar bancos de espera externos à atual sala do empreendedor, de modo que quem estiver aguardando não ouça as conversas de quem está sendo atendido.	Muito urgente (realizar ação imediatamente)
Desenvolver manuais de procedimentos para funcionários e empreendedores, visando apresentar procedimentos com esclarecimentos importantes para empreendedores e procedimentos específicos para funcionários, visando qualidade no atendimento.	Alternativa 1: desenvolver parceria com o curso de Administração de alguma instituição de ensino superior para desenvolvimento de um projeto de extensão, visando desenvolvimento dos manuais gratuitamente.	Urgente (realizar ação em até três meses)
Alocar bebedouro gelágua para clientes e funcionários na sala do empreendedor, tendo em vista legislações trabalhistas para garantir o mínimo de conforto no ambiente de trabalho e realizar adequada recepção para clientes, preservando a qualidade no atendimento.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar gelágua e abastecimento (galões de água) da prefeitura, calculando a média de consumo mensal. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação do equipamento.	Muito urgente (realizar ação imediatamente)
Adquirir copos biodegradáveis para pessoas que procuram a sala do empreendedor e incentivar aos funcionários uso de mesmo copo, desde que no local não existem riscos de contaminação por insetos como moscas.	Alternativa 1 (recomendada): solicitar que a prefeitura compre os copos descartáveis biodegradáveis, considerando a média de consumo mensal.	Urgente (realizar ação em até três meses)
Alocar uma impressora para impressão e digitalização de documentos, como forma de garantir o mínimo de equipamentos que os colaboradores precisam para trabalhar com atendimento ao público e realizar o serviço rapidamente, contribuindo, dessa forma, para qualidade no atendimento.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar impressora da prefeitura e troca de cartuchos, toner ou tinta dependendo do tipo de impressora. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação do equipamento e solicitar da prefeitura compra mensal de cartuchos, toner ou tinta dependendo do tipo de impressora.	Muito urgente (realizar ação imediatamente)
Alocar cadeira de escritório para atendentes, tendo em vista legislação trabalhista sobre riscos ergonômicos no ambiente de trabalho, considerando quantidade de horas e necessidade de garantir o mínimo de conforto para os funcionários da sala do empreendedor.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar cadeira de escritório da prefeitura. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação do equipamento.	Muito urgente (realizar ação imediatamente)

Alocar apoio para os pés na mesa de computador, para garantir o conforto do trabalhador e evitar problemas ergonômicos.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar apoio para os pés da prefeitura. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação do equipamento.	Urgente (realizar ação em até três meses)
Alocar mouse com apoio para o punho na mesa de computador, para garantir o conforto do trabalhador e evitar problemas ergonômicos.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar mouse com apoio para o punho da prefeitura. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação do mouse com apoio para o punho.	Urgente (realizar ação em até três meses)
Inserir um arquivo vertical para guarda e organização de documentos e materiais de escritório.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar arquivo vertical/pasta para organização de arquivos da prefeitura (pasta com compartimentos separados). Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação de arquivo vertical/pasta para organização de arquivos (pasta com compartimentos separados). Alternativa 3 (recomendada): digitalizar todos os documentos impressos (organizando-os em pasta (s) de arquivo (s) na área de trabalho do computador e solicitar pasta (s) física para organização e arquivamento, especificando na (s) pasta física (s) os tipos de documentos arquivados, como forma de identificá-los com facilidade e agilidade posteriormente.	Muito urgente (realizar ação imediatamente)
Alocar um ventilador de pé ou um climatizador de modo a esfriar todo ambiente de modo eficiente e eficaz, atendendo o mínimo de conforto para colaboradores e clientes.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar ventilador de pé ou climatizador da prefeitura. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação do equipamento.	Muito urgente (realizar ação imediatamente)
Posicionar uma cortina persiana horizontal de PVC para adequado controle da luminosidade e reflexo na tela do computador.	Alternativa 1 (mais recomendada): solicitar cortina persiana horizontal de PVC da prefeitura. Alternativa 2 (menos recomendada): pedir apoio a outros órgãos públicos para doação da cortina persiana horizontal de PVC.	Urgente (realizar ação em até três meses)
Realizar palestras para microempreendedores.	Alternativa 1: solicitar ambiente da prefeitura e profissionais do Sebrae para realização das palestras.	Urgente (realizar ação em até três meses)
Inserir um espaço para lanches de funcionários e clientes.	Alternativa 1: solicitar da prefeitura um espaço (copa) para lanche/refeições de funcionários e inserir um pote com biscoitos (sachês individuais, por exemplo, clube social etc.) e outro pote com bombons, caramelos, paçocas e pirulitos para consumo de funcionários e clientes, sendo solicitado que a prefeitura realize a compra dos potes e o abastecimento mensal desses produtos.	Urgente (realizar ação em até três meses)

Fonte: A autora (2026)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a aplicação de ferramentas de organização, sistemas e métodos (OSM), especificamente manuais e estudo de layout, visando qualidade no atendimento na sala do empreendedor, localizada no Estado de Pernambuco, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a eficiência dos serviços prestados aos microempreendedores e melhoria do bem-estar dos colaboradores. Diante do exposto nos resultados, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foi possível compreender o funcionamento da unidade, diagnosticar os principais desafios encontrados e elaborar propostas de intervenção compatíveis com a realidade da Instituição.

Os resultados evidenciaram que a qualidade do atendimento depende de fatores como capacitação dos colaboradores, comunicação eficiente, padronização dos procedimentos e organização adequada do ambiente de trabalho.

A implementação das sugestões propostas poderá proporcionar diversos benefícios à instituição, como a melhoria da qualidade do atendimento ao público, maior agilidade na realização das atividades, padronização dos procedimentos administrativos, otimização do espaço físico e fortalecimento da imagem institucional perante os usuários. Além disso, espera-se que essas ações contribuam para elevar o nível de satisfação dos funcionários e dos microempreendedores atendidos, favorecendo o desenvolvimento do empreendedorismo local e a oferta de serviços públicos mais eficientes, humanizados e acessíveis.

Durante o desenvolvimento do estudo, algumas dificuldades foram identificadas, especialmente a limitação do tempo disponível para acompanhar todas as rotinas administrativas da unidade e para avaliar, em longo prazo, os resultados decorrentes da implementação das propostas elaboradas. Também houve restrições relacionadas à disponibilidade de informações institucionais e à impossibilidade de acompanhar períodos distintos de atendimento, o que poderia ampliar a análise sobre as demandas e necessidades dos usuários.

Destarte, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a avaliação da qualidade dos serviços oferecidos pela Sala do Empreendedor por meio da aplicação de

questionários de satisfação aos usuários, entrevistas com os colaboradores e análises comparativas com unidades de outros municípios. Sugere-se, ainda, a realização de estudos voltados à transformação digital dos serviços, à utilização de indicadores de desempenho, ao impacto das capacitações oferecidas aos microempreendedores e à efetividade das intervenções propostas, permitindo acompanhar seus resultados ao longo do tempo e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública municipal.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Icaro Ronney Cavalcante *et al.* **Melhoria do atendimento ao público numa universidade federal a partir da aplicação do planejamento sistemático de layout (SLP): um estudo de caso.** In: *Anais... XXXIX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, Santos, São Paulo, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2019.

ALMEIDA, *et al.* **Qualidade no atendimento ao cliente:** um diferencial competitivo. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 12, n. 3, mar. 2026. ISSN: 2675-3375.

BALLESTERO-ALVAREZ, María E. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos:** Abordagem Teórica e Prática da Engenharia da Informação, 6ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. p. 191. ISBN 9788522493265. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522493265/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BARBIERI, *et al.* Gestão de qualidade: a qualidade do atendimento no serviço público. **Revista DELOS**, Curitiba, v. 17, n. 60, p. 01-16, 2024.

BELLUCI JÚNIOR, José Aparecido; MATSUDA, Laura Misue. Implantação do acolhimento com classificação de risco em serviço hospitalar de emergência: atuação do enfermeiro. **Ciência, Cuidado e Saúde**. v. 11, n. 2, p. 396-401, 2012.

BERTOLO *et al.* Construção do manual de processos de trabalho e técnicas do Centro de Dispensação de Medicamentos de Alto Custo (CEDMAC) do Hospital de Clínicas da Unicamp. **REV BRAS REUMATOL**, 54(3) :185–191, 2014.

BORDIN, Fabia Martins de Oliveira; REATTO, Diogo. Oral 10: Qualidade do atendimento na Seção Técnica de Graduação da FOA/UNESP: foco no binômio cliente-cidadão. **ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION**, [S. l.], v. 4, 2015. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ARCHI/article/view/863>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 jul. 2026.

BRASIL. **Sala do empreendedor**. Empresas e Negócios, 2026a. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/entes-federados/sala-do-empreendedor> Acesso em: julho 2026.

CECATTI, José Guilherme; CALDERÓN, Iracema de Matos Paranhos. Intervenções benéficas durante o parto para a prevenção da mortalidade materna. **Rev Bras Ginecol Obstet.** V. 27, n. 6, p. 357-65, 2005.

COSTA, Ariana de Sousa Carvalho; SANTANA, Lúcia Chagas de; TRIGO, Antônio Carrera. QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CLIENTE: UM GRANDE DIFERENCIAL COMPETITIVO PARA AS ORGANIZAÇÕES. **Revista de Iniciação Científica – RIC.** v. 2, n. 2, p. 155-172, 2015. ISSN 2258-1166.

EBLING, E.; SANTOS, C. A. F. Análise das rotinas administrativas de uma Unidade Básica de Saúde em um município do Rio Grande do Sul. **Revista Práticas de Administração Pública - PAP,** Santa Maria, v. 7, e. 3, p. 1-19, 2024.

FROSSARD, Júlia Ferreira; SILVA JUNIOR, Roberto Paduam da. **Estudo de layout e dos processos de uma Unidade Básica de Saúde no município do Rio de Janeiro.** Projeto de graduação em engenharia de produção apresentado ao departamento de engenharia industrial, Pontifícia Universidade Católica (PUC – RIO), Rio de Janeiro, 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. **LOGEION: Filosofia da informação,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set.2019/fev. 2020.

GAUSMANN, Estela; BEUREN, Andréia; DIEDRICH, Hélio. PROPOSTA DE MELHORIA NO PROCESSO DE DEVOLUÇÃO AO FORNECEDOR DA EMPRESA ALPHA LTDA. **Revista Destaques Acadêmicos,** Lajeado, RS, v. 7, n. 1, 2015.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social,** 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minha.biblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 27 out. 2025.

LEITE *et al.* Layout: importância do layout adequado no setor de atendimento ao cliente: estudo de caso em uma empresa situada na cidade de Ampére, no Sudoeste do Paraná. **Revista Acadêmica Online,** Brazil, v. 10, n. 54, p. 01-18, 2024.

LLATAS, Maria Virgínia. **OSM: uma visão contemporânea.** Academia Pearson: Pearson Prentice Hall, 2011.

LUNA, *et al.* Aspectos relacionados à administração e conservação de vacinas em centros de saúde no nordeste do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva.** V. 16, n. 2, p. 513-521, 2011.

MACIEL, Roberto Cirico. **Sala do empreendedor:** manual de apoio à gestão. / Roberto Cirico Maciel - Vitória: SEBRAE/ES, 2022.

MEDINA, Camila; DOMICIANO, Cassia Leticia Carrara; LANDIM, Paula da Cruz; MEDOLA, Fausto Orsi. LA CAPA DE PAPEL: como roubar a atenção do observador em manuais instrucionais para educação em saúde. **InfoDesign, [S. l.],** v. 15, n. 2, p. 229–246, 2018. DOI: 10.51358/id.v15i2.665.

MENEZES, Rachel Aisengart; BARBOSA, Patricia de Castro. A construção da “boa morte” em diferentes etapas da vida: reflexões em torno do ideário paliativista para adultos e crianças. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 18, n. 9, p. 2653-2662, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos: Uma Abordagem Gerencial**. 21. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2013. E-book. Capa. ISBN 9788522482115. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522482115/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Carlos A. F. D.; ZEN, Aurora C. Criação e captura e valor em ecossistemas de inovação: uma revisão sistemática da literatura entre 2010 e 2021. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 46., 2022, [s. l.]. **Anais [...]**. [s. l]: [s. n], 2022. p. 2177–576. Disponível em:

SOUZA, *et al.* A importância da qualidade do atendimento ao cliente. **RICADI**, Vol. 07, p. 118-135, ago./dez. 2019.

TOMBOLI, Eduardo Hehnes; MACIEL, Lucas Reis; INOUE, Tiago Kenji. **Melhoria na central de atendimento da USF**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia de Produção. Universidade São Francisco, Campinas/SP, 2013.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Pesquisa em Administração**, 6ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. p.Capa. ISBN 9788522499052. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499052/>. Acesso em: 27 out. 2025.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. E-book. p. 2. ISBN 9788584290833. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290833/>. Acesso em: 27 out. 2025.

CAPÍTULO V

CIRCE: ANÁLISE DECOLONIAL E RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTOS MITOLÓGICOS

Cristhin Aline Andino Neves⁸; Prof. Dr. Marcos Rogério Heck Dorneles⁹.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-05

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise decolonial da figura mitológica de Circe a partir dos contos “Circe”, de Eudora Welty, e “Circe”, de Julio Cortázar. O objetivo principal é investigar como essas narrativas reelaboram o mito em chave feminista, subvertendo estruturas patriarcais e coloniais que historicamente regularam a representação do feminino. O corpus selecionado, composto pelos contos supracitados, é analisado no campo dos estudos culturais, com enfoque nas epistemologias do Sul e nos feminismos decoloniais. A análise parte da hipótese de que ambas as obras operam como espaços de resistência simbólica, ao deslocarem a centralidade narrativa para protagonistas femininas ambíguas, insubmissas e disruptivas. O trabalho fundamenta-se teoricamente em autoras e autores como Hélène Cixous (2022), Françoise Vergès (2020), bell hooks (2019), Lélia Gonzalez (2020), Geni Núñez (2023), Nelson Maldonado-Torres (2019), Eliane Potiguara (2004), entre outras. A abordagem metodológica é qualitativa, com análise crítica e interpretativa das narrativas. Como resultado, observa-se que tanto Welty quanto Cortázar constroem personagens que rompem com os arquétipos tradicionais da mulher feiticeira, subvertendo a lógica ocidental de dominação e introduzindo novas possibilidades de subjetivação e autonomia. A literatura, nesse contexto, é compreendida como ferramenta de reexistência e descolonização dos afetos, dos corpos e dos discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Circe. Feminismo Decolonial. Colonialidade de Gênero. Subjetividade Feminina.

CIRCE: DECOLONIAL ANALYSIS AND CONTEMPORARY REINTERPRETATIONS IN MYTHOLOGICAL SHORT STORIES

ABSTRACT: This study proposes a decolonial analysis of the mythological figure of Circe through the short stories “Circe” by Eudora Welty and “Circe” by Julio Cortázar. The primary objective is to investigate how these narratives reimagine the myth from a feminist perspective, subverting the patriarchal and colonial structures that have historically governed the representation of the feminine. The selected corpus—comprising the aforementioned short stories—is analyzed within the field of cultural studies, focusing on epistemologies of the South and decolonial feminisms. The analysis is grounded in the hypothesis that both works function as spaces of symbolic resistance by shifting narrative centrality to female protagonists who are ambiguous, unsubmissive,

8 <http://lattes.cnpq.br/983555244522562>. <https://orcid.org/0009-0003-2149-2366>. E-mail: cristhin.neves@ufms.br.

9 <http://lattes.cnpq.br/4685357188353033>. <https://orcid.org/0000-0001-6247-0866>. E-mail: marcos.dorneles@ufms.br.

and disruptive. The study draws on the theoretical work of authors such as Hélène Cixous (2022), Françoise Vergès (2020), bell hooks (2019), Lélia Gonzalez (2020), Geni Núñez (2023), Nelson Maldonado-Torres (2019), and Eliane Potiguara (2004), among others. The methodological approach is qualitative, involving a critical and interpretive analysis of the narratives. The findings indicate that both Welty and Cortázar construct characters who break away from traditional archetypes of the sorceress, subverting Western logics of domination and introducing new possibilities for subject formation and autonomy. In this context, literature is understood as a tool for re-existence and for the decolonization of affects, bodies, and discourses.

KEYWORDS: Circe. Decolonial Feminism. Coloniality of Gender. Female Subjectivity.

INTRODUÇÃO

A personagem mitológica Circe, conhecida por sua habilidade de transformar homens em animais e por sua presença enigmática na *Odisseia* de Homero (2015), tem atravessado os séculos como um símbolo ambíguo do poder feminino. Associada à feitiçaria, à sedução e à transgressão, a personagem personifica tanto o medo quanto o fascínio que o universo pode nutrir para a composição das obras. As releituras literárias dessa figura, sobretudo na literatura contemporânea, têm problematizado essas associações e oferecido novas interpretações possíveis, muitas vezes marcadas por tensões com o pensamento moderno-colonial.

Duas dessas releituras aparecem nos contos “Circe”, de Julio Cortázar (1959), e “Circe”, de Eudora Welty (2009), obras que, embora escritas em contextos socioculturais distintos, compartilham a escolha de recriar essa figura mítica como estratégia narrativa. Em ambos os textos, o feminino é central, mas não como espelho da tradição ocidental, ao contrário, as protagonistas são atravessadas por afetos, violências e resistências que abrem espaço para uma releitura que articula gênero, poder e subjetividade sob outra lógica. Esse deslocamento permite identificar, nos contos, traços de uma crítica às estruturas coloniais e patriarcais que historicamente organizaram os saberes sobre o corpo e a sexualidade femininos.

Este estudo tem como objetivo investigar como as representações da personagem Circe, nos contos de Welty e Cortázar, podem funcionar numa interlocução de crítica ao patriarcado e à colonialidade de gênero. A análise buscará compreender como esses textos reformulam o mito a partir de experiências femininas que fogem à doçura, à passividade

e à idealização, revelando em seus corpos e afetos um lugar de conflitos e, ao mesmo tempo, de criação.

A pesquisa está ancorada na urgência de se ler o feminino por outros prismas, especialmente à luz das epistemologias do Sul e das teorias feministas decoloniais, que propõem o rompimento com as narrativas universalizantes sobre as mulheres e seus corpos. Circe, enquanto figura simbólica, representa não apenas um personagem da mitologia clássica, mas uma metáfora potente para refletir sobre como a mulher é representada, contida ou subvertida nas estruturas discursivas do Ocidente.

O referencial teórico está fundamentado no pensamento decolonial de Nelson Maldonado-Torres (2019), que propõe a analítica da colonialidade como chave para compreender os legados da modernidade. Articulam-se a essa perspectiva as contribuições de Françoise Vergès (2020), que define o feminismo decolonial como prática insurgente contra o racismo epistêmico e institucional; de bell hooks (2019), a qual defende um feminismo plural e acessível; de Lélia Gonzalez (2020), ao propor um feminismo afro-latino-americano; de Geni Núñez (2023), ao refletir sobre a descolonização dos afetos e de Hélène Cixous (2022), que inscreve a linguagem do corpo feminino na escrita.

A metodologia utilizada é qualitativa, com foco em análise crítica e interpretativa das narrativas. O corpus é composto pelos contos “Circe”, publicados respectivamente por Eudora Welty e Julio Cortázar, nos quais será observada a construção da subjetividade feminina e a forma como se estabelece o conflito com os paradigmas coloniais e patriarcais. A leitura atenta dos textos será atravessada pelo diálogo com a bibliografia selecionada, buscando compreender os modos como a literatura se articula com processos de subversão simbólica e política.

A relevância deste trabalho está na possibilidade de compreender a literatura como lugar de reescrita e reexistência. Ao colocar em diálogo dois contos que recriam uma figura mitológica feminina, este estudo propõe deslocar a análise para além da estrutura narrativa e mergulhar nos discursos que circulam sobre o corpo, o desejo e a agência das mulheres em contextos marcados por assimetrias coloniais. Com isso, busca-se afirmar a potência política da ficção na desconstrução de imagens hegemônicas.

DESENVOLVIMENTO

Pensar Circe a partir dessas narrativas é também pensar como o mito se atualiza em meio a dinâmicas de opressão e deslocamento. A personagem, que antes operava como alerta aos homens diante das “ameaças” do desejo feminino, agora emerge como sintoma de uma cultura que tenta controlar aquilo que escapa à norma. Dessa forma, os contos analisados neste trabalho oferecem uma oportunidade de observar como a literatura, enquanto linguagem simbólica e política, opera no tensionamento das imagens construídas pelo imaginário colonial.

CIRCE DE EUDORA WELTY: AMBIVALÊNCIA, CLAUSURA E RESISTÊNCIA SILENCIOSA

A narrativa de “Circe”, escrita por Eudora Welty, presente na coletânea *Cuentos completos* (2019), é um exemplo potente de reinterpretação da figura mitológica da feiticeira sob a lente de um discurso feminino autônomo, que desafia estruturas coloniais de gênero e poder. Em primeira pessoa do discurso, a personagem narra seu encontro com os homens de Odisseu e a transformação deles em porcos (tanto antes como depois da mágica, por conta das atitudes deles), deslocando a óptica heroica masculina para o ponto de vista da mulher mágica, solitária e soberana de sua ilha. Essa operação de linguagem e enredo dialoga profundamente com a proposta de Hélène Cixous (2022, p. 49) ao afirmar que “a escrita da mulher deve atravessar os interditos para libertar o corpo e a voz do silenciamento histórico”. O que evidencia a urgência de romper com os interditos impostos historicamente às mulheres, defendendo que a escrita feminina seja um ato de subversão e libertação.

Ao ser expressão a visão de mundo de Circe, desafia-se a mitologia com traços patriarcais ao contar sua própria história, de modo que sua voz não apenas é ouvida, mas conduz toda a narrativa. Logo no início, a personagem afirma: “¡Bienvenidos! — dije. La palabra más peligrosa del mundo” (Welty, 2019, p. 684). Essa frase ironiza a hospitalidade feminina tradicionalmente romantizada, revelando seu potencial de armadilha e poder. Ao receber os homens, ela os domina, subverte a expectativa do

acolhimento passivo e os transforma física e metaforicamente em porcos, gesto que metaforiza a degradação da virilidade invasiva.

El olor de mi pan les hizo levantar la cabeza; entraron en tropel, gruñendo y con gran brío en los talones, hasta el umbral de la puerta. ¡Soñadores! Resbalaron en mi pulido suelo, esparciendo la arena, apelonados, inspeccionando la casa en busca de presentes (pensando ya en volver a partir) [...] Entonces estos también bebieron, y cuando levantaron el hocico de los cuencos, salieron corriendo y se juntaron con los demás (Welty, 2019, p. 684).

No pensamento de Françoise Vergès (2020, p. 34), o feminismo decolonial “recusa a universalização da experiência feminina baseada no modelo branco e burguês”, propondo novas formas de pensar a existência e o poder feminino a partir da desobediência e da autonomia. Circe, ao agir com magia e autonomia, não se encaixa nos estereótipos do cuidado ou da abnegação. Ao contrário, seu gesto de transformar os homens em bestas é um ato de soberania. Quando afirma: “*Al final hace falta una limpieza excepcional para que los hombres se den cuenta de que son cerdos*” (Welty, 2019, p. 685), ela denuncia a sujeira simbólica de uma masculinidade que se impõe pela força.

Bell Hooks (2019, p. 23) reforça que o feminismo não é contra os homens, mas contra o sexismo e o sistema patriarcal que oprime todos. A Circe de Welty, ao não apenas punir os homens, mas também reconhecer a exceção de Odisseu, dialoga com essa proposta. A resistência do herói ao feitiço não é celebrada com submissão, mas sim observada com estranheza e desejo: “*Si seguía siendo un hombre [...] significaba que el hechizo había dado con un héroe*” (Welty, 2019, p. 686). Circe o acolhe, a banha, o nutre, mas não se curva a ele. O erotismo que se instala é ambíguo e deliberadamente invertido, como propõe Cixous (2022, p. 52), ao destacar que a mulher pode ser ao mesmo tempo desejo e discurso.

Lo probé, y era perfecto —lleno de ostras de mi arrecife y trozos de cerdo dorado, perfumado con hojas de laurel, albahaca y romero, con un vaso de vino de la isla añadido al final: mi receta infalible. El caldo de Circe: todos los dioses han oído hablar de él y lo han envidiado. No, el problema debía de estar en quien se lo había bebido. Si seguía siendo un hombre, incapaz de abandonar su cuerpo magnífico, aquello significaba que el hechizo había dado con un héroe (Welty, 2019, p. 686).

Nelson Maldonado-Torres (2019, p. 45), ao definir a colonialidade do ser como a naturalização da inferioridade dos sujeitos colonizados, propõe que o pensamento

decolonial busque uma ruptura com os modos eurocentrados de classificar os corpos e os saberes. No conto, Circe é um corpo que não obedece aos mandatos da feminilidade submissa nem da história mítica contada pelos vencedores. Seu ponto de vista recupera a ancestralidade da palavra feminina como força de encantamento e reinventa a narrativa clássica para instaurar um novo regime simbólico. A própria Circe percebe esse deslocamento: “*Mi receta infalible. El caldo de Circe: todos los dioses han oído hablar de él y lo han envidiado*” (Welty, 2019, p. 686). Esse poder do feminino que é temido e desejado, rejeitado e consumido, é também tematizado por Lélia Gonzalez (2020, p. 130), ao afirmar que “a bruxaria foi uma das formas de resistência das mulheres negras e indígenas no contexto da colonialidade”. Circe, nesse sentido, não é apenas uma feiticeira isolada, mas uma metáfora do saber feminino rejeitado pelas instituições patriarcais e triunfalistas.

Me volví de nuevo velozmente. El héroe seguía frente a mí, como antes. [...] Le froté con aceite los oscuros hombros y el mechón rizado que le caía sobre la quijada. [...] Lancé la olla y todo lo demás a sus talones marchitos. ¡Debían aprender que la gente sin poderes está en el mundo para justificar y servir a quienes sí los tienen, no para sonreírles! (Welty, 2019, p. 686).

A narradora-personagem encerra o conto com a constatação do desprendimento e da solitude, mas também com a permanência da sua temporalidade infinita da sua ilha, do seu vinho e do seu saber. Como escreve Geni Núñez (2023), descolonizar afetos também é reconstruir relações de poder e desejo fora da lógica da violência e da dominação. A Circe de Welty, então, não é vencida pela partida de Odisseu. Ela permanece. Ela escreve. Ela sabe. Ela gesta.

CIRCE DE JULIO CORTÁZAR: O FEMININO MONSTRUOSO COMO INVENÇÃO COLONIAL

No conto “Circe”, Julio Cortázar apresenta, desde as primeiras linhas, uma mulher que foge às normas de conduta esperadas socialmente. Delia, a protagonista, não é vítima nem dócil; ao contrário, é uma figura envolta em mistério e silêncio. O narrador descreve a relação do personagem Mario com Délia como uma espécie de insistência que se impõe, mesmo diante dos rumores:

Delia não chorou por nenhum dos dois. Nem se afastou de casa, nem recebeu visitas por um tempo. Um mês depois estava de novo com Mario no clube. (...) A mãe de Mario dizia que isso era monstruoso e que não entendia como Mario tinha voltado a ver Delia, mas Mario estava convencido de que as mortes não tinham sido culpa dela, e o tempo todo queria ajudá-la, conseguir que voltasse à vida normal (Cortázar, 1986, p. 96).

Essa ausência de luto é lida pelos demais personagens como monstruosas, porque quebra com o comportamento esperado de uma mulher em situação de perda. Ao se recusar a representar a dor de forma pública e performática, Delia se torna alvo de suspeita, medo e especulação. Sua recusa à linguagem do sofrimento feminino a coloca fora da narrativa tradicional da mulher frágil e sensível trata-se de uma personagem que se opõe aos mandatos coloniais e patriarcais sobre o corpo feminino.

Neste conto a composição associa Delia, protagonista ambígua e misteriosa à figura do simbologismo arquetípica. A desconfiança que paira sobre ela, motivada por mortes inexplicadas de seus noivos anteriores, sugere uma construção da feminilidade como algo perigoso. Mario, seu pretendente, observa esse temor de forma instintiva: “Delia desconfiava de alguma coisa porque o recebeu diferente, quase tagarela e manhosa” (Cortázar, 1986, p. 101). A inquietação silenciosa da personagem não se traduz em fala, mas em gestos, olhares e silêncios que configuram uma linguagem corporal opaca, mas poderosa.

Sem surpresa, quase como uma confirmação, Mario mediu nessa noite a fragilidade da paz de Delia, o persistente peso da dupla morte. [...] Permaneciam os delicados caprichos, a manipulação de essências e animais, seu contato com coisas simples e obscuras, a proximidade das borboletas e dos gatos, a aura de sua respiração na fronteira da morte (Cortázar, 1986, p. 95).

Esse parágrafo apresenta a proximidade entre Delia e os signos da morte e da natureza, sugerindo uma linhagem de saber feminino ancestral que foi tradicionalmente marginalizado como “bruxaria”. Como aponta Françoise Vergès (2020, p. 41), “as mulheres racializadas e colonizadas foram marcadas como perigosas não por serem ignorantes, mas porque sabiam demais”. Delia, nesse sentido, reencarna uma sabedoria perigosa, que escapa à razão logicista e masculina, sendo temida não apenas por suas ações, mas por seu silêncio e sua opacidade.

Delia não se coloca no texto pela fala direta ou pelo discurso militante, mas pela presença que desestabiliza as certezas alheias. Mario tenta restituí-la à “vida normal”, mas essa normalidade representa, para Delia, a domesticação de sua potência. A tentativa de reinseri-la nos códigos afetivos e sociais dominantes é, como afirma Françoise Vergès (2020), uma tática da colonialidade para controlar a alteridade feminina:

O feminismo decolonial é uma proposta crítica que reconhece a pluralidade de experiências femininas e questiona as formas como o Ocidente produziu uma narrativa única sobre a mulher (Vergès, 2020, p. 36).

A personagem Delia escapa dessa narrativa única. Ela é descrita como “bonita, mas não gostava de se arrumar” (Cortázar, 1986, p. 95), o que, no imaginário patriarcal, equivale a uma espécie de descuido ou ameaça à ordem do desejo masculino. Sua beleza não é performada para o outro, o que a torna, simultaneamente, inatingível e fascinante. Essa opacidade do desejo feminino está no centro das críticas de Lélia Gonzalez (2020), ao apontar como o patriarcado e a colonialidade constroem imagens do feminino que devem ser acessíveis, legíveis e apropriáveis:

A bruxa, a louca, a feiticeira: todas essas imagens foram utilizadas para controlar mulheres que não se submetiam às normas de comportamento esperadas. Aquelas que ousavam desejar de outra forma ou recusavam os modos estabelecidos de amar e de cuidar eram taxadas como perigosas ou anormais (Gonzalez, 2020, p. 138).

Delia é, nesse sentido, uma Circe moderna, cuja existência é regulada pelos olhos dos outros. A desconfiança sobre ela se baseia no que escapa à compreensão, e a narrativa insiste em reforçar esse estranhamento:

As histórias começavam com a notícia de que ela tinha dado veneno de rato para os dois, e continuavam variando nos detalhes, segundo a imaginação e o humor das vizinhas. Que tinha usado remédio de beleza em forma de pasta, misturado com açúcar no café, que a própria mãe de Delia as tinha ouvido conversando na cozinha e impedido que envenenasse Mario. Coisas assim. Mario não dava atenção e falava de Delia com pena e ternura (Cortázar, 1986, p. 96–97).

Essas acusações veiculadas sempre por “as vizinhas” colocam Delia no lugar da bruxa, que cozinha, mistura veneno, manipula. Mas o conto nunca confirma essas acusações. Ao contrário, constrói uma ambiguidade que confere agência simbólica à personagem, embora mediada por um narrador masculino. Mario tenta controlá-la pela insistência amorosa, mas não consegue transformá-la em uma figura redimida.

Esse gesto de resistência pode ser lido também à luz de Geni Núñez (2023), que propõe a descolonização dos afetos como forma de escapar às armadilhas coloniais do amor romântico, da culpa e da submissão. Para a autora, “romper com afetos coloniais significa abandonar as formas de amar baseadas na posse, no controle e na idealização do outro. É uma prática de libertação” (Núñez, 2023, s/p). Delia não pertence a ninguém. Mesmo desejada, não se oferece. Ela não se comove com os rituais sociais do noivado, tampouco cede às pressões simbólicas da comunidade. Como observa bell hooks (2019), é fundamental perceber que o feminismo não propõe que mulheres sejam idealizadas ou demonizadas, mas que sejam lidas em sua pluralidade e contradição:

A luta feminista é pela liberdade de todas as mulheres serem quem são, e não quem os homens ou o sistema esperam que elas sejam. É uma luta contra o sexismo, não contra os homens (Hooks, 2019, p. 22).

Portanto, o conto “Circe”, desde suas primeiras páginas, já ensaia uma narrativa de resistência simbólica. Delia se recusa a ocupar o lugar da vítima, da santa ou da histórica. É uma mulher em silêncio, mas um silêncio que perturba. A colonialidade do ser, como afirma Nelson Maldonado-Torres (2019), opera justamente nos corpos que não se encaixam nas normas de humanidade instituídas:

A colonialidade do ser atua nos modos como certos corpos são excluídos do pleno reconhecimento como humanos. Essa exclusão se manifesta em práticas de desumanização, suspeição e invisibilização. Romper com essa lógica é um dos objetivos da decolonialidade. (Maldonado-Torres, 2019, p. 48).

Delia é, nesse sentido, uma personagem que encarna a ruptura, não com violência ou histeria, mas com ausência, sagacidade, persistência, silêncio e recusa. Uma recusa que, por si só, já é um ato político.

A tensão erótica do conto atinge o ápice na cena final, quando Mario é levado por Delia a provar um bombom. O gesto parece simples, mas carrega todo o acúmulo simbólico do medo masculino diante da mulher que deseja e que não se submete. Ao perceber o conteúdo do doce, Mario reage com violência:

Os dedos se separavam, dividindo o bombom. A lua caiu em cheio na massa esbranquiçada da barata, o corpo despido de seu revestimento coriáceo [...]. Quando atirou os pedaços no rosto dela, Delia tapou os olhos e começou a soluçar, arquejando em um soluço que a afogava (Cortázar, 1986, p. 104).

A imagem da barata dentro do bombom mistura o erotismo com a repulsa, o prazer com o asco, numa metáfora poderosa da visão patriarcal da mulher como ameaça à ordem. Como afirma Hélène Cixous (2022, p. 68), “a mulher que escreve, que fala, que goza, perturba”. Delia oferece um afeto que escapa à lógica colonial do cuidado. Não é afeto redentor, mas provocador, como um feitiço que desorganiza o olhar do outro sobre ela.

Segundo bell hooks (2019, p. 31), “o feminismo exige de nós que reconheçamos os nossos medos e não nos deixemos paralisar por eles”. Mario, ao contrário, se deixa paralisar, e sua tentativa de silenciá-la com as mãos no pescoço tem a forma exata da opressão de gênero. O gesto é mais simbólico do que trágico: é o desejo de silenciar a diferença, de sufocar a alteridade radical que Delia representa.

Ele queria apenas que ela se calasse, e apertava apenas para que se calasse [...] a da casa assobradada talvez já a estaria ouvindo com um misto de medo e prazer, por isso devia fazê-la calar a todo custo (Cortázar, 1986, p. 104).

Ao pensar na lógica colonial e patriarcal que classifica corpos e saberes como inferiores ou perigosos, Maldonado-Torres (2019, p. 38) afirma que a colonialidade se sustenta pela naturalização da “hierarquia ontológica entre os que têm humanidade plena e os que não têm”. Delia, marcada como “anormal”, é posicionada fora do campo da humanidade normativa. Mas é exatamente aí que reside seu poder: ela não busca ser aceita, apenas continua existindo entre essências, bombons, gatos e silêncios.

Essa permanência de Delia como enigma, como figura que recusa a explicação e o arrependimento, tensiona diretamente o ideal feminino colonial, submisso, compreensível e redimível. A mulher que não explica, que não se justifica, que se mantém inteira diante da violência simbólica e literal é lida como ameaça. Delia é essa ameaça: não porque mata, mas porque não se rebaixa à culpa. Ela é a materialização do que Vergès (2020, p. 53) identifica como “a recusa em performar o papel da vítima”, um gesto que rompe com o imaginário moral cristão e colonial que espera da mulher penitência ou fragilidade.

O feminismo decolonial recusa o conforto da identificação com a inocência. Ele parte da experiência de mulheres que não podem ser lidas a partir do ideal da vítima universal, pois foram e são percebidas como perigosas, sujas, bárbaras, animais (Vergès, 2020, p. 53).

Delia carrega esse lugar de impureza simbólica e transgressão sensual. Sua casa, lugar tradicionalmente lido como espaço de contenção feminina, transforma-se em palco de dominação sutil. Como explica Geni Núñez (2023, p. 60), “há uma política do afeto que atua nos detalhes: no modo como tocamos, cuidamos, alimentamos, acolhemos ou rejeitamos”. Delia, ao alimentar Mario, também o desestabiliza. O cuidado se transforma em provocação e em crítica. “Ela o fez comer. O alimentou com sua arte. Ele provou e teve nojo. Mas o nojo é dele, não dela” (Núñez, 2023, p. 63).

Esse deslocamento do afeto, do lugar de docilidade para o da potência é central para pensar a resistência da personagem. Delia não é heroína no sentido clássico, mas é radicalmente autônoma. Sua presença, mesmo silenciada, incomoda e marca. O que a narrativa de Cortázar constrói é uma anti-heroína que, ao invés de redimir-se pelo amor ou ser punida pela diferença, sobrevive à sua maneira, em sua casa, em sua própria linguagem de sombras.

Ao construir uma personagem como Delia, Julio Cortázar tensiona a própria tradição masculina de contar histórias de mulheres perigosas. Diferente da Circe homérica, não é vencida nem domada. Ao final do conto, não há redenção masculina, apenas desconforto e afastamento. Mario não triunfa sobre o “mistério feminino”; ele foge dele. E essa fuga é o que resta à masculinidade diante de uma figura que não cabe no molde da mulher desejável, mas inofensiva.

A literatura, aqui, cumpre seu papel político como propõe Maldonado Torres (2019, p. 50), ao afirmar que a decolonialidade deve produzir narrativas que “desestabilizem os marcos de inteligibilidade da colonialidade do ser”. A Circe de Cortázar é uma dessas narrativas. Ao devolver o mito à carne e à casa, à mulher e ao medo, ela perturba o leitor, pois mostra que o verdadeiro feitiço não é a morte, mas a permanência: Delia continua lá, presente, viva, inclassificável.

A narrativa de Circe, escrita por Eudora Welty, presente na coletânea *Cuentos completos* (2019), é um exemplo potente de reinterpretação da figura mitológica da feiticeira sob a lente de um discurso feminino autônomo, que desafia estruturas coloniais de gênero e poder. Em primeira pessoa, a personagem narra seu encontro com os homens

de Odisseu e sua transformação em porcos, deslocando a óptica heroica masculina para o ponto de vista da mulher mágica, solitária e soberana de sua ilha.

O FEMINISMO DECOLONIAL COMO PERSPECTIVA CRÍTICA

A defesa de um feminismo decolonial exige o deslocamento dos referenciais universalizantes de gênero e a escuta das múltiplas vozes que foram historicamente silenciadas pelas estruturas do patriarcado colonial. Como propõe Nelson Maldonado-Torres (2019), a colonialidade do ser e do saber atua profundamente sobre os corpos femininos racializados, e, por isso, a crítica decolonial deve ser também uma crítica feminista. Segundo o autor:

A colonialidade do ser se expressa através da desumanização e da inferiorização de sujeitos colonizados, mas também através da produção de normas de humanidade baseadas em categorias eurocentradas, heteronormativas e patriarcais (Maldonado-Torres, 2019, p. 47).

Essa concepção amplia a compreensão da colonialidade não apenas como um sistema de dominação externa, mas como uma lógica interna que molda corpos, subjetividades e afetos a partir de parâmetros excludentes. Nessa direção, torna-se urgente uma epistemologia feminista situada, que valorize as experiências históricas e os saberes produzidos nos territórios periféricos e subalternizados, como defendem autoras latino-americanas, indígenas e afro-diaspóricas. Eliane Potiguara (2004), mulher indígena e ativista, reivindica um lugar para a fala e para a memória coletiva das mulheres originárias, destacando:

Nós, mulheres indígenas, ainda estamos muito longe de ter a nossa voz escutada. Não apenas como mulheres, mas como mulheres indígenas que carregam em seus corpos e espíritos a história de invasões, silenciamentos e apagamentos. [...] A nossa combatividade é anterior à chegada do invasor, porque defendemos a vida, a terra e o corpo como extensões do nosso território ancestral (Potiguara, 2004, p. 68).

Essa articulação entre corpo, terra e ancestralidade é também explorada por Lélia Gonzalez (2020), que ao propor um feminismo afro-latino-americano denuncia a colonialidade como um sistema que racializa, sexualiza e inferioriza as mulheres negras.

Para Gonzalez, as categorias de gênero e raça não podem ser analisadas separadamente.

Ela afirma:

Nosso feminismo é resultado da resistência cotidiana que fazemos ao racismo, ao machismo e à violência institucional. É um feminismo que nasce na rua, no terreiro, na cozinha, nas escolas públicas, onde as mulheres negras reinventam a vida todos os dias (Gonzalez, 2020, p. 129).

Na mesma linha, Geni Núñez (2023) propõe que a decolonização passe também pelos afetos, deslocando os modos coloniais de amar e se relacionar. Para a autora, os vínculos afetivos colonizados reforçam padrões de dominação, controle e culpa, que precisam ser superados. Ela escreve:

Descolonizar os afetos é desobedecer às lógicas de controle que regulam o desejo e o cuidado. É entender que amor, prazer e liberdade não podem ser colonizados, pois estão ligados à soberania do corpo e à insurgência dos vínculos (Núñez, 2023, p. 45).

Essa proposta encontra ressonância na crítica de Françoise Vergès (2020), que define o feminismo decolonial como prática política, estética e ética. Segundo ela, é necessário criar linguagens e formas de luta que escapem da gramática do Ocidente. Em suas palavras:

O feminismo decolonial não se preocupa em agradar ou educar a metrópole. Ele parte de um saber situado, fragmentado, coletivo, muitas vezes oral, e se expressa por meio da arte, do corpo, da performance, da memória e do silêncio (Vergès, 2020, p. 61).

Assim, a perspectiva de um feminismo decolonial, construída por autoras como Potiguara, Gonzalez, Núñez, Vergès, Cixous e hooks, não busca inclusão em estruturas opressivas, mas sim a ruptura com as lógicas de exclusão, controle e apagamento. Esse feminismo opera, como defende Cixous (2022, p. 65), por meio da escrita e da performance do corpo, desestabilizando as fronteiras entre o privado e o político, entre o mito e a história, entre o silêncio e a fala.

Como propõe Maria Lugones (2008, p. 12), “a colonialidade de gênero opera na imposição de um sistema binário de sexo e gênero que violenta os modos de vida não ocidentais e racializados”. Ao incorporar essa crítica, o feminismo decolonial se coloca como prática de ruptura e não de assimilação. Não se trata de incluir as mulheres nos

espaços de poder masculino, mas de desestabilizar as próprias estruturas de poder que organizam a vida moderna.

O feminismo decolonial também atua contra o epistemicídio, como lembra Ochy Curiel (2013), ao afirmar que “ele emerge dos corpos e experiências que foram negados e criminalizados”. Essa perspectiva recusa o sujeito feminino universal e eurocentrado, acolhendo outras epistemologias, outras vozes e outras formas de estar no mundo.

Rita Segato (2012), ao discutir a pedagogia da crueldade, observa que a violência contra mulheres racializadas tem uma função política e simbólica: “a mulher é o território simbólico onde o poder masculino colonial reafirma sua soberania”. Pensar um feminismo decolonial, portanto, é pensar também uma ética da desobediência ao que nos foi ensinado como natural.

A proposta de uma crítica feminista decolonial exige o desmonte dos dispositivos simbólicos, afetivos e estéticos que sustentam o patriarcado racial-colonial. Trata-se, como afirma Françoise Vergès (2020, p. 61), de construir “formas de luta que escapem da gramática do Ocidente”, e como propõe Geni Núñez (2023, p. 45), de “descolonizar os afetos” como gesto político de libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos contos “Circe”, de Eudora Welty, e “Circe”, de Julio Cortázar, evidenciam como a literatura pode operar como um espaço de resistência simbólica, reelaboração de arquétipos e reinvenção política do feminino. A figura mitológica da feiticeira, tradicionalmente associada à transgressão, ao perigo e à sedução, é reposicionada, nas obras analisadas, como sujeito ativo de linguagem, desejo e saber. Ambas as narrativas tensionam o mito de Circe ao deslocarem a centralidade do herói masculino para as vivências da mulher, não mais como obstáculo à trajetória heroica, mas como força narrativa em si mesma.

Nas releituras contemporâneas, as personagens não reproduzem o ideal feminino ocidental pautado na obediência, pureza e abnegação. Ao contrário, tanto a Circe de Welty quanto a Delia-Circe de Cortázar corporificam subjetividades insurgentes, cujas

ações e silêncios desafiam os marcos da colonialidade do ser, do saber e do gênero. Suas presenças nos textos são marcadas por ambivalência, opacidade e potência, características que, na tradição patriarcal, foram associadas à monstrosidade, mas que aqui se revelam como expressão de uma autonomia radical.

Essas personagens deslocam as expectativas normativas sobre o comportamento feminino ao recusar o lugar de vítimas ou redimidas. Elas não se ajustam ao modelo da mulher virtuosa, compreensível e domesticável. Em vez disso, constroem-se como figuras que perturbam as fronteiras entre desejo e rejeição, entre o cuidado e a subversão, entre o silêncio e a agência. Como aponta Maria Lugones (2008), a colonialidade de gênero estrutura os modos pelos quais os corpos femininos, especialmente racializados e dissidentes, são posicionados como inferiores ou perigosos. Ao romper com esse posicionamento, Circe e Delia se tornam figuras de reexistência.

O diálogo com teóricas como Hélène Cixous (2022), Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (2019), Françoise Vergès (2020), Eliane Potiguara (2004), Geni Núñez (2023), Rita Segato (2012), Maria Lugones (2008) e Ochy Curiel (2013) permitiu compreender que o feminismo decolonial não se limita à denúncia das opressões históricas, mas propõe também outras formas de afetar, de pensar e de existir. É uma crítica radical que emerge dos territórios do corpo, da memória, do silêncio e da ancestralidade. Como aponta Vergès (2020, p. 61), trata-se de uma prática que “não se preocupa em agradar ou educar a metrópole”, mas que funda seus próprios vocabulários e epistemologias.

Nesse sentido, a literatura se configura como dispositivo potente de ruptura com os discursos coloniais. Ao reescrever mitos clássicos e reinscrever corpos que foram historicamente apagados ou subordinados, os contos analisados operam uma descolonização simbólica que desafia a naturalização das hierarquias de gênero, raça e poder. Circe, que outrora simbolizava predominantemente o feitiço a ser vencido pelo herói, ressurgiu como sujeito que carrega uma linguagem própria, uma ética insurgente e uma estética do enigma. Como afirma Rita Segato (2012, p. 198), “o corpo da mulher tem sido o território privilegiado de inscrição das mensagens de poder”, mas ele também pode se tornar campo de resistência e de contra inscrição.

O feminismo decolonial emerge neste trabalho como ferramenta crítica indispensável para pensar o presente, não apenas como espaço de denúncia, mas como lugar de invenção e criação. Ao realizar uma releitura a figura de Circe a partir de vozes femininas plurais e situadas, abre-se a possibilidade de construir outros modos de narrar, desejar e resistir. Descolonizar determinados aspectos do mito é, portanto, um gesto político que amplia os horizontes do sensível e do possível. Circe deixa de ser apenas feiticeira ou ameaça, e passa a ser compreendida como figura ancestral, símbolo de uma feminilidade insubmissa que desafia os alicerces do patriarcado e da colonialidade.

REFERÊNCIAS

CIXOUS, Hélène. **O riso da medusa**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 41–81.

CORTÁZAR, Julio. **Bestiário**. Tradução de Ari Roitman e Paulina Wacht. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 95–104.

CURIEL, Ochy. **Descolonización y despatriarcalización**: nuevas perspectivas políticas feministas desde América Latina. In: GUZMÁN, Virginia; AGUIRRE, Mercedes (org.). *Despatriarcalizar: el debate feminista en América Latina*. Quito: FLACSO, 2013. p. 83–102.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 127–150.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. p. 17–48.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y género**. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73–101, jan. – jun. 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade**: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27–53.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

POTIGUARA, Eliane. **Ainda a insatisfação e consciência de mulher indígena; Combatividade e resistência**. In: POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004. p. 67–77; 127–130.

SEGATO, Rita Laura. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**. 2. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2012.

VERGÈS, Françoise. **Definir um campo:** o feminismo decolonial. In: VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 27–77.

WELTY, Eudora. **Cuentos completos.** Tradução de Ignacio Gómez Calvo. [S.l.]: s.n., 2019. Disponível em: <https://rincondelectura.net/cuentos-completos-de-eudora-welty/> Acesso em: 11 de abril de 2025.

CAPÍTULO VI

APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS NO FLUXO DE CAIXA

Adriely da Silva Nascimento¹⁰; Maria José da Silva Feitosa¹¹.

DOI-CAPÍTULO: 10.47538/AC-2026.66-06

RESUMO: Este artigo visa analisar a aplicação do fluxograma, formulário e manual no fluxo de caixa de uma microempresa. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, e a coleta de dados foi realizada por meio de estudo bibliográfico e observação. Além disso, foi realizada revisão sistemática e conduzida pesquisa de ação em uma organização que atua na comercialização de móveis e eletrodomésticos, após autorização formal da pessoa responsável pela organização. Dessa forma, foram desenvolvidos, aplicados e validados na organização fluxograma, o formulário e o manual na área administrativa e observados os resultados da aplicação. Conclui-se que as microempresas devem ter acesso e aplicar as ferramentas administrativas abordadas, para estimular o controle de caixa e diferenciar-se diante da realização de atividades que proporcionam controle facilitado, adaptando conforme o porte e necessidade da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxograma. Formulário. Manual. Gestão Financeira. Microempresa.

APPLICATION OF ORGANIZATION, SYSTEMS AND METHODS TOOLS IN CASH FLOW

ABSTRACT: This article aims to analyze the applicability of flowchart, form and manual in cash flow of a micro-enterprise. This is a qualitative research study with a descriptive and exploratory approach. Data collection was carried out through a bibliographic study and observation. In addition, a systematic review and research of action were conducted in an organization that sells furniture and appliances, using an action research approach, after formal authorization from the person responsible for the organization. Thus, a flowchart, a form, and a manual were developed, applied and tested in the administrative area of the organization, and the results of their application were observed. It is concluded that micro-enterprises should have access to and apply the administrative tools discussed, to stimulate cash flow control and differentiate themselves by performing activities that provide facilitated control, adapting them according to the size and needs of the company.

KEYWORDS: Flowchart. Form. Manual. Financial Management. Micro-enterprise.

10 <http://lattes.cnpq.br/6630440433191826>. 0009-0008-6801-6865. E-mail: adriely.silvan@ufrpe.br.

11 <http://lattes.cnpq.br/6887857776351323>. 0000-0001-5769-6895. E-mail: mjsfcontatoprofissional@gmail.com.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2026), o país teve um aumento na abertura de empresas com 5,1 milhões de novos negócios em 2025, representando um aumento de 18,6% em relação ao ano anterior, sendo que 927 mil são microempresas. Todavia, em decorrência da falta de gerenciamento e controle adequados das finanças ou problemas de gestão, sobretudo no fluxo de caixa operacional (referente à movimentação de receitas e despesas), algumas dessas organizações tendem a finalizar suas atividades. Segundo o Sebrae (2026), uma das causas da redução do desempenho financeiro em empresas é a carência do monitoramento, que inclui as métricas de vendas, margem de faturamento e despesas. Diante do exposto, a aplicação de ferramentas capazes de auxiliar no controle financeiro e aprimoramento de processos nesta área é uma das estratégias que podem auxiliar no desempenho e resultados.

Sob esse prisma, a Organização, Sistemas e Métodos é uma área da administração que foca na melhoria da estrutura e racionalização de processos (conjunto de atividades) nas empresas, com o apoio de outras técnicas para promover o funcionamento interno eficiente (Silva; Silva, 2016). A utilização da OSM torna-se um meio que pode ser aplicado visando aprimorar a gestão financeira, principalmente na redução de falhas no fluxo de caixa operacional com base na organização de processos organizacionais.

Com essa utilização de ferramentas de OSM para aprimorar o fluxo de caixa operacional, o setor financeiro das microempresas é reorganizado de forma que proporcione aos colaboradores terem controle direto e identificação de possíveis gargalos que possam surgir, com o apoio de técnicas apresentadas por Oliveira (2013), quais sejam: fluxograma (representação de etapas de uma determinada atividade por meio de símbolos), formulários (instrumento que auxilia na coleta, movimentação e registro de informações) e manuais (estabelece normas e procedimentos que podem contribuir para padronização e realização de tarefas). Empresas que adotam a verificação do caixa podem organizar com eficiência os recebimentos e pagamentos realizados, o que evita possíveis dificuldades financeiras (Dahmer; Casturino, 2012).

Diante do exposto, este artigo se propõe a responder o seguinte questionamento: Como as ferramentas da Organização, Sistemas e Métodos (OSM) podem auxiliar a gestão financeira em microempresas, especificamente quanto ao fluxo de caixa? Para responder esta pergunta, o presente artigo teve como objetivo analisar a aplicação do fluxograma, formulário e manual no fluxo de caixa de uma microempresa, no intuito de contribuir para otimização da gestão financeira quanto à movimentação de caixa, bem como melhoria na tomada de decisão com acesso facilitado às informações.

Este estudo justifica-se em termos teóricos, tendo em vista a escassez de estudos sobre a temática, sobretudo, em microempresas. Além disso, o artigo pode contribuir como fonte de informação para gestores de microempresas. Com a aplicação da OSM, os microempreendedores podem utilizar recursos como fluxogramas, formulários e manuais nas atividades financeiras para auxiliar na organização de processos e desempenho.

A escolha do tema justifica-se pela relevância dos microempreendedores de implantarem conhecimentos ligados à administração no ambiente interno como uma alternativa de aprimorar o controle financeiro (Nunes; Costa Junior; Vidinhas, 2024). O uso de ferramentas administrativas facilita a rotina e atividades operacionais, proporcionando mais segurança ao estabelecimento e reduzindo os riscos e incertezas (Nunes; Costa Junior; Vidinhas, 2024). Conforme Pereira, Munhoz e Leone (2022), algumas das principais áreas que podem implantar a Organização, sistemas e métodos (OSM) para a eficácia dos processos são recursos humanos, produção e o setor comercial, sendo, dessa forma, aplicável à microempresa estudada. Como elucida Cipriano (2021), surge a necessidade das empresas se manterem em atividade a partir da adoção de ferramentas que auxiliem na análise de custos e investimentos necessários, com foco no fluxo de caixa, para a obtenção de resultados e evitar possíveis dívidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Silva (2024), o fluxo de caixa pode ser compreendido como um método de planejamento de finanças da empresa, sendo possível apresentar contas e valores do banco de dados da organização. Esse detalhamento facilita a gestão do empreendimento,

o que possibilita identificar as obrigações a serem pagas e o saldo disponível. Por outro lado, se o saldo for positivo, significa que a empresa consegue custear os valores que devem ser pagos, mas caso seja negativo, aponta que apresenta mais despesas do que receitas, indicando que o gestor deve buscar um novo planejamento diante dos gastos para suprir os pagamentos e ter disponibilidade financeira. Desse modo, o fluxo de caixa não deve ser visualizado apenas como um meio operacional, mas como uma ferramenta estratégica para a saúde financeira de empresas (Campos *et al.*, 2026).

Com base nos estudos de Gitman (2010), o fluxo de caixa auxilia no gerenciamento de finanças e é possível destacar os principais tipos que integram nas empresas de acordo com o setor em atividade, sendo eles: fluxo operacional (ligado à entrada e saída de caixa com base na venda de produtos ou serviços), fluxo de financiamento (resultado de transações de financiamento com capital de terceiros e capital próprio) e fluxo de investimento (fluxo de caixa ligado à compra ou venda de ativos essenciais para o funcionamento da empresa).

Nessa perspectiva, o controle financeiro, apoiado pelo fluxo de caixa, é uma forma de administrar os recebimentos e pagamentos da organização, como as receitas de vendas e despesas com fornecedores, sendo essencial para a manutenção da microempresa diante de um mercado competitivo. Sob esse prisma, para evitar que a microempresa não apresente redução do seu fluxo de caixa operacional, de modo que não seja necessário aumentar o endividamento, é recomendado aplicar ferramentas de gestão, como planilha de Excel, com o intuito de auxiliar no controle das finanças e fornecer uma análise da sustentabilidade financeira (Silva; Carvalho; Carvalho, 2025).

O controle do fluxo de caixa é crucial para a obtenção de uma gestão financeira eficiente e produtiva. A movimentação do caixa em microempresas contribui para que os colaboradores ou gestão possam identificar a disposição de recursos em períodos determinados. Com essa base de dados, torna-se possível verificar a entrada e saída de recursos financeiros, organizar pagamentos de contas, indicar possíveis índices de escassez e outros fatores (Silva; Silva; Pepece Junior, 2023).

Um exemplo de empresa que fez uso do controle de fluxo de caixa operacional e teve resultados positivos é a microempresa varejista C.M Moreno, na qual a aplicação

desse controle possibilitou que a empresária visualizasse de forma clara a movimentação do caixa do negócio, e a inclusão dessa estratégia de controle contribuiu para a tomada de decisões e melhorias no estabelecimento (Pereira *et al.*, 2023).

Contudo, o controle financeiro ainda é um desafio para alguns empresários. De acordo com Fidelis *et al.* (2025), as principais dificuldades na gestão financeira nas MPes (Micro e Pequenas Empresas) são a carência de planejamento financeiro e os empecilhos no gerenciamento do fluxo de caixa, como o controle inadequado. Conforme apontam tais autores, esses fatores ocorrem em decorrência da falta de conhecimento técnico, como o acesso a conteúdos ligados à administração financeira e ferramentas de apoio, como acesso a planilhas e meios tecnológicos.

Pereira, Munhoz e Leone (2022) destacam que a implementação de métodos ligados à administração pode contribuir para a produtividade e eficiência da organização conforme a área que a empresa busca melhores resultados, como na produção e comercial.

Oliveira (2013) defende que a OSM é relevante nas organizações por atingir o objetivo de organizar os processos organizacionais, podendo proporcionar mudanças gerenciais e operacionais, sendo possível identificar gargalos e a necessidade de alteração em diferentes fatores internos, o que auxilia no funcionamento de tarefas.

Nesta perspectiva, é pertinente a aplicação de técnicas de OSM (como fluxogramas, formulários e manuais) no fluxo de caixa de microempresas. Sob tal ótica, como menciona Oliveira (2013), o fluxograma, a partir da utilização de símbolos, expõe de maneira dinâmica o fluxo de trabalho, ou seja, mostra como deve ser realizado e verifica soluções para adversidades que possam surgir.

Conforme Oliveira (2013), o fluxograma é a representação por meio de símbolos específicos mostrando uma sequência de operações, responsáveis ou unidades que fazem parte do processo a ser seguido. A aplicação de fluxograma para a fiscalização de contas de um determinado ambiente possibilita uma visualização eficaz diante dos processos que vão ser seguidos. A ferramenta auxilia na identificação de possíveis mudanças, exclusão de tarefas que não influenciam no processo e a inclusão de atividades que vão melhorar os procedimentos (Santos, 2017).

Segundo Silva (2023a), a utilização de fluxogramas é uma alternativa que coopera para a visualização de etapas, uma vez que mostra a representação específica do processo de realização de atividades financeiras. Tendo em vista a praticidade da ferramenta, torna-se possível desenhar progressivamente cada uma das etapas referentes às tarefas que devem ser executadas. Conforme menciona Guimarães (2025), ao relacionar essa linha de pensamento com o estudo em empreendimentos, a aplicação do fluxograma ajuda na identificação e sequência de atividades que precisam ser executadas pelos colaboradores. No caso do fluxo de caixa operacional, é possível determinar o processo desde a organização de contas e receitas até a análise de desempenho financeiro da empresa. Então, essa técnica torna a rotina mais simplificada e essa padronização auxilia na eficiência de processos (Guimarães, 2025). Além do fluxograma, outra ferramenta que pode ser utilizada no âmbito do fluxo de caixa é o formulário.

Paz (2015) elucida que o formulário é um documento desenvolvido com campos para o preenchimento de informações para um objetivo específico, sendo utilizado pelas organizações como um veículo de comunicação e suporte de tarefas, e para transmitir informações organizadas e, para isso, o formulário deve ter opções de campos de preenchimento claros e estruturados para facilitar o entendimento do público que faz uso desse meio. Diante disso, o uso dessa ferramenta é relevante para documentar informações, acelerar o fluxo de informações de etapas, reduzir custos e padronizar procedimentos e dados importantes para o meio organizacional (D'Ascensão, 2001).

A classificação de formulários é trazida por Paz (2015) sendo definidos como formulários contínuos (impressoras em grande quantidade), planos (organizados e pré-impressos em papel) e eletrônicos (produzidos com o uso de meios tecnológicos ou com o auxílio da internet de forma online). No fluxo de caixa, o formulário pode ser aplicado como um mecanismo para o registro do controle diário de caixa, podendo registrar os recebimentos e pagamentos, isso inclui vendas, fornecedores e despesas operacionais, possibilitando a visualização simples e organizada das contas, além de melhorar a funcionalidade dos negócios (Cruz, 2015). Além dos formulários, os manuais são ferramentas que podem contribuir para aumento da eficiência do fluxo de caixa.

Conforme cita Oliveira *et al.* (2011), em uma organização podem ser identificados diferentes tipos de manuais sendo organizados de acordo com o objetivo específico, como o modelo de normas e diretrizes. Diante disso, consiste em um conjunto de regras e formas que a empresa determina que os colaboradores realizem as atividades propostas, explanando como devem ser operacionalizadas, quando e o indivíduo que realiza uma função específica do processo, devendo ser uma técnica clara, exposta de forma detalhada, padronizada e disponível aos colaboradores que irão colocar em prática (Oliveira *et al.*, 2011).

Um exemplo de organização que utiliza manual financeiro é a Universidade Federal do Ceará, a instituição usufrui da ferramenta com o intuito de registrar o pagamento de despesas, como folha de pagamentos, auxílio financeiro e pagamento à pessoa jurídica. Desse modo, em cada modelo de fluxo de caixa ligado às despesas da instituição, foram desenvolvidas as etapas a serem seguidas com o apoio de uma ferramenta para a modelagem de processos. A utilização de um manual financeiro ajuda na obtenção de um controle diante dos gastos e compreender todo o processo até a finalização (Universidade Federal do Ceará, 2021).

Iabel (2024) explica que a aplicabilidade de manuais em organizações com a reformulação de procedimentos colabora na eficiência de operações e na competitividade. Sendo uma oportunidade da obtenção da melhoria contínua, adaptação às mudanças do mercado ao fazer uso de métodos administrativos e, por fim, otimização de processos.

De acordo com Horstmann (2018), a aplicação de um manual financeiro em organizações deve incluir uma linguagem clara e de fácil compreensão para que facilite a prática e entendimento dos principais conceitos de finanças.

Oliveira *et al.* (2011) mostram que em uma organização pode dispor de diferentes tipos de manuais, divididos de acordo com o objetivo de cada setor que faz uso dessa técnica. Sob essa ótica, inclui informações da estrutura organizacional, funções, diretrizes das organizações e outros dados, além de modelos expondo em detalhes a descrição de procedimentos para o processamento de atividades, bem como a junção de normas que devem ser seguidas pelos funcionários, possibilitando a melhoria na tomada de decisões e realização das atividades.

Conforme menciona Horstmann (2018), a aplicação de manuais no ambiente organizacional colabora para que os conhecimentos da área financeira sejam transmitidos de uma forma clara e facilitada a fim de contribuir para o controle interno. Horstmann (2018) menciona três objetivos que tornam o manual mais acessível e prático para ser utilizado por empreendedores: descrever as principais operações utilizadas na administração financeira para adaptar conforme a realidade da organização, expor uma sequência lógica de tarefas e adaptar de acordo com o segmento usando a ferramenta como referência.

Segundo Vale Junior (2025), a proposta do uso de manuais com processos redesenhados e com o apoio de ferramentas digitais sugere uma mudança significativa no meio organizacional. Vale Junior (2025) aponta que com a ausência de um mapeamento de processos como o uso de manuais, a gestão financeira da empresa pode apresentar fatores negativos gerados a partir da carência de ferramentas administrativas, como práticas de atividades sem apoio tecnológico, centralizada e dependente de poucos funcionários com conhecimento prévio da organização. Nesse sentido, a proposta da utilização de manuais não resulta apenas na melhoria de eficiência e na padronização, mas permite que o conhecimento seja aperfeiçoado.

Com ênfase na área financeira, a técnica de manuais mostra a importância da comunicação entre setores e colaboradores encarregados de disponibilizar as informações essenciais para o registro e análise, o que impacta o relacionamento entre as equipes, além de contribuir para padronização e automação de etapas proporcionando resultados positivos, redução de problemas e potencialização de processos, tendo potencial de ser uma ferramenta de capacitação para novos funcionários, por garantir o detalhamento de procedimentos e padrões claros (Abreu, 2023).

A partir dos estudos sobre as ferramentas de OSM aplicadas no fluxo de caixa, seguindo a realidade e buscas por resultados específicos de cada empresa, pode-se inferir que cada técnica assume uma função que pode agregar valor de forma positiva diante da adaptação nos setores internos. Abaixo é possível visualizar o Quadro 01 contendo artigos referentes à aplicação de ferramentas de OSM no âmbito do fluxo de caixa. O referido

quadro é importante porque reúne e sistematiza as informações relativas às aplicações práticas de ferramentas de OSM no fluxo de caixa das organizações.

Quadro 01 – Aplicação de Ferramentas de Organização, Sistemas e Métodos no fluxo de caixa.

Aplicação de fluxograma no âmbito do fluxo de caixa	Aplicação de formulário no âmbito do fluxo de caixa	Aplicação de manuais no âmbito do fluxo de caixa
Abreu (2023): O fluxograma ajuda na otimização de procedimentos que devem ser seguidos por colaboradores.	Silva (2023b): A implantação é relevante em partes. Apesar de ser de baixo custo, fácil acesso e ser um suporte para ajudar no registro de dados, a sua funcionalidade depende de como vai ser inserida e a adaptação na empresa, por ser uma ferramenta que necessita do preenchimento de forma manual.	Vale Júnior (2025): Com a ausência de um mapeamento de processos, a gestão financeira pode ser comprometida e apresentar falhas, como ser centralizada e dependente de poucos funcionários. Dessa forma, a inclusão de manuais permite que o conhecimento presente na empresa seja aperfeiçoado.
Silva (2023a): É uma alternativa para a visualização de etapas do processo de realização de atividades financeiras. É possível analisar desde a organização de contas até a análise de desempenho financeiro da empresa, além de auxiliar na eficiência de processos.	Leite e Santos (2024): Utiliza formulários de empresas no intuito de obter informações contábeis-financeiras para projeção de fluxo de caixa.	Abreu (2023): Mostra-se relevante na diminuição de erros e riscos e pode dificultar o alcance de metas da empresa. Com foco na área financeira, colabora para a melhoria da comunicação entre os setores e funcionários, uma vez que ocorre a disponibilidade de informações por diferentes colaboradores.
Santos (2017): A implementação da ferramenta demonstra ser benéfica na identificação de possíveis mudanças, eliminação de atividades desnecessárias e a inclusão de etapas que auxiliam nos procedimentos de atividades.	Moreira e Silva (2019): Informações disponíveis em formulários de referência são utilizadas para avaliar o efeito da governança tributária no custo do capital, considerando situação do fluxo de caixa.	Rodrigues, Silva, Maciel, Maciel (2022): Estudo faz referência ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público como instrumento orientador para elaboração das demonstrações de fluxo de caixa.
-	Rebouças, Almendra e Vasconcelos (2018): Informações disponíveis em formulários são utilizadas para analisar correlação entre fluxo de caixa e política de dividendos.	Horstmann (2018): A partir das informações organizadas com o apoio de outros recursos, como planilhas em Excel, possibilita que os gestores tenham uma visão ampla do desempenho financeiro. Diante disso, seria possível já que os manuais ajudam na elaboração de uma forma simples e de adaptação conforme a realidade da organização.
-	Klann e Brizolla (2016): Estudo identifica a influência de indicadores financeiros como fluxo de caixa na distribuição de dividendos e para isso utiliza informações de formulários de empresas da BM&FBOVESPA.	Drumond, Nogueira, Brandalise, Beserra e Peres (2016): Estudo menciona manuais de procedimentos, descritores do processo produtivo de avestruz, para projeção de cálculos e construção de fluxos de caixa relacionados à produção de carne.

-	Cruz (2015): O formulário pode ser aplicado como uma forma de registro do controle diário de caixa, incluindo recebimentos e pagamentos, como vendas e fornecedores. Possibilita a exibição simples e organizada de contas.	Bonízio, Martins e Gilioli (2011): Manual técnico contendo orientações sobre operacionalização de informações do fluxo de caixa no escopo de pequenas e médias empresas.
---	---	--

Fonte: Elaborado com base nos autores do quadro (2026).

Com base na análise dos trabalhos expostos no quadro 1, vale salientar que Santos (2017) destaca que a aplicação de fluxogramas para o controle de receitas e despesas torna-se uma alternativa eficiente para colaborar nos processos organizacionais.

Silva (2023a) reforça a ideia de o fluxograma ser possível analisar desde a organização de recebimentos e pagamento até a verificação do desempenho financeiro, a partir de uma sequência lógica a ser seguida. Por outro lado, ao mencionar sobre formulários nas empresas, Cruz (2015) afirma contribuir para o controle diário do fluxo de caixa, a partir da coleta de informações, possibilita ser exposto de forma organizada e fácil de compreender. Nessa linha de pensamento, Silva (2023b) assegura que a ferramenta pode ser benéfica para a empresa em partes, apesar do custo reduzido e da acessibilidade, dependendo da empresa e função que for inserida, e pode não ser tão prática (quando não é automatizado).

Em relação ao uso de manuais, Horstmann (2018) menciona que a utilização com outras ferramentas, como o registro de informações financeiras em planilhas de Excel, pode ser uma alternativa para dar suporte aos gestores. Nesse sentido, Abreu (2023) elucida alguns pontos positivos da aplicação nas organizações, como redução de erros e contribuição no alcance de metas, além de poder aperfeiçoar a comunicação e relacionamento entre os colaboradores, uma vez que com a coleta de informações em diferentes setores, coopera para a melhoria da troca de informações entre os funcionários.

Para Vale Junior (2025), a carência da esquematização de procedimentos nas atividades financeiras pode impactar a gestão financeira das organizações. A inclusão de manuais contribui para o compartilhamento e aprimoramento de conhecimentos que são importantes de serem registrados na empresa para que sejam inclusos na rotina.

Quanto ao uso de formulários, como foi explanado em um estudo de Silva (2023b), o uso de formulário eletrônico não foi tão benéfico para uma microempresa com foco em delivery, porque o formulário não era automatizado. Sob tal ótica, Silva (2023b) menciona que a utilização de ferramentas como essas depende de como e quais objetivos que a empresa necessita. Outro ponto a ser mencionado são os problemas internos que podem impedir que microempresas apliquem as ferramentas citadas, como o quadro de funcionários limitados e resistência a mudanças (Silva, 2023b).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo foi realizado em uma microempresa varejista, conforme a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) (Brasil, 2006). Esta microempresa foi escolhida devido à escassez de estudos com esta temática em organizações desse porte, evidenciando a necessidade de aprofundamento do tema.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por meio de pesquisa bibliográfica (Godoy, 1995; Flick, 2008; Gil, 2025), fazendo uso de artigos científicos e livros para obter informações consistentes sobre a temática e compreender a relevância da prática de ferramentas de OSM em microempresas, bem como a influência no desempenho e controle financeiro nesses estabelecimentos. Outra técnica utilizada para realização do estudo foi a observação (Flick, 2008), a qual foi iniciada dia 04 de maio de 2026 e finalizada dia 05 de junho de 2026.

Após esclarecimentos detalhados sobre objetivos, procedimentos metodológicos, benefícios e riscos envolvidos na pesquisa, o responsável autorizou o estudo e disponibilizou uma carta de anuência formalizando a autorização. A microempresa em estudo atua no ramo de móveis, eletrodomésticos e utilidades para o lar e possui uma pessoa trabalhando como colaborador (a), além do (a) proprietário (a). São duas pessoas desempenhando todas as funções.

Foi realizada uma revisão sistemática qualitativa dos trabalhos sobre o tema (Galvão e Ricarte, 2020), considerando os seguintes termos de busca: “fluxograma” and “fluxo de caixa”, “formulário” and “fluxo de caixa”, “manual” and “fluxo de caixa”. As bases de dados consideradas foram: portal de periódicos da Capes, Scielo e Google Acadêmico, tendo em vista importância dos estudos publicados nestas fontes de busca. Neste último (Google Acadêmico), a pesquisa foi feita por título, não havendo nenhum outro filtro. Nas duas primeiras bases de dados, não foi aplicado nenhum tipo de filtro. A pesquisa foi realizada nos dias 01 e 02 de julho de 2026. A plataforma Spell (Anpad) não estava disponível para acesso no período de realização da pesquisa.

Para a expressão “fluxograma” and “fluxo de caixa” não foi encontrado nenhum resultado nas bases consideradas. Quanto à string de busca “formulário” and “fluxo de caixa”, no portal de periódicos da Capes foram encontrados cinco trabalhos, dentre os quais foram usados: Leite e Santos (2024); Moreira e Silva (2019); Rebouças, Almendra e Vasconcelos (2018); Klann e Brizolla (2016). Não foi encontrado nenhum resultado para “formulário” and “fluxo de caixa” nas plataformas Scielo e Google acadêmico. Sobre a expressão “manual” and “fluxo de caixa”, no portal de periódicos da Capes foram encontrados sete estudos, dentre os quais foram usados: Rodrigues, Silva, Maciel, Maciel (2022); Drumond, Nogueira, Brandalise, Beserra e Peres (2016). Estes trabalhos contribuem para o objetivo da pesquisa e estão disponíveis. No Google acadêmico, foi encontrado o estudo de Bonízio, Martins e Gilioli (2011), quando utilizada a opção incluir citações. Na plataforma Scielo não foi encontrado nenhum resultado. No total foram identificados 15 trabalhos, dos quais foram usados sete, considerando os critérios de contribuição para o objetivo da pesquisa e disponibilidade de acesso.

Os trabalhos oriundos da revisão sistemática foram sistematizados no quadro 1 intitulado “Aplicação de Ferramentas de Organização, Sistemas e Métodos no fluxo de caixa”, disponível no final do referencial teórico. O quadro 1 do referencial teórico também contém outros estudos provenientes da pesquisa bibliográfica.

Ainda sobre os trabalhos utilizados na revisão sistemática, observou-se que, dentre os sete trabalhos identificados, três compõem a área de Administração e os outros envolvem teoria econômica e política, economia, desempenho financeiro, tendo sido

identificados dois trabalhos na área de ciências biológicas – zootecnia/agricultura, evidenciando que o tema precisa ser aprofundado no campo da administração. Dentre os trabalhos incluídos, um faz parte do setor público, um voltado para pequenas e médias empresas e os demais do setor privado, por exemplo, empresas do setor elétrico, petróleo e gás, produção de avestruzes etc. Dessa forma, estudos em microempresas são relevantes, considerando as peculiaridades deste tipo de organização e a escassez de estudos.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa de ação (Flick, 2013), tendo sido elaboradas as seguintes ferramentas: um formulário eletrônico, um fluxograma e manual financeiro, sendo ferramentas desenvolvidas conforme o porte da microempresa em que foi realizado o estudo, permitindo a coleta e verificação de informações do fluxo de caixa. Tais ferramentas foram testadas e validadas para a microempresa estudada.

O intuito principal da análise e aplicação de melhorias é sugerir novas estratégias por meio da prática de ferramentas administrativas, com o apoio de formulário, fluxograma e o manual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração que este estudo se propôs a analisar a aplicação do fluxograma, formulário e manual no fluxo de caixa de uma microempresa, no intuito de contribuir para otimização da gestão financeira quanto à movimentação de caixa, bem como melhoria na tomada de decisão com acesso facilitado às informações, inicialmente, constatou-se que a microempresa estudada não aplicava fluxograma, formulário e manual nas rotinas relacionadas ao fluxo de caixa, sendo este fato um dificultador de controle financeiro. Foi identificado que um (a) colaborador (a) ficava encarregado de organizar as despesas conforme a data de pagamento e tinha acesso às receitas referentes às vendas de produtos e serviços.

Diante deste achado, percebeu-se a necessidade de aplicar essas três ferramentas na organização estudada, objetivando contribuir para o aprimoramento do controle financeiro e para a obtenção de resultados positivos, buscando melhorar os índices

internos adaptando ao setor da empresa e analisando os resultados dessa prática, priorizando o aperfeiçoamento no controle de caixa da microempresa.

Considerando as peculiaridades de microempresas, nas quais, em alguns casos, não há uma estrutura organizacional formalizada, não existem departamentos específicos e colaboradores especializados para trabalhar em cada setor, quantidade limitada de colaboradores e investimentos limitados ligados às possíveis melhorias necessárias, principalmente no controle financeiro, a implantação de ferramentas administrativas torna-se uma alternativa para aprimorar os processos e auxiliar no enfrentamento desses desafios.

Dessa maneira, foi desenvolvido um fluxograma (por meio do aplicativo Lucidchart) e adaptado conforme necessidade da organização, mostrando a sequência de etapas que favorecem o controle de caixa. Com isso, a empresa consegue organizar as movimentações e otimizar as receitas e despesas. Essa otimização é possível porque, como explica Silva (2017), ao mostrar o passo a passo de cada atividade, o fluxograma permite identificar pontos de melhoria, que podem envolver inclusão ou redução de etapas, por exemplo.

Por ser uma microempresa com poucos funcionários, todos os colaboradores ou aqueles que tiverem ligação com a área financeira podem ficar responsáveis por realizar essa atividade, bem como coletar as informações necessárias. Dessa maneira, o fluxograma facilita a visualização de rotinas financeiras, mostrando desde a organização de contas até a análise de desempenho financeiro (Silva, 2023a), contribuindo para eficiência de processos e otimização de procedimentos (Abreu, 2023).

A realização da análise do fluxo de caixa em períodos determinados, como de forma semanal e mensal, possibilita que a empresa tenha controle da movimentação e conhecimento de quando apresenta gastos elevados e a necessidade de reduzir a compra e impor estratégias para aperfeiçoar a saúde financeira. Dessa forma, torna-se uma ferramenta benéfica para a microempresa e que também pode ser adaptada para outras áreas, como a verificação de desempenho de funcionários. O fluxograma relativo à elaboração e análise do fluxo de caixa desenvolvido, testado e validado na empresa estudada consta na figura 1.

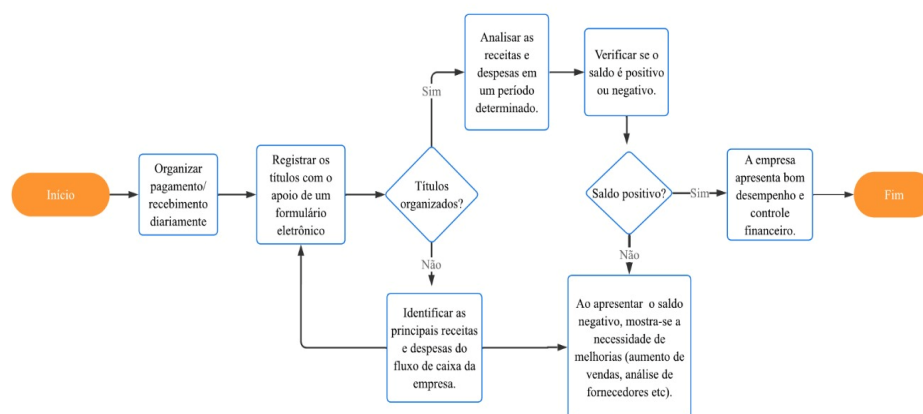
Figura 1 – Passo a passo para desenvolvimento e análise do fluxo de caixa.

Rotina Proposta

Fluxograma de Elaboração e Análise de Fluxo de Caixa Operacional

Elaborado por : Adriely da Silva Nascimento

Data de elaboração: Março /2026.



Fonte: Elaborado pela autora considerando as atividades da microempresa e utilizando aplicativo Lucidchart (2026).

Com este fluxograma, a gestão também pode realizar treinamento de funcionários, além de servir como meio de orientação para colaboradores de todas as áreas da organização, o que pode contribuir para o aumento da eficiência e redução de erros na realização das atividades.

Além do fluxograma, outra ferramenta desenvolvida, testada e validada na organização foi o formulário eletrônico para registro de receitas e despesas, por meio da disponibilização do link de acesso ao instrumento para todos os colaboradores. Esse formulário foi desenvolvido por meio do aplicativo google forms do gmail. As informações registradas no instrumento serão utilizadas como fonte de informação para elaboração do fluxo de caixa. Nos estudos de Leite e Santos (2024), Moreira e Silva (2019), Klann e Brizolla (2016) e Rebouças, Almendra e Vasconcelos (2018), os formulários são utilizados para obter informações necessárias à projeção de fluxo de caixa ou realização de outros tipos de avaliação econômica, contábil e financeira.

Diferentemente do estudo de Silva (2023b), que utilizou o formulário para preenchimento manual, o formulário eletrônico torna o uso mais prático na rotina do colaborador. Sob esse prisma, essa ferramenta foi subdividida em 3 seções: informações

gerais, registros de receitas e registros de despesas. A primeira seção consiste em identificar a data de registro e origem da movimentação do fluxo de caixa da organização. As próximas duas seções são destinadas à obtenção de detalhes referentes às receitas e despesas, incluindo a precedência do valor, descrição do valor e forma de pagamento. Com base nestas informações, após o envio do formulário, torna-se possível a visualização completa e simplificada de todos os dados coletados.

O uso de um formulário eletrônico pode proporcionar funcionalidade e praticidade às tarefas de coleta, registro e armazenagem de informações, contribuindo também para redução do uso de papel. Nesse sentido, Cruz (2015) afirma que o formulário possibilita a apresentação de contas de maneira simples e organizada. O formulário é organizado em seções específicas para receitas e despesas, de maneira detalhada e, após o envio, possibilita visualizar de forma resumida. Diante disso, essa técnica é aplicada como uma forma de possibilitar o acesso a todas as movimentações do fluxo de caixa de maneira uniformizada, o que torna possível analisar e determinar padrões e quais contas se tornam prioridades ou não. O formulário desenvolvido e testado possibilita que mais de um funcionário ou proprietário tenha acesso ao formulário para registrar ou disponibilizar informações complementares que possam contribuir para o controle financeiro.

Após a aplicação na microempresa, pode-se dizer que o formulário foi uma das ferramentas que mais trouxe resultados para a empresa, uma vez que o registro das informações em formulários eletrônicos possibilitou que a organização realizasse o registro diário de despesas e receitas da movimentação de caixa, analisasse os resultados em um período específico com o intuito de verificar o desempenho e se houve a necessidade de mudanças. Outro fator que é válido de mencionar é a melhoria na comunicação interna de colaboradores, já que é possível o compartilhamento do formulário entre os funcionários e a visualização do resumo das entradas e saídas registradas por diferentes colaboradores de diversos setores.

Além do fluxograma e do formulário, foi desenvolvido (com apoio do aplicativo canva) e testado um manual eletrônico, intitulado “manual de procedimentos para fluxo de caixa operacional: aplicação em uma microempresa”, o qual dispõe de apresentação, sumário, um tópico referente à coleta e registro de entrada e saída de caixa, um tópico

sobre análise de desempenho da empresa, glossário e bibliografia. Esta ferramenta torna-se um veículo crucial para determinar quais procedimentos devem ser seguidos e padronizados pelos colaboradores para que o processo se torne mais eficiente e eficaz, expondo as informações básicas que fazem diferença nos resultados. Nessa perspectiva, os manuais contribuem para o aperfeiçoamento do conhecimento organizacional (Vale Júnior, 2025), contribuindo para redução de erros, riscos e retrabalho (Abreu, 2023), sendo um mecanismo que serve de orientação para desenvolvimento das demonstrações de fluxo de caixa (Rodrigues, Silva, Maciel, Maciel, 2022).

Na microempresa em estudo, foi relevante para identificar como as contas seriam organizadas, a ordem de prioridade conforme a natureza e determinar um período para a análise final. Em decorrência de a microempresa ter um quadro de funcionários limitado, essa técnica possibilitou aumento de eficiência de atividades, uma vez que a sequência de instruções mostrou o passo a passo das atividades e quais pessoas poderiam realizá-las, possibilitando a troca de informações de maneira uniformizada e melhorias na comunicação interna, já que possibilita o acesso à movimentação registrada pelos colaboradores após o fim do expediente.

Exemplo de manual dispondo orientações sobre como operacionalizar informações no âmbito do fluxo de caixa de pequenas e médias empresas foi encontrado no estudo de Bonízio, Martins e Gilioli (2011). A pesquisa de Drumond, Nogueira, Brandalise, Beserra e Peres (2016) menciona o uso de manuais para projeção de cálculos e elaboração de fluxos de caixa.

Esses procedimentos detalhados contribuem para que a empresa desenvolva e padronize essa sequência de tarefas que possam contribuir para os seus resultados, principalmente na área financeira. Além disso, a inclusão de um manual financeiro expondo as instruções do uso das demais ferramentas também pode ser um veículo padronizado na empresa e possibilita que futuros colaboradores tenham acesso a um material didático, com uma linguagem simples e com elementos que facilitam a compreensão. Ademais, o formato eletrônico possibilita aos funcionários acessarem esta ferramenta, inclusive pelo celular, em qualquer momento, proporcionando praticidade e

contribuindo também para redução do consumo de recursos, sendo viável economicamente e ambientalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a aplicação de técnicas de OSM no fluxo de caixa de uma microempresa, visando otimização da gestão financeira quanto à movimentação de caixa, bem como melhoria na tomada de decisão com acesso facilitado às informações em microempresas, com foco em formulário, manual e fluxograma.

A inclusão de ferramentas administrativas, como o manual, contribui significativamente para a descrição de forma organizada sobre o passo a passo de como utilizar as demais técnicas, podendo ser normatizada pela microempresa e possibilitando de futuros colaboradores possam ter acesso ao material.

Os resultados obtidos evidenciaram que, após a aplicação das ferramentas em uma microempresa, foi possível observar melhorias, principalmente no controle e acesso facilitado às informações financeiras. Diante disso, o uso do fluxograma possibilita visualizar o passo a passo a ser seguido para auxiliar na gestão financeira, padronizando as etapas e evitando retrabalhos. Além disso, a utilização do formulário eletrônico foi uma das técnicas que mais se adaptou na empresa, em que colaborou para o registro diário do fluxo de caixa e para a comunicação interna, uma vez que os colaboradores de diferentes setores podem ter acesso ao documento. Ademais, o manual contribuiu para o detalhamento sobre as demais ferramentas e informações que devem ser acessadas.

Como oportunidade de melhoria para o formulário, recomenda-se automatizá-lo com apoio de um profissional de sistemas de informação ou tecnologia da informação, para cálculo automático de receitas e despesas em determinados períodos, bem como alternativas para editar ou excluir respostas já enviadas, possibilitando um novo envio, caso tenha sido percebido algum erro de preenchimento.

Espera-se que os resultados expostos nesse estudo possam contribuir para futuras pesquisas, sendo crucial a análise de uma forma ampla e que esse estudo possa ser

aplicado em microempresas de diferentes ramos de atividades, sendo observadas convergências ou divergências de resultados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Larissa Firmino de. **Controle interno:** um estudo de caso do setor de contas a pagar em uma empresa do ramo automotivo. 2023. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Finanças) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

BONÍZIO, Roni; MARTINS, Vinícius; GILIOLI, Adriano. Manual de técnicas e práticas de elaboração de fluxo de caixa para pequenas e médias empresas e sua interpretação. **Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo** (Comissão de Desenvolvimento Científico), Gestão 2010-2011. Disponível em: <https://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/crcsp_m06.pdf> Acesso em: jul. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: dez. 2025.

CAMPOS, Camila Silva *et al.* A importância do fluxo de caixa na gestão financeira de micro e pequenas empresas: uma revisão da literatura. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 8, n. 2, p. 1-20, 2026. Disponível em: <<https://doi.org/10.56238/arev8n2-046>> Acesso em: abr. 2026.

CANVA. Disponível em: <https://www.canva.com/pt_br/> Acesso em: jul. 2026.

CIPRIANO, Lucas Leonardo. Elias. **Fluxo de caixa como ferramenta de gestão empresarial e apoio na tomada de decisão:** um estudo realizado em micro e pequenas empresas. Orientador: Sérgio Murilo Petri. 2021. 60 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CRUZ, Jacqueline Pereira Borges; PEREIRA, Iris Mendes Barbosa. **Gestão financeira:** o controle financeiro no bar e restaurante Petiskos Bar. Orientador: Prof. Marcelino V. Brito. 2015. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso para Tecnólogo em Processos Gerencial – Instituição Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos:** análise, redesenho e informatização de processos administrativos. São Paulo: Atlas, 2001.

DAHMER, L.; CASTURINO, V. Fluxo de Caixa como Ferramenta de Gestão Financeira para Microempresas. **Revista Contabilidade & Amazônia**, Sinop, v. 1, n. 1, art. 1, p. 1-7, jan./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rca/article/view/v1n1art1>> Acesso em: abr. 2026.

DRUMOND, Luis César; NOGUEIRA, Ana Cristina Maria; BRANDALISE, N.; BESERRA, V. A.; PERES, Afonso Aurélio de Carvalho. Tomada de decisão e análise

econômico-financeira na implantação de uma estruturacultura. **Archivos de zootecnia**, v. 65, n. 250, p. 108-116, 2016.

FIDELIS, Marcos Santos; MORAES, Ana Shirley. Gestão financeira em micro e pequenas empresas - desafios e soluções. **Revista Eletrônica Da Faculdade Unyleya**. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 3-8, jun. 2025. Disponível em: <<https://educacaoemdistancia.unyleya.edu.br/esd/article/view/233>> Acesso em: mai. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia prático para iniciantes, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QGqzBQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: jul. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. E-book. p.206. ISBN 9788536318523. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318523/>> Acesso em: 04 jul. 2026.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2025.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Tradução Allan Vidigal Hastings. Revisão técnica: Jean Jacques Salim.12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183>>. Acesso em: abr. 2026.

GOOGLE FORMS. Disponível em: <<https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/forms/>> Acesso em: jul. 2026.

GUIMARÃES, Gabriel José Oliveira. **Controle de fluxo de caixa em empreendimentos verticais**: proposta de dashboard interativo. Orientador: Prof. Dr. Antonio Cezar Borna. 2025. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção Mecânica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

HORSTMANN, Isis Souza. **Proposta de manual financeiro para microempreendedores individuais**. 2018. 58 f. Monografia do Curso de Administração-Linha de Formação Específica em Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

LABEL, Thaiz Castillo. **Mapeamento de processos**: melhoria do manual de processos administrativos no setor de uma empresa de tecnologia. Orientadora: Carla Simone Ruppenthal. 2024. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

KLANN, Roberto Carlos; BRIZOLLA, Maria Margarete B. Influência dos Indicadores Econômico-financeiros e de Governança Corporativa na Política de Dividendos em Empresas Brasileiras. **ReFAE - Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v.7, n.2, p. 162-185, 2016.

LEITE, Ricardo Gomes; SANTOS, Odilanei Moraes dos. Reservas não provadas de petróleo e gás: uma análise sobre a relevância para fins contábeis. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.15, n.1, 1385–1424, 2024.

LUCIDCHART. Disponível em: <<https://lucid.co/pt/diagrama/fluxograma>> Acesso em: jul. 2026.

MOREIRA, Caritsa Scartaty; SILVA, Maurício Correa. O efeito da governança tributária sobre o custo de capital das empresas brasileiras. **Revista Científica Hermes - Fipen**, v. 23, p. 3–27, 2019. DOI: 10.21710/rch.v23i0.433. Disponível em: <<https://revistahermes.com.br/index.php/hermes1/article/view/433>>. Acesso em: 1 jul. 2026.

NUNES, William Duarte.; COSTA JUNIOR, Jaime Jorge Reis.; VIDINHAS, Afonso. A importância das ferramentas administrativas para o sucesso dos micros e pequenos empreendedores. **CONEXÕES**. Belém, v. 12, n. 2, p. 36-56, jul./dez. 2024. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.18542/conexoes.v12i2.18414>>. Acesso em: abr. 2026.

OLIVEIRA, Alexandre Rodrigues de. **O processo de formalização de atividades através do fluxograma em um escritório de advocacia**. Orientador: José Domingos Duarte. 2013. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no curso de Administração na Faculdade UniCEUB, Centro Universitário De Brasília DF, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, José Maria de *et al.* A Representatividade das Técnicas de OSM para o Desenvolvimento das Organizações. In: **Anais... SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT)**, VIII., 2011, Resende, 2011.

PAZ, Valdete. **Organização, Sistemas e Métodos**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2015. (Rede e-Tec Brasil).

PEREIRA, Bárbara do Carmo *et al.* Fluxo de caixa: tomada de decisão nas microempresas. **Revista FT**, [S. l.], v. 27, ed. 124, jul. 2023.

PEREIRA, Cleiton Bento, MUNHOZ, Lucas Pinheiro Santos, LEONE, Edmar Lucas. ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS: percepções dos estudantes de Gestão Empresarial da Fatec-Sertãozinho sobre a importância e aplicabilidade de modelos. **SITEFA**, v. 5, n. 1, p. 163-171, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.33635/sitefa.v5i1.195>>. Acesso em: mar. 2026.

REBOUÇAS, Nayara Alves; ALMENDRA, Rafael Sales; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. Políticas de dividendos em empresas do setor elétrico. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 308–328, 2018. DOI: 10.21680/2176-9036.2018v10n1ID11734. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/11734>>. Acesso em: 1 jul. 2026.

RODRIGUES, Joelma Suzana Lima; SILVA, José Alessandro Oliveira da; MACIEL, Maria de Nazareth Oliveira; MACIEL, Maria de Nazareth Oliveira. Conformidade municipal da demonstração dos fluxos de caixa frente ao manual de contabilidade aplicada ao setor público. **Revista Paraense de Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 41-53, 15 fev. 2022.

SANTOS, Giovanna Ataria Campos. **Mapeamento de processos e fluxograma no setor de contratos, convênios e prestação de contas da Secretaria de Saúde de Caraguatatuba**. Orientador: Prof. Me. Dionysio Borges de Freitas Junior. 2017. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Processos Gerenciais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Caraguatatuba, 2017.

SEBRAE. **4 erros financeiros que podem fechar a sua empresa no primeiro ano de vida**. Agência Sebrae de Notícias, Ceará, 13 abr. 2026. Disponível em: <<https://ce.agenciasebrae.com.br/cultura-empresendedora/4-erros-financeiros-que-podem-fechar-a-sua-empresa-no-primeiro-ano-de-vida/>>. Acesso em: mai. 2026.

SEBRAE. 5,1 milhões de empresas foram abertas em 2025. **Agência Sebrae**, Brasília, 2026. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/e-recorde-51-milhoes-de-empresas-foram-abertas-em-2025/>>. Acesso em: 22 mar. 2026.

SILVA, Anderson Geraldo. **Planejamento de implementação de um sistema de informações para delivery em uma microempresa supermercadista**. 41 f. 2023. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023b.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia de sobrevivência empresarial/** Edson Cordeiro da Silva. 11. ed. [3ª Reimp.], rev. e ampl. - Barueri: Atlas, 2024.

SILVA, F. M. C., CARVALHO, J. F. S., CARVALHO, W. S.: Tomada De Decisão E Finanças: Aplicação De Uma Ferramenta De Controle Financeiro Em Uma Microempresa Varejista. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v.10, n. 1, p. 85-103, jan./abr. 2025. Disponível em: <<https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/865>>. Acesso em: out. 2025.

SILVA, Isadora Beitum; SILVA, Jéssica Cristina Oliveira da; PEPECE JUNIOR, Antonio Rafael. **Fluxo de caixa: como o fluxo de caixa impacta na gestão financeira da empresa**. Faculdade de Tecnologia de Assis, Assis, 2023.

SILVA, José Diego Lima da. **A padronização dos processos no setor de Departamento de Pessoal da Contato Contabilidade**. 2023. 58 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2023a.

SILVA, Maciley A.; SILVA, Antônio Suerlilton Barbosa da. **A Organização, Sistemas e Métodos: um estudo acerca de sua aplicabilidade em uma empresa do setor de saúde**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & TECNOLOGIA (SEGeT), Resende: AEDB, 2016. p. 1-14.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. **Manual de Gestão Financeira**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2021. 33 p.

VALE JUNIOR, Everton Oliveira do. **Elaboração do manual de mapeamento de processos administrativos para uma empresa de terceirização de serviços.** 2025. 38 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, 2025.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

ARAÚJO, Jociely Andresa dos Santos: Discente – UFRPE/UAST. <https://orcid.org/0009-0007-2217-9266>. E-mail: jociely.andresa@ufrpe.br.

CARRIL, Lourdes de Fatima Bezerra: Prof. Dra. <http://lattes.cnpq.br/0328730975862213>. <https://orcid.org/0000-0001-9054-6880>. E-mail: lourdescarril@ufscar.br.

DORNELES, Marcos Rogério Heck: <http://lattes.cnpq.br/4685357188353033>. <https://orcid.org/0000-0001-6247-0866>. E-mail: marcos.dorneles@ufms.br.

FEITOSA, Maria José da Silva: Docente – UFRPE/UAST. <http://lattes.cnpq.br/6887857776351323>. 0000-0001-5769-6895. E-mail: mjsfcontato.profissional@gmail.com.

FERREIRA, Gutemberg Rapôso da Silva: Doutorando em Sociolinguística, Mestre em Historiografia Linguística pela UFT-Campus de Porto Nacional. <http://lattes.cnpq.br/6012105418523640>. <https://orcid.org/0000-0002-3736-6095> E-mail: gutemberg.raposo@uft.edu.br.

GASSNER, Anésia Aparecida Da Silva: <http://lattes.cnpq.br/2735138123015182>. <https://orcid.org/0009-0004-3475-1192>. E-mail: silvaanesia81@gmail.com.br.

NASCIMENTO, Adriely da Silva: Discente – UFRPE/UAST. <http://lattes.cnpq.br/6630440433191826>. 0009-0008-6801-6865. E-mail: adriely.silvan@ufrpe.br.

NEVES, Cristhin Aline Andino: UFMS - Aquidauana, MS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9835555244522562>. <https://orcid.org/0009-0003-2149-2366>. E-mail: cristhin.neves@ufms.br.

PATEZ, Danilo Ribeiro: Docente da Universidade do Estado da Bahia-UNEB-Campus X. <http://lattes.cnpq.br/7081597491725825>. <https://orcid.org/0000-0003-4410-8921> E-mail: patezribeiro@gmail.com.

NDICE REMISSIVO

A

Alteridade Linguística, 19

Analfabetismo, 42

Arranjo Físico, 73

C

Ciências Humanas, 8

Circe, 92

Colonialidade de Gênero, 92

D

Diversidade Linguística, 19

E

Educação de Jovens e Adultos-EJA, 42

Ensino de História, 8

F

Feminismo Decolonial, 92

Fluxograma, 109

Formulário, 109

G

Gestão Financeira, 109

Gramatização, 19

H

História, 42

I

Iniciação Científica, 8

Inteligência Artificial, 8

L

Layout, 73

M

Manuais, 73

Manual, 109

Microempresa, 109

Mulheres, 42

O

Otto Jespersen, 19

P

Progresso Linguístico, 19

Q

Qualidade no Serviço, 73

R

Revisão Sistemática de Literatura, 73

S

Subjetividade Feminina, 92

T

Tecnologias, 8